

ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS

GOVERNADOR DO ESTADO
DO
ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

1972

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Biblioteca

N°	Data
9799	26/10/2014

ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS

GOVERNADOR DO ESTADO
DO
ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

1972

Senhores Deputados:

Como nos vários Estados da Federação Brasileira, repete-se hoje nesta Augusta Assembléia Legislativa do Espírito Santo a encenação de um espetáculo que constitui privilégio das nações democráticas: o Governador do Estado vem, na qualidade de mandatário, dizer ao Povo, através de seus representantes de que modo está administrando os interesses que lhe foram confiados.

Uma verdadeira compreensão dos postulados democráticos converte a independência e harmonia dos Poderes em interdependência e colaboração. Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo do Espírito Santo aceitam e buscam uma responsabilidade recíproca e colaboram, isto é, trabalham juntos para que a gente capixaba tenha a atmosfera propícia para crescer nos caminhos da paz e do desenvolvimento. Ao fazer essa constatação experimento grande alegria íntima, que se torna maior ao saber que é partilhada por Vossas Excelências.

Há exatamente um ano dirigi-me a esta Casa para fazer públicas minhas intenções e revelar as diretrizes e planos que pretendia desenvolver no Governo do Estado. Hoje a ela volto para dizer o que já foi realizado e reafirmar a continuidade dos propósitos.

São rotórias e conhecidas as limitações do orçamento estadual, que quão frequentemente fazem escapar ao nosso alcance as mais necessárias e salutares iniciativas. Surgiu daí nossa preocupação em melhorar os índices da Receita Estadual, através do aprimoramento do aparelho arrecadador, da conscientização do contribuinte sem prejuízo de uma planejada política de incentivos. Nesse mesmo sentido foi constante nosso esforço para carrear para nosso Estado recursos exógenos de várias fontes, indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Os resultados se traduziram num incremento de 35,9% na Receita Tributária e de 45,8% no ICM, record nacional em aumento percentual.

Longos anos de dedicação ao estudo dos problemas do Espírito Santo só fizeram crescer minha convicção de que o desenvolvimento do Estado será dificilmente concebível se não ingressarmos na trilha da industrialização. Por isso o Governo empenhou-se vivamente em divulgar as oportunidades que o Estado pode oferecer às empresas que queiram aqui estabelecer-se. Já vão muito adiantadas as providências para a implantação do Polo Industrial e os numerosos contatos que conseguimos manter com empresários nacionais e estrangeiros nos autorizam a alimentar fundadas esperanças de que muito em breve o Espírito Santo experimentará significativo surto industrial.

No quadro dessa política, foram comprometidos pelo BANDES em 1971, em financiamento, participação societária e prestação de garantia recursos no montante de 50 milhões de cruzeiros. O FUNDAP, dinamizando o intercâmbio comercial com o Exterior, beneficiou oito empresas, que realizaram vendas no valor de 62 milhões de cruzeiros.

O Governo promoveu no Porto de Vitória importantes melhoramentos, refletidos num aumento de 16,35% no movimento geral de cargas e de 35,78% no de valor global, em torno de 2,2 bilhões de cruzeiros. Entre os melhoramentos, devem ser mencionados o enrocamento para ampliação do pátio de estocagem de 70.000 para 90.000 metros quadrados, a drenagem no Cais de Paul

e no Cais Comercial e, com especial destaque, a assinatura do Contrato do Projeto de Engenharia e Cálculo Estrutural do futuro Cais de Capuaba, com cais acostável de 530 metros lineares, que permitirá um movimento anual de carga geral da ordem de 2 milhões de toneladas.

O Governo, consciente do que representa o Porto de Vitória para o destino do Espírito Santo, reitera sua disposição de responder, à altura, ao desafio de colocá-lo em condições de transformar-se no corredor de exportações, a que aludia o Excelentíssimo Ministro Mário Andreazza, em recente visita ao Estado. No setor de Educação, o Espírito Santo apresenta elevados índices de matrícula escolar em relação à média nacional. É legítimo nosso orgulho em constatar que proporcionalmente a seu Orçamento, o Espírito Santo está entre os Estados Brasileiros que mais investem em educação. Durante o ano de 1971, o Governo concentrou esforços na implantação das nove primeiras Escolas Polivalentes do PREMEN, algumas já inauguradas, não só colaborando com o Governo Federal na construção e equipamento das escolas, como também contratando o pessoal administrativo e docente preparado especialmente para o Programa. Prosseguirão em 1972 os esforços para a implantação da reforma do ensino, consubstanciada na Lei federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Foi criada em agosto de 1971 a Comissão Estadual de Planejamento e Assessoria Educacional — C.E.P.A.E..

Foram construídas 186 salas de aula em prédio novo e 23 em prédios já existentes. Salienta-se, por sua importância a construção do Centro de Treinamento de Artes Práticas — CETAPES, com investimento de 735 mil cruzeiros.

No Setor de Saúde, adotou-se a política de evitar uma expansão no número de unidades sanitárias, incompatível com nossa realidade orçamentária, para dedicar maior atenção aos programas de equipamento e melhor atendimento nas unidades existentes. Devo mencionar a colaboração do Estado para o êxito da Campanha de Vacinação contra a Poliomielite, que conseguiu vacinar aproximadamente 91.000 crianças capixabas. A imunização contra as doenças evitáveis atingiu o número de 784.463, vale dizer uma imunização para cada dois habitantes. Em agosto de 1971 foi criada a Comissão de Coordenação do Controle da Raiva, cujos resultados alcançaram número em torno de 18.000 vacinações.

Em relação ao saneamento, figura como particularmente importante a assinatura de convênio com o Banco Nacional de Habitação que, incluindo a contribuição do Estado, prevê a aplicação de recursos em torno de 90 milhões de cruzeiros. Em execução do convênio já foram aprovados projetos de abastecimento de água para várias cidades e numerosos outros, já elaborados, aguardam aprovação.

Para promover o desenvolvimento agro-pecuário, o Governo vem se empenhando na tarefa de proporcionar ao homem do campo o aprimoramento das técnicas de produção, com vistas a maior produtividade e a alcançar níveis de competitividade. A brucelose acarretou para a economia estadual em 1971 prejuízos estimados em 4 milhões de cruzeiros, daí a campanha de Governo que promoveu mais de 60 mil vacinações. No combate contra a febre aftosa foi investido 1,5 milhão de cruzeiros. De elevada significação para o nosso desenvolvimento agrícola foi a realização em Vitória do

IV Congresso Nacional do Café e VIII Congresso Brasileiro de Ciências do Solo.

No setor de transportes rodoviários, o Governo vem dando continuidade à execução do Plano Rodoviário Estadual, com base nos três troncos das BRs 101, 262 e 259.

O elevado número de obras em andamento ou contratadas, e os graves encargos financeiros assumidos anteriormente impuseram uma diminuição do ritmo em 1971. Além disso o programa de conservação e recuperação da rede rodoviária estadual absorveu consideráveis recursos. Ainda, assim, foi concluída a pavimentação de trecho Barra de São Francisco-Aguia Branca e Marataízes-Vila de Itapemirim e concluída ou iniciada a terraplenagem de numerosas outras rodovias.

Caminha-se para uma consolidação do sistema financeiro oficial, constituído do BANESTES, BANDES, CODES-CRED e Companhia Seguradora do Espírito Santo. O BANESTES alcançando em 1971 níveis de Capital e Reservas da ordem de Cr\$ 34.260.864,50 e rentabilidade elevada afirma-se cada vez mais como instrumento de suporte financeiro para as atividades da agricultura, da indústria e do comércio. O BANDES deu prosseguimento a seus programas de financiamento e assistência técnica às empresas capixabas.

Reconhecendo o elevado preço da energia elétrica fornecida aos capixabas, o Governo do Estado vem mantendo junto às autoridades federais promissoras demarches com o objetivo de barateá-la.

Intensificando o programa de eletrificação rural o Governo contratou, em 1971, com a ESCELSA e a Empresa Força e Luz Santa Maria a construção de linhas de distribuição rural em vários municípios do Estado, com investimentos acima de três milhões de cruzeiros.

A CESMEL, empresa de energia elétrica de propriedade do Estado obteve significativos resultados tanto no incremento da produção de energia como na obtenção de lucros.

Dediquei, durante o ano de 1971, e desejo ampliar nos próximos anos singular interesse aos programas de Promoção Social, pois não creio que faça sentido um desenvolvimento cujos benefícios não cheguem até os cidadãos. Alegrei-me com o sucesso alcançado com a promoção do primeiro Natal Comunitário.

Foram especialmente dinamizados os programas de Orientação Social e Desenvolvimento Comunitário, valendo destacar o II Programa de Recuperação e Aprendizado de Menores. Cabe mencionar, ainda, a inauguração do Centro de Recepção e Triagem Provisória. Teve prosseguimento o programa de construção de habitação popular, sob a responsabilidade da COHAB e financiamentos do Banco Nacional de Habitação, com a conclusão dos núcleos residenciais Goiabeiras III e Itaparica II na Grande Vitória, núcleo Dr. Luiz Tinoco em Cachoeiro de Itapemirim e Núcleo Residencial de Muqui.

Merece menção, ainda, a mobilização promovida pelo Governo do Estado para socorrer os flagelados das chuvas torrenciais que castigaram o território capixaba em fins de 1971.

Aparentemente com pesado sacrifício para o orçamento estadual, o Governo decidiu conceder substancial aumento ao funcionalismo, especialmente para os níveis de mais baixa remuneração. Considero que tenha sido um ato de justiça, pois a contribuição prestada pelos servidores ao Estado é inestimável e deve ser justamente retribuída.

Permito-me dispensar neste momento a enumeração de múltiplas outras realizações que nos foi dado concluir no ano de 1971, pois elas se acham pormenorizadamente descritas no Relatório que passo às mãos de Vossa Excelência, Sr. Presidente, para conhecimento desta Casa.

Posso muito avaliar em que larga medida deve ser creditado ao Poder Legislativo Estadual tudo o que de positivo foi possível edificar neste primeiro ano de Governo. Com efeito, a todas as iniciativas que entendemos de proveito para o Espírito Santo esteve presente esta Assembléia Legislativa com o oferecimento de sua compreensão e apoio. Igual reconhecimento devo expressar ao Poder Judiciário do Estado.

O júbilo que comoveu os capixabas com a descoberta do petróleo em São Mateus, deve valer também como um sinal da prosperidade que com o favor de Deus, haveremos de alcançar. Eu sei que o Espírito Santo pode crescer. Seja-me permitido dizer que todas minhas forças estão consagradas a esse objetivo. Para isso é importante que todos os capixabas acreditem no Espírito Santo.

ANEXOS A MENSAGEM GOVERNAMENTAL FAZENDA

O saldo positivo verificado nas atividades da Secretaria da Fazenda, reflete-se tanto no aumento do volume de arrecadação da receita tributária do Estado, como na melhoria da organização e aparelhamento da máquina fiscal, metas preponderantemente perseguidas, através da renovação de processos e métodos de ação fiscal com a consequente melhoria da sua produtividade.

Para este fim, medidas de alto significado foram tomadas, objetivando a dinamização da infraestrutura fazendária além daquelas que visaram a um rigoroso e sistemático combate à sonegação de tributos, uma vez que, um estudo da correlação entre a receita de ICM do Estado com a Renda Interna ou com o agregado resultante do somatório dos setores agrícolas, industrial e comercial, revelava índice dos mais baixos do País, o que evidenciava elevada sonegação.

Assim, tomaram-se as seguintes providências:

- 1) — Implantação de cadastro de contribuintes, que no segundo semestre já contribuía de forma bastante razoável para o controle da arrecadação e que permitirá estabelecer, já no início de 1972, um sistema de fiscalização dirigida, mediante a elaboração de projetos de ação fiscal específica por setor de atividade;
- 2) — Reestudo da dispersa legislação de ICM do Estado, visando sua consolidação, o que resultou na reforma do próprio Código Tributário, ora em andamento;
- 3) — Convênio com o Ministério da Fazenda de colaboração recíproca;
- 4) — Preparo do pessoal de fiscalização, através intenso programa de treinamento, com a participação de técnicos do Ministério da Fazenda;
- 5) — Aquisição de dezessete veículos para o serviço de fiscalização, aumentando a nossa frota em cerca de 60%;
- 6) — Relocalização de vários postos fiscais, em função dos Troncos BR-101 e BR-262, além de reformas de vários outros;
- 7) — Reorganização e dinamização do Plano de Sorteios "Seus Talões Valem Milhões";
- 8) — Iniciou-se, paralelamente às medidas de curto prazo, a elaboração do Plano "Diretrizes Gerais", que orientará as atividades da Secretaria da Fazenda a médio e longos prazos. O Plano está expresso em vinte tópicos, cuja finalidade é instituir procedimentos técnicos diversos, visando a estruturação de uma Administração Tributária moderna em âmbito estadual.

Sua elaboração confrontou a apuração e análise da problemática espírito-santense, com o mais atualizado "know-how" em matéria tributária e fiscal, para o que foram inestimáveis as experiências acumuladas nos últimos anos, com a reformulação da máquina e da filosofia exatora federal.

Por princípio, o documento se desassocia das formulações simplistas, para se tornar num instrumento de melhoria do rendimento fazendário, além de contrapor-se às exacerbações impositivas. Defende o aumento da produtividade tributário-fiscal, mercê de sua racionalização sistemática e do constante aprimoramento de sua estrutura humana. O Plano possui caráter pioneiro como iniciativa global de reformulação fazendária em nível de Estado.

Vale destacar aqui, em linhas gerais, o que foi possível conseguir graças à execução das medidas focalizadas no item anterior, na área da arrecadação:

1) — A receita tributária elevou-se a Cr\$ 117.976.113,00 superior em 35,9% da realizada no ano anterior, com a seguinte composição: ICM: Cr\$. ... 109.049.137,00, registrando um acréscimo de 45,8% comparativamente a 1970, record nacional em aumento percentual;

Imp. Transmissão e Taxas: Cr\$ 8.926.976,00 com 75% a mais do arrecadado no exercício anterior;

2) — Em termos reais, ou seja deflacionando-se os valores apurados, o aumento da arrecadação durante o ano de 1971, contrapõe-se ao inexpressivo índice verificado no ano anterior. Tal aumento corresponde a cêrca de 25,8% contra 8% de 1970.

3) — Estes resultados podem ser considerados excelentes, não obstante uma soma de fatores conjunturais terem contribuído para que não se obtivessem níveis mais significativos.

Tais fatores podem ser alinhados:

a) de ordem econômica, destaca-se a reduzida safra do café que, estimada em 1 milhão e duzentos mil sacas, não atingiu a 600 mil, desequilibrando, sobretudo, a receita estimada desse produto, valendo a sua participação apenas 14,7% da receita geral contra 25% do ano anterior; a perda de mais de 50% da safra de cereais, notadamente, feijão, milho e arroz, resultante das grandes chuvas que caíram sobre todo o território capixaba;

b) de ordem financeiro-tributária, tivemos a redução da alíquota de ICM na ordem de 0,5% a partir de janeiro de 1971, dentro da política da "desescalada fiscal" posta em prática pelo Governo Federal, que, em números redondos, significou um decréscimo de cerca de Cr\$ 3.291.000,00;

c) de natureza fiscal, abalando seriamente a composição da receita, tivemos a implantação da Lei 2.480, regulamentada pelo Decreto 007—N, que concede incentivos fiscais às indústrias que se instalarem no Espírito Santo e às que ampliem a sua linha de produção. Esses incentivos fiscais, iniciados a partir de abril de 1971 significaram uma perda de receita da ordem de Cr\$ 9.262.489,00.

d) A receita geral atingiu Cr\$ 215.945.816,00 conforme demonstração em anexo e os dados anteriormente focalizados estão expostos nos gráficos 1 a 4.

Execução Orçamentária da Despesa

Resultados igualmente auspiciosos foram obtidos na área da despesa. Procedeu-se, nos primeiros meses de governo, a uma rigorosa racionalização dos gastos públicos, através de cuidadosa revisão orçamentária.

Não foi possível, entretanto, ao Governo adiar o pagamento de débitos de exercícios anteriores, cujo volume influíu de forma acentuada no montante dos gastos realizados em 1971;

Vale ressaltar, ainda, que o rigor do controle dos gastos posto em prática permitiu que se atualizasse o pagamento do funcionalismo estadual, num total de folha mensal próximo de Cr\$ 9 milhões, no primeiro trimestre;

O atendimento deste encargo só foi possível com a colaboração financeira do Banco do Estado, que em agosto de 1971 alcançava cifras aproximadas às dos restos a pagar não liquidados de 1970;

Em fins do ano, teve o Estado que recorrer a um empréstimo de curto prazo na rede bancária do País, de modo a liberar o BANESTES de parte do ônus que vinha suportando.

Não obstante os resultados obtidos, continua difícil a situação financeira, em face do elevado montante de restos a pagar existente e dos compromissos assumidos com o setor rodoviário pela Administração passada, principalmente, os empréstimos externos no montante de US\$ 10 milhões, cujos encargos financeiros começam a pesar sobre a Fazenda Estadual.

Vale registrar ainda o endividamento do DER com encargos de financiamento em média de Cr\$ 35 milhões por ano, no período 72/74, afora Cr\$ 30 milhões de obras contratadas e em execução, num total de Cr\$ 101 milhões.

A despesa geral do Estado, segundo os elementos colhidos, ainda sujeitos a retificação no fechamento do balanço orçamentário, importou em Cr\$ 240.900.311,00 e sua distribuição por Programa e Categoria Econômica pode ser examinada nos demonstrativos e gráficos adiante, inclusive em comparação com as despesas do último triênio.

Os quadros a seguir mostram, pormenorizadamente, a execução orçamentária do exercício:

RECEITA DO EXERCÍCIO DE 1971

Em Cr\$ 1,00

TÍTULOS	ARRECADAÇÃO	% de total
RECEITAS CORRENTES		
Tributária		
Imp.s/Circulação de Mercadorias ..	109.049.137	50,5
Imp.s/Transmissão de Bens	1.874.377	0,9
Taxas p/ Exercício do Poder de Polícia	96.433	—
Taxa pela Prestação de Serviços	6.956.166	3,2
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	117.976.113	54,6
Patrimonial	2.734.581	1,3
Industrial	47.222	—
Transferências Correntes		
Participação em Trib. Federais	23.135.111	10,8
Outras Transferências Correntes . . .	3.523.570	1,6
Receitas Diversas	2.767.487	1,3
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	150.184.084	69,6
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	8.466.315	4,0
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	2.228.025	1,0

Transferências de Capital			
Participação em Tributos Federais .	45.434.362	21,0	
Outras Transferências de Capital .	9.633.030	4,4	
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	65.761.732	30,4	

TOTAL GERAL	215.945.816	100,0	
------------------------------	--------------------	--------------	--

DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO DE 1971

Em Cr\$ 1,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	Cr\$	%
Custelo		
Pessoal Civil e Militar	88.927.089	36,9
Outros Custelos	25.131.949	10,4
Transferências Correntes		
Inativos, Pensionistas, Salário Fami-		

lia e Previdência Social	31.124.728	13,0
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	173.582.163	72,0

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	26.405.661	11,0
Inversões Financeiras	10.850.713	4,5
Transferências de Capital	30.051.774	12,5
Total de Despesas de Capital	67.318.148	28,0
Total Geral da Despesa	240.900.311	100,0

POR PROGRAMA:

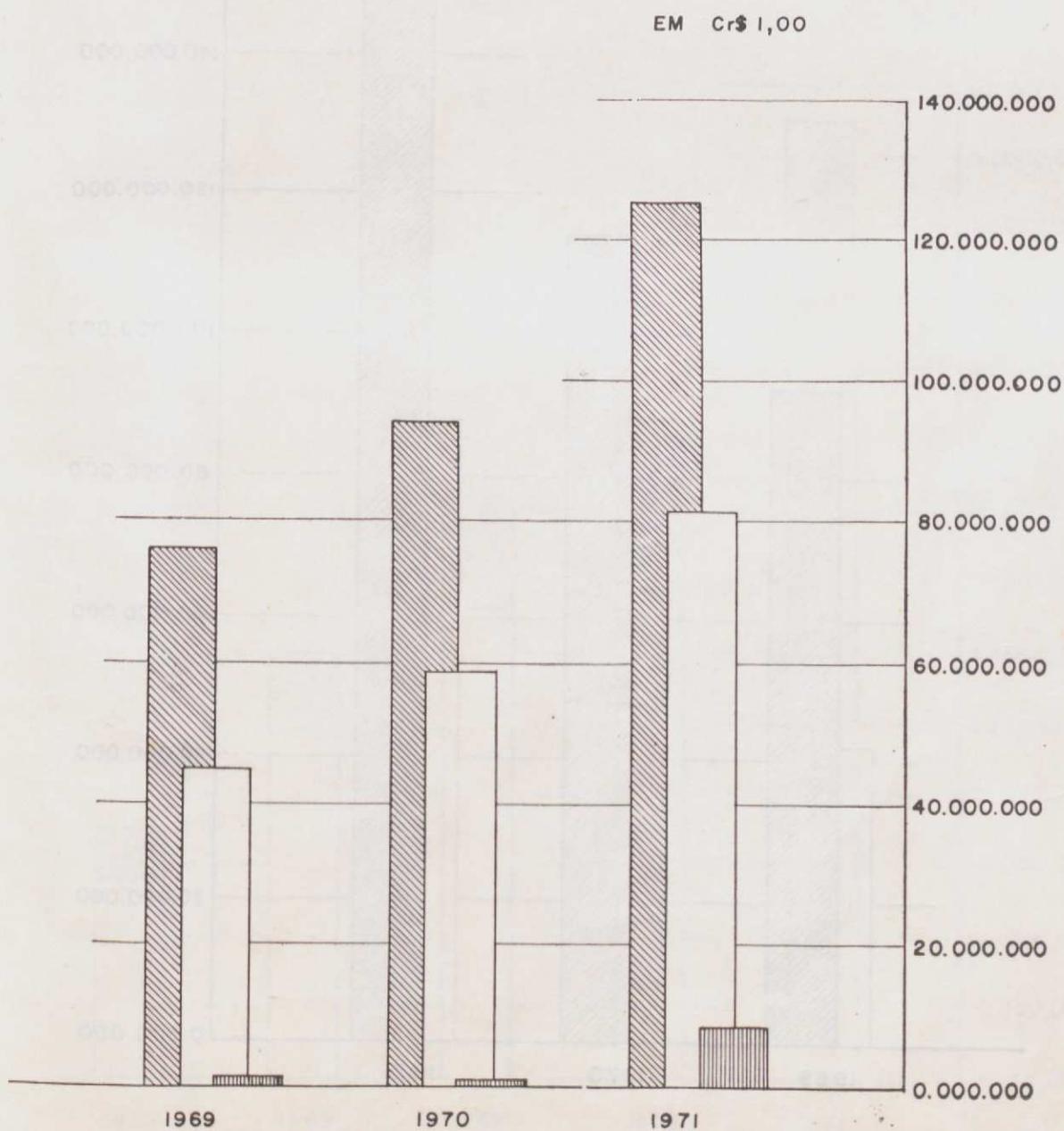
Governo e Administração Geral	24.351.349	10,1
Administração Financeira	29.626.006	12,3
Justiça e Segurança	19.658.657	8,2
Recursos Nat. e Agropecuária	11.899.984	4,9
Viação, Transporte e Comunicação	30.944.242	12,8
Indústria e Comércio	1.863.561	0,8
Educação e Cultura	72.133.312	30,0
Saúde	18.313.731	7,6
Bem Estar Social	27.745.580	11,5
Habitação e Serviços Urbanos	4.363.889	1,8
TOTAL	240.900.311	100,0

OBSERVAÇÃO: A parte referente à Despesa Orçamentária do Exercício de 1971, está anexa ao título FAZENDA

ARRECADADAÇÃO ESTADUAL

1969 - 1971

- RECEITA PRÓPRIA
- PARTICIPAÇÃO EM TRIBUTOS FEDERAIS E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO



DESPESA ESTADUAL 1969 - 1971

□ DESPESAS COM O PESSOAL
▨ OUTRAS DESPESAS

EM Cr\$ 1,00

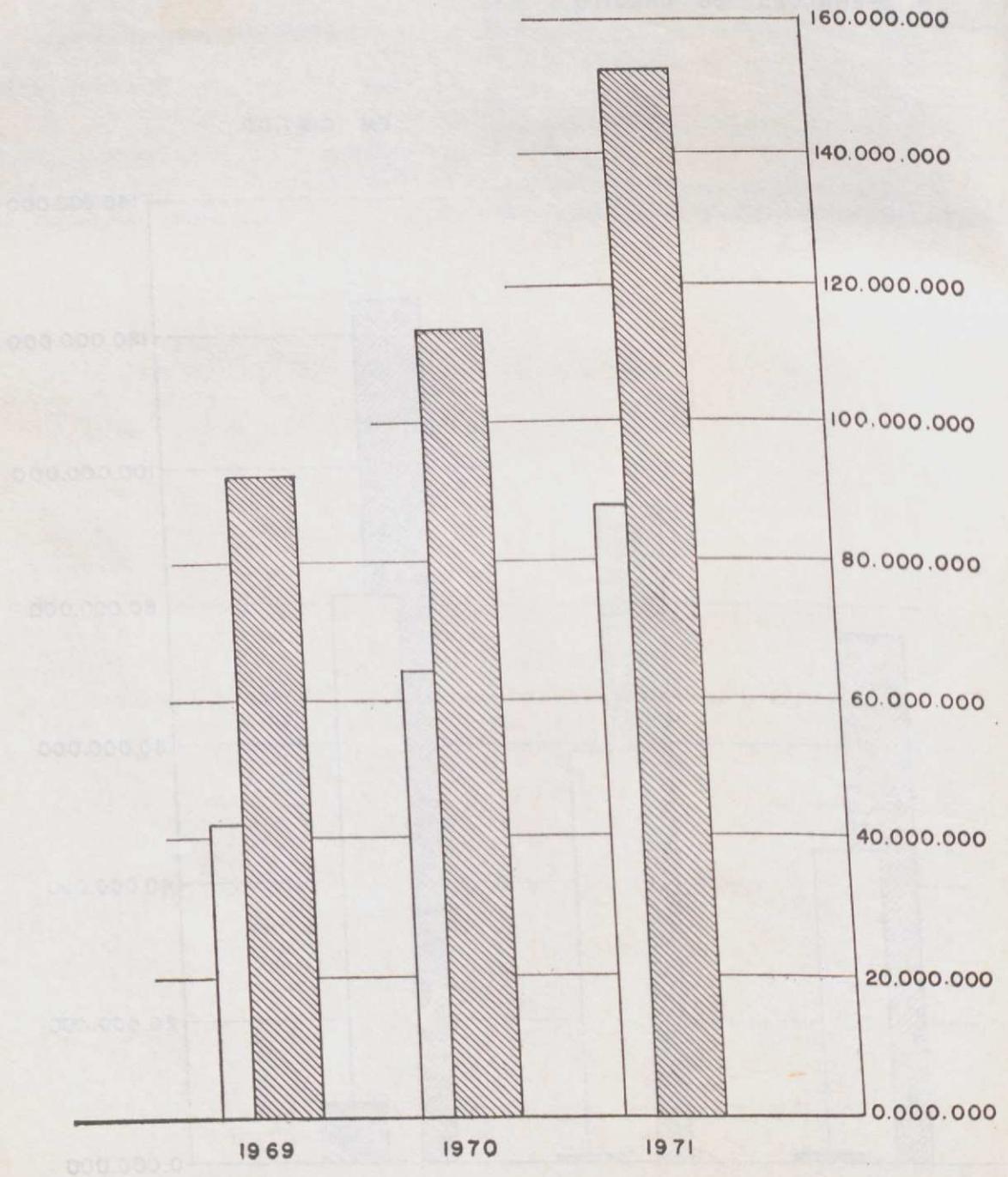


GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DE RECEITA DO ICM INCLUINDO A PARCELA DOS MUNICÍPIOS

ICM ESTADO
ICM MUNICÍPIOS

EM MILHÕES DE Cr\$

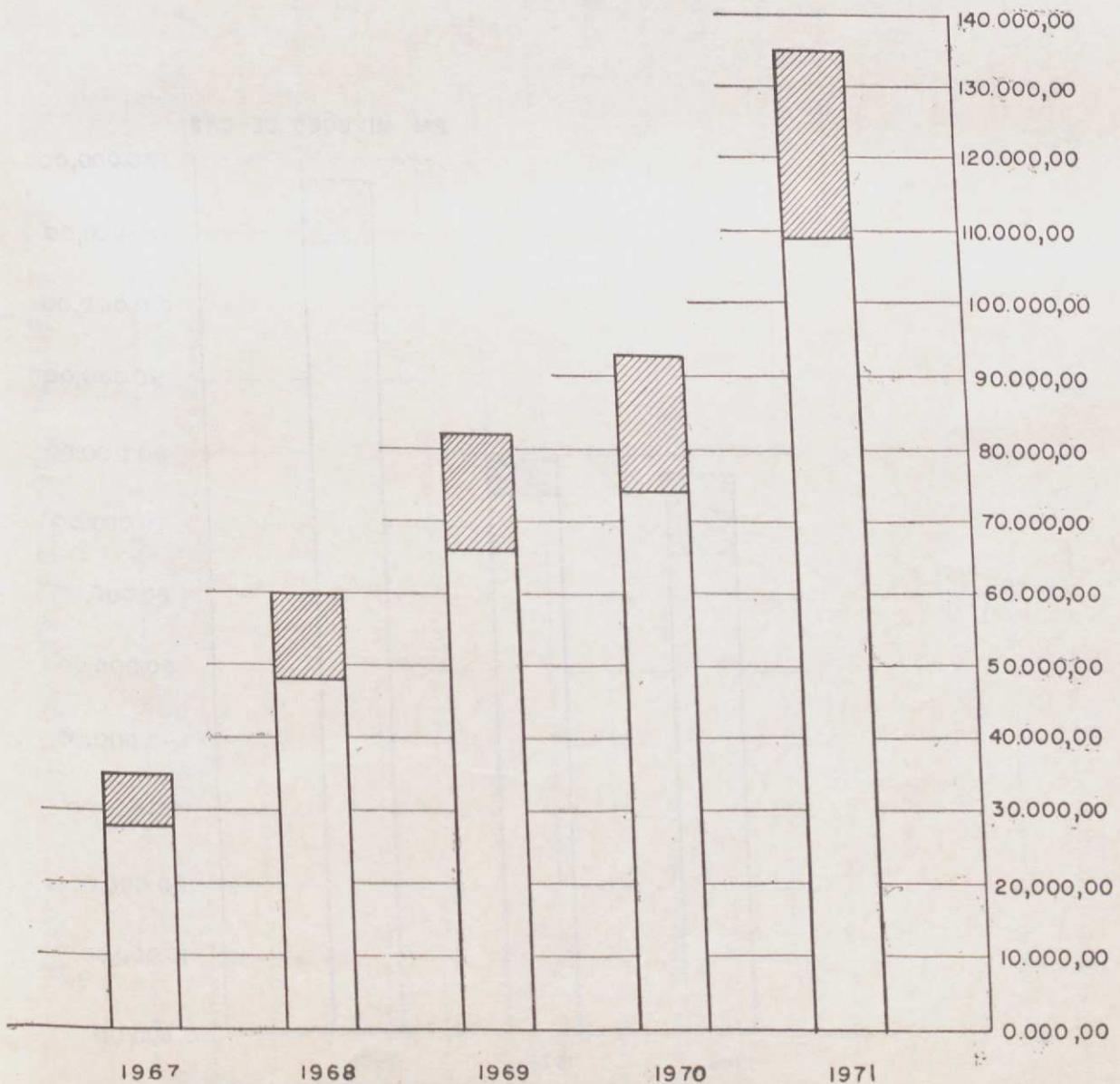
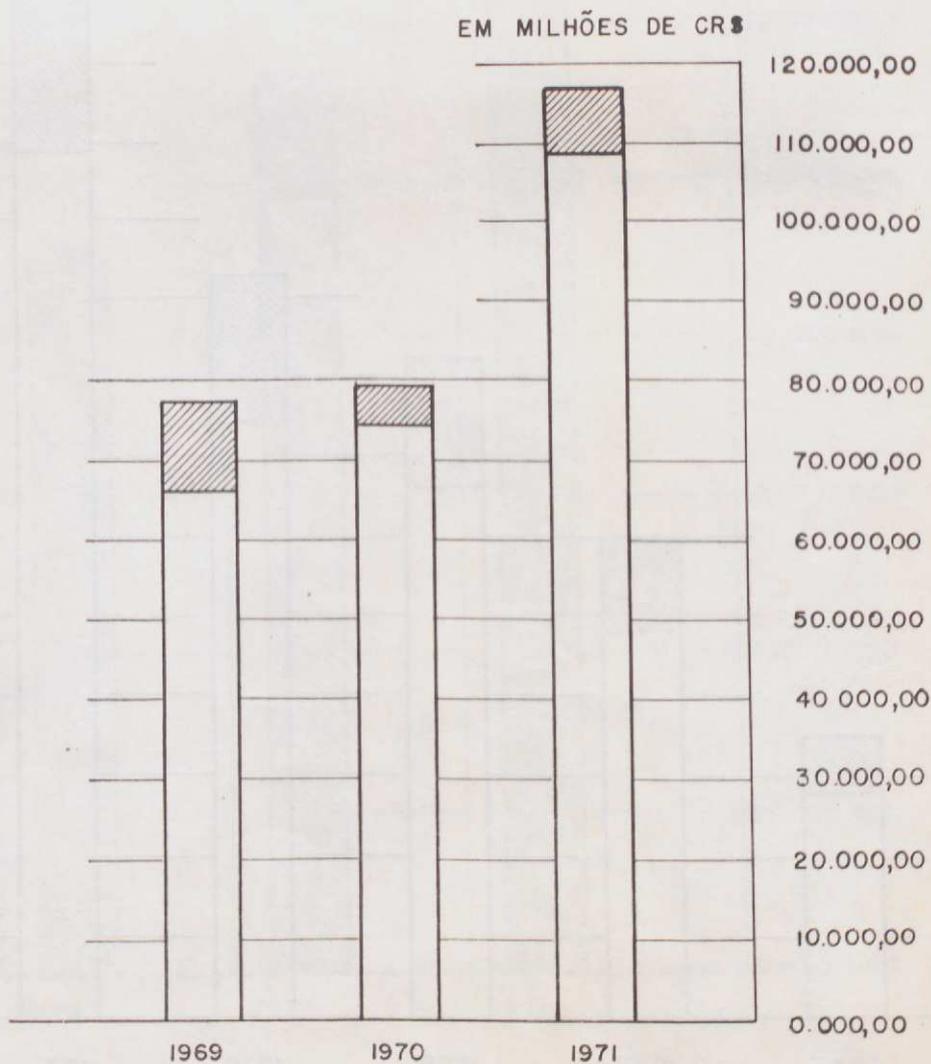
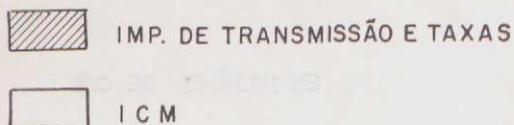
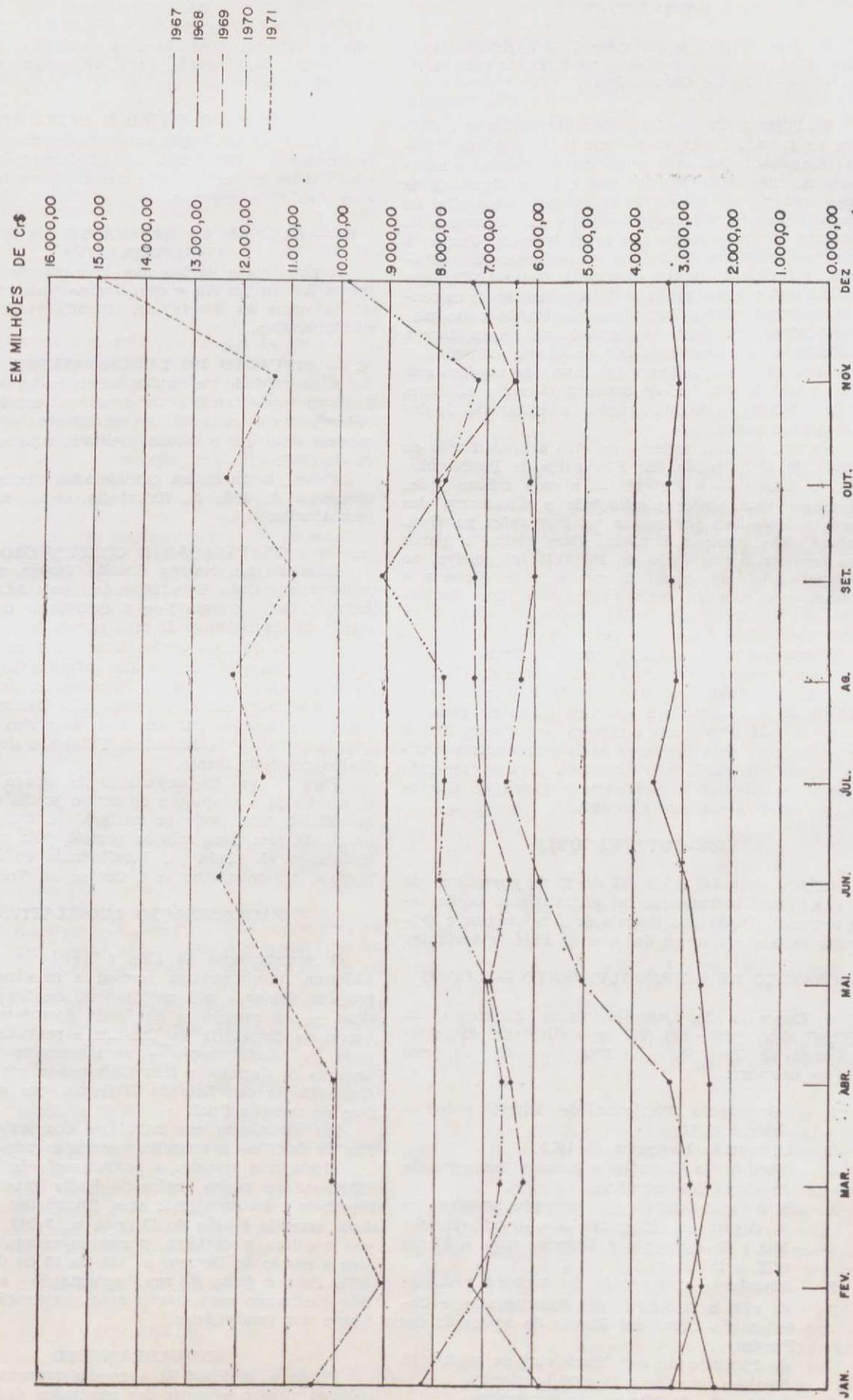


GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA



ARRECAÇÃO DO ICM INCLUINDO PARCELA DOS MUNICÍPIOS



GABINETE CIVIL

No ano de 1971, o Gabinete Civil apresentou uma razoável ampliação e melhoria na faixa de seus serviços à disposição da Governadoria.

No objetivo de tais finalidades implantou-se o Serviço de Telex, ligando, no sistema ponta a ponta, Vitória-Guanabara, com real acréscimo de rapidez e eficiência no interrelacionamento com o nosso Escritório de Representação no Estado da Guanabara, peça vital no encaminhamento e acompanhamento dos interesses do Governo principalmente nas áreas federais. Junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi solicitada a instalação de um sistema de Telex DDD, que possibilitará a interligação de Vitória com todos os centros nacionais servidos por Telex, entretanto a sua concessão somente poderá ser atendida no futuro, face a dificuldades próprias do sistema de telecomunicação.

Uma duplicadora Xerox foi instalada no Gabinete Civil a fim de atender, de maneira rápida e eficiente, as necessidades da Administração na reprodução de documentos e peças.

Merece, por fim, especial registro a implantação do Fundo de Manutenção dos Escritórios de Representação do Estado — o FUMER — a cujo crédito pode-se lançar uma maior plasticidade e dinamismo dos serviços oferecidos por nossas representações na Guanabara, São Paulo e Brasília. Com efeito, a partir dos recursos à disposição do FUMER foi possível ao Gabinete Civil um apoio financeiro mais eficiente e consentâneo com as reais necessidades dos Escritórios de Representação, cujas respostas, a nível de dinamismo, superaram as expectativas.

Foram ainda, no curso do exercício findo concebidas modificações estruturais na composição do Gabinete Civil, na medida de exigências de apuração e adequação de seus serviços a um tipo de assessoramento cada vez mais abrangente e técnico, entretanto, face à necessidade de uma melhor e mais aprofundada aferição, a sua efetivação não foi ainda possível, devendo inclusive subordinar à programação global do Governo que moldará sua real dimensão.

VICE-GOVERNADORIA

Criada pela Lei n.º 2.657 de 23 de novembro de 1971, a Vice-Governadoria foi efetivamente implantada dispondo de Quadro próprio de funcionários e modernas instalações, numa das alas do Palácio Anchieta.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO — CODEC

O Conselho de Desenvolvimento Econômico — CODEC, desenvolveu em 1971 suas atividades de assessoramento ao Governador do Estado — entre as quais cumpre destacar:

- 1 — Orçamento Plurianual de Investimentos — Triênio 72/74.
- 2 — Orçamento Programa de 1972.
- 3 — Normas de Contrôles, e Acompanhamento da Execução Orçamentária.
- 4 — Normas de Contrôles e Acompanhamento Físico do Orçamento Plurianual de Investimentos.
- 5 — Plano de Aplicação e Especial para o biênio 1972 — 1973.
- 6 — Apreciação e aprovação em esquema articulado com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral dos Planos de Aplicação dos Fundos de Participação dos Municípios de população igual ou superior a 75.000 habitantes.
- 7 — Elaboração do Manual de Orçamento.

ADMINISTRAÇÃO

Os problemas da Secretaria de Administração, que com a Reforma Administrativa substituiu o Departamento de Administração Geral distribuíam-se em 1971 por três áreas:

A — ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES

A falta de um lugar adequado às necessidades de recém-criada Secretaria de Administração, comportando todos os serviços que deveriam ser implantados com a máxima urgência.

B — LEGISLAÇÃO REFERENTE A REFORMA ADMINISTRATIVA

A pluralidade de leis que complementavam a Reforma Administrativa e que, muitas vezes, iam de encontro umas às outras, ocasionando verdadeiro caos administrativo.

C — SITUAÇÃO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A necessidade de implantar efetivamente a lei n.º 2.505-70 enquadrando o funcionalismo estadual e concedendo-lhe o aumento de vencimentos previsto pela mesma, visto que a última melhoria substancial data de 1967.

Essas áreas foram consideradas prioritárias no programa de ação da Secretaria, com as seguintes providências.

INSTALAÇÃO E CONSTRUÇÃO

Instalada na Avenida Getúlio Vargas, onde se localizava o extinto Departamento de Administração Geral (DAG), ressentiu-se a Secretaria de Administração da insuficiência de área para a implantação dos serviços dos diversos órgãos integrantes de sua estrutura. Faz-se necessária a descentralização, localizando-se a COPIA (Comissão Permanente de Inquéritos Administrativos) em área cedida pelo Instituto de Educação e o Arquivo Público como o serviço de Biometria nos prédios da Biblioteca Pública e do Centro de Saúde respectivamente.

Para solução da exiguidade de espaço promoveu-se a reforma e adaptação do antigo prédio da Imprensa Oficial, para onde se mudará a Secretaria, embora seja essa uma solução parcial, pois não poderão instalar-se ali ainda por insuficiência de área, a Biblioteca Administrativa e o Centro de Treinamento.

PADRONIZAÇÃO LEGISLATIVA

O levantamento de toda a legislação referente à Reforma Administrativa revelou a existência de disposições dúbias e até conflitantes, duplicação de serviços — por exemplo a Seção de Assentamentos existentes na Secretaria da Fazenda e prevista na Secretaria de Administração — as numerosas revogações parciais de decretos e leis. Elaborou-se para isso uma Consolidação das Leis da Reforma, que se acha em fase de redação final.

Foi organizado um ementário dos textos legais, a fim de facilitar a consulta e decisões administrativas.

Ainda com respeito à padronização legislativa, verifica-se, nos vários órgãos do Poder Executivo, a diversidade de expediente com finalidades idênticas. Após acurado estudo do Decreto n.º 3.047, de 25.3.69, que regulava a matéria, promoveu-se sua atualização com a edição do Decreto n.º 196, de 15 de dezembro de 1971. Para o êxito de sua implantação a Secretaria está realizando uma conveniente preparação e treinamento dos funcionários.

ENQUADRAMENTO

Prevista a lei 2.505-70, o enquadramento do funcionalismo público a partir dos resultados de testes apli-

cados pelo GESTO, em 6 de dezembro de 1970. Entretanto a firma responsável remeteu apenas os resultados obtidos pelos candidatos, e que tornava insustentável a situação da Secretaria face à interposição de recursos pelos candidatos que se julgassem prejudicados.

Por outro lado, os estudos efetuados visando a implantação da lei, que já estava fora do prazo previsto quando da mudança do Governo, apontavam falhas que provocariam descontentamento do pessoal e consequente decréscimo de produtividade, pois o enquadramento beneficiaria apenas um número muito reduzido de servidores, dando origem à situação insustentável de um quadro suplementar numeroso onde os salários eram bastantes reduzidos.

Problemas não menos graves eram os representados pelo horário para os cargos de nível superior, extensão de jornadas de trabalho, etc. Destes estudos resultaram a inevitabilidade da reformulação da referida lei, o que se consubstanciou na lei n. 2.692, de 30 de dezembro de 1971, cujas determinações estão sendo cumpridas dentro dos prazos previstos; enquadramento do funcionalismo dentro de 30 dias e realização do Concurso para provimento dos cargos de Grupo 07—Fisco dentro de 45 dias. O enquadramento de mais de 4 mil servidores, a criação de um quadro técnico científico, a previsão da extinção da duplicidade de tratamento (nomeados e contratados) são características positivas dentro da lei que não podemos deixar de mencionar.

Posto que os estudos para projeto de tal envergadura demandassem tempo, visando amparar o funcionalismo há muito sacrificado com o aumento do custo de vida sem que a isso correspondesse elevação salarial, elaborou a Secretaria de Administração o projeto que se transformou na lei n. 2.606 de 5 de agosto de 1971 que concedeu o abono ao funcionalismo público.

MODIFICAÇÕES INTERNAS

Para maior eficiência no desempenho da Secretaria de Administração, foram corrigidas várias falhas e introduzidas modificações como as que se seguem:

a) — Vinculação da Diretoria de Seleção e Treinamento e da Seção de Provas e Concursos à Divisão de Racionalização, Documentação e Informática ao invés de à Divisão de Administração do Pessoal.

b) — Modificação do sistema de protocolo, adotando-se fichas de trânsito e controle individual;

c) — Incineração de papéis, provas e processos referentes a funcionários já falecidos e assuntos sem validade, o que evitará o acúmulo de papéis e desafogará os serviços;

d) — Realização, dentro de moldes mais funcionais, do concurso para provimento dos cargos de Técnico de Tributação, com a participação de candidatos ao acesso e candidatos não funcionários;

e) — Restabelecimento das visitas médico domiciliares para efeito de abono de faltas;

f) — Automatização da gratificação adicional;

g) — Elaboração de tabela para contagem de tempo de serviço.

O tamanho da máquina administrativa e os vícios arraigados de longos anos reservam à Secretaria de Administração ingente tarefa até que se possa alcançar a eficiência e racionalização desejadas.

ÓRGÃOS VINCULADOS

1 — SERCOP

O Serviço Estadual de Racionalização e Controle Operacional vem encontrando sérias dificuldades para

cumprir suas finalidades, em razão principalmente de deficiência de suas instalações.

A receita total prevista para o exercício de 1971 foi de Cr\$ 2.510.527,00 (dois milhões, quinhentos e dez mil e quinhentos e vinte e sete cruzeiros) e a realizada alcançou Cr\$ 1.485.524,58 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta e oito centavos), ou seja, 59% (cinquenta e nove por cento) do previsto. A queda da receita no campo de processamento de dados deveu-se à carência de equipamentos e inadequação das instalações e no campo de microfilmagem ao atraso no início de suas atividades.

Ainda assim o SERCOP pode executar os seguintes serviços:

a) — microfilmagem das coleções de diários oficiais do DIO, de 1936 a 1969, além de outros documentos administrativos totalizando 280.000 fotogramas;

b) — projetos e pesquisas para o BANDES, ESCELSA, CESAN, CODES-CRED, Secretaria de Saúde e da Indústria e Comércio;

c) — Serviço de perfuração no total de 185.330 (cento e oitenta e cinco mil e trezentos e trinta) cartões;

d) — Serviços de máquinas no total de 143.21 horas;

e) — Implantação de novos serviços para ESCELSA, BANESTES, BANDES, CESAN e SERPRO;

f) — processamento normal para ESCELSA, BANESTES, SERPRO, CESAN e BANDES;

g) — montagem do Departamento de Microfilmagem, bem como de outros itens para o Departamento de Produção, Técnico e de Serviços Gerais.

IPAJM

O Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro IPAJM — tem sob sua responsabilidade a política de seguridade social dos servidores públicos estaduais e seus dependentes, podendo ainda, mediante convênio com as Prefeituras Municipais, promover o seguro social dos servidores dos Municípios.

SETOR PREVIDENCIÁRIO

Em 1970, as pensões (vitalicias e temporárias) alcançavam o número de 1.374 (um mil trezentos e setenta e quatro) no valor total de Cr\$ 542.528,52 (quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros e cinquenta e dois centavos). Em 1971, com o aumento de pensões e a aplicação dos índices de correção monetária esses números passaram a 1.588 (um mil quinhentos e oitenta e oito) pensões no valor de Cr\$ 1.369.958,30 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e trinta centavos).

Os vários pecúlios, em número de 143 (cento e quarenta e três), os auxílios para funeral (130) e os auxílios natalidade totalizaram despesas no valor de Cr\$ 109.678,74 (cento e nove mil, seiscentos e setenta e oito cruzeiros e setenta e quatro centavos), o que somado às pensões, representou para o setor previdenciário do Instituto despesas no montante de Cr\$ 1.479.637,04 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscientos e trinta e sete cruzeiros e quatro centavos).

SEGURO FACULTATIVO — Mantém o IPAJM estipulação de seguros de vida em grupo com seguradoras privadas com cobertura de 5.000 vidas, aproximadamente, inclusive as viúvas dos segurados falecidos, cujos capitais segurados individuais variam de Cr\$..

1.000,00 (um mil) cruzeiros a Cr\$ 40.000,00, (quarenta mil cruzeiros), podendo ser triplicado o capital em caso de morte acidental, havendo ainda cobertura por invalidez total ou parcial.

APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO — A Divisão de Aplicação de Capital concedeu a 732 contribuintes empréstimos no valor de Cr\$ 45.008,98 (quarenta e cinco mil, oito cruzeiros e noventa e oito centavos).

CARTEIRA IMOBILIÁRIA — A Carteira Imobiliária deu andamento a 601 processos imobiliários, para financiamento de unidades residenciais, assim distribuídas: Conjunto "Ary Viana" — 50 unidades; Maruipe — 64; Goabeiras (Conjunto "Antônio Honório") — 306; IBES — 181.

A mesma Carteira contribuiu com Cr\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil cruzeiros) para ajudar a CESAN no reforço de adução de água potável para o Conjunto "Antônio Honório". Concedeu, ainda à Prefeitura Municipal de Vitória, empréstimo, no valor de Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros) pagável em 36 sem juros, para pavimentação asfáltica do mesmo Conjunto.

CONTRIBUIÇÃO A MELHORIA DA COMUNIDADE — O Instituto fez as seguintes doações ao Patrimônio do Estado:

- terreno de 2.000 m² em Goiabeiras para construção do Grupo Escolar "ADÃO BENEZATH";
- terreno em Maruipe para construção do Grupo Escolar "Hildebrando Lucas";
- terreno de 3.000 m² em Maruipe para construção do Centro de Saúde de Maruipe;
- Terreno no "Romão", para construção de grupo escolar.

CONTABILIDADE — Acha-se em elaboração o balanço contábil do Instituto. A Receita apresentou os seguintes números:

RECEITA	Cr\$
Contribuição p/Benefício Família	3.164.990,26
Contribuição p/Pecúlio da extinta "CBJM"	1.773,99
Juros de investimentos	19.753,13
Reversão de empréstimos Imobiliários:	
1. Conjunto residencial de Maruipe	32.031,99
2. Conjunto residencial da Toca	22.790,88
3. Conjunto residencial Goiabeiras	168.634,00
Soma	3.409.974,35

FEASJ — O Instituto por determinação da Lei n. . . . 2.349/68, é administradora do Fundo Especial de Aposentadoria dos Serventuários da Justiça. Entretanto, apenas a metade dos 600 serventuários da justiça estadual está contribuindo.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

Em março de 1971, o Departamento de Imprensa Oficial mudou-se para seu novo edifício-sede, com instalações modernas e confortáveis, cujo custo de construção se elevou a Cr\$ 535.241,34 (quinhentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um cruzeiros e trinta e quatro centavos).

Foram editados 244 números do Diário Oficial, com 6.572 páginas, num total de 523.737 exemplares e produzidos seis milhões de impressos diversos, no valor

de Cr\$ 434.356,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis cruzeiros). O movimento de assinaturas do Diário Oficial alcançou a cifra de Cr\$ 90.850,00 (noventa mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros).

O Balanço referente a 1971 acusou o seguinte resultado:

Os dados constantes do demonstrativo abaixo, elaborado por aquele Serviço, revelam de maneira expressiva, o índice de produtividade desenvolvida pelo DIO neste exercício, e que se teria traduzido num resultado financeiro auspicioso, se todas repartições do Estado houvessem providenciado o pagamento integral de suas contas devidas a esta Autarquia:

Receita arrecadada ..	Cr\$ 2.458.604,59	
Receita a arrecadar ..	Cr\$ 1.736.986,11	4.194.590,70
<hr/>		
Despesa paga	Cr\$ 2.105.318,45	
Despesa a pagar	Cr\$ 430.981,08	2.536.299,50
<hr/>		
		1.668.291,17

Além da aquisição de novos equipamentos no valor de Cr\$ 232.231,31, podem ser mencionados entre numerosos outros, os seguintes melhoramentos e realizações do Departamento de Imprensa Oficial:

- Instalação de Rede Interfônica que possibilita comunicação rápida do Gabinete do Diretor com 9 seções, entre si, num total de 10 aparelhos;
- Instalação da Rede Telefônica, Sistema de PABX, com capacidade para 60 ramais e 5 troncos;
- Instalação de um Ambulatório para atendimento urgente de pequenos curativos e aplicação de injeções;

- Modificação do formato de Jornal, para 1/2 Tabloide;

- Contratação do Serviço de Vigilância Noturna, com a firma ALERTA.

- Implantação do serviço mecanizado de Teosouraria, Contabilidade, Almoço e Seção do Pessoal;

- Confecção de obras, entre as quais se destacam Coletâneas de Leis de 1970, Ementário de Leis de 1967 a 1970, Código Financeiro do Estado e nova Constituição Estadual;

- Instalação e funcionamento de uma Cantina gratuitamente;

- Organização de uma Biblioteca e aquisição de livros e obras;

- Contratação com a SERCOP para micro filmagem de todas as coleções dos Diários Oficiais, documentos contábeis, administrativos etc., aquisição do respectivo aparelho, para localização do Jornal ou documento filmado, para extração da certidão ou cópias;

- Recuperação nas Oficinas da Linotipo do Brasil, de 6 máquinas antigas, que ficaram em estado de novas, elevado para 10 o total de Linotipos do DIO, em atividades;

- Equipamento completo do restaurante com aparelhagem e mobiliário condigno, em condições de funcionar em 1972, quando será realizada a necessária concorrência para sua exploração em benefício dos servidores da Autarquia, que poderão fazer suas refeições a preços razoáveis;

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

Durante o ano de 1971, foram encaminhados ao Cartório do 4.º Ofício de Notas — Privativo dos Feitos da Fazenda Estadual — todos os processos de com-

pra, venda e doação de imóveis onde o Estado fosse parte, tendo sua tramitação concluída em regime de urgência. Os imóveis incorporados ao patrimônio do Estado, através de doação tiveram suas escrituras lavradas legalizando, assim, áreas de próprios patrimoniais construídos e não regularizados. O arquivo patrimonial, devidamente organizado, reflete hoje a verdadeira extensão dos bens de propriedade do Estado, facilitando informações em processos de interesse do Governo, estribados em documentos reais e constituídos de dados concretos e verdadeiros. O Plano de Obras teve sua execução acelerada, estando em franca atividade, prevendo-se sua conclusão, provavelmente, para o mês de maio de 1972. A Programação está sendo criteriosamente cumprida, através de contratos firmados com as Prefeituras Municipais e por empreiteiras entre o DP e construtores devidamente credenciados.

A tramitação de processos foi acelerada, imprimindo maior dinamismo, visando a conclusão imediata do assunto tratado, orientando e encaminhando-os para as repartições competentes.

Foram, também, procedidas avaliações de imóveis para efeito de alienações, como a Ilha do Boi, alienada à Cia. de Melhoramento e Desenvolvimento Urbano — COMDUSA — os galpões cedidos para implantação da Only Conservas de Frutas S/A, em Itapemirim; a aquisição de salas para o escritório de representação do Estado, na Guanabara e em Brasília; a aquisição dos armazéns Vila Izabel n. 1 e 2, em São Torquato, Vila Velha e diversos outros armazéns adquiridos ao IBC, em todo o interior do Estado; a avaliação e posterior compra de uma área de terrenos, situada à Avenida César Hilal, para edificação de um Ginásio Polivalente e construção do novo prédio do Grupo Escolar Colatina Marcarenhas e a aquisição de diversas áreas de terreno, em todo o interior do Estado, para construção de Ginásios Polivalentes do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio — PREMEM —; Foi elaborada, ainda, a avaliação do terreno de propriedade do Senhor Nuno Santos Neves, em Maruípe, que o Governo do Estado irá adquirir para construção do Edifício da Secretaria de Segurança Pública.

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAL — EMFORMA —

No início de 1971 a EMFORMA transferiu-se para suas novas dependências na Avenida Vitória.

Foram atendidas requisições de material por órgãos da Administração Centralizada e Descentralizada no montante de Cr\$ 3.389.402,30 com a emissão de 1.695 faturas.

A empresa intensificou suas atividades no exercício de 1971, o que se pode verificar pelos dados abaixo:

Recebimentos efetuados:

1971	Cr\$ 2.895.919,20
1970	1.243.631,55

a maior em 1971 Cr\$ 1.652.287,65

Pagamentos realizados:

1971	Cr\$ 2.980.036,12
1970	1.103.766,75

a maior em 1971 Cr\$ 1.876.269,37

Documentos expedidos:

Especificação	1971	1970
Ordens de Pagamento	710	104
Ordens de Recebimento	141	63
Ordens de Suprimento	28	6
Boletins de Caixa	185	34

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

As principais atividades do DEE em 1971 podem ser assim resumidas:

a) — Coleta de dados estatísticos sobre exportação e importação do Espírito Santo.

b) — Estatísticas Agropecuárias referentes à Produção Agrícola do Estado — 1970 e Produtos de Ordem Animal e População Pecuária, cujos quadros demonstrativos foram remetidos ao Ministério de Agricultura.

c) — Pela primeira vez no Espírito Santo foram concluídas duas apurações das estatísticas de ensino primário, pré primário e supletivo, relativas a 1969 e 1970, tendo sido os resultados encaminhados em quatro volumes encadernados ao Ministério da Educação e Cultura.

d) — Iniciada a atualização do Cadastro de Localidades existentes no Estado;

e) — Execução no Estado da XXXV Campanha Estatística, determinada pela Resolução COMPLANE/9/70.

O quadro abaixo mostra os títulos das principais publicações editadas pelo Departamento de Estatística.

Publicações Editadas e Expedidas em 1971

N.º de ordem	Nome do Trabalho Publicado	N.º de exemplares
1.	Anuário Estatístico do Espírito Santo — 1969	600
2.	Produção e Exportação de Café — 1965/69	350
3.	Intercâmbio Comercial — 1967/69	350
4.	Produção Agrícola — 1968/70	
5.	Ensino Primário Comum e Supletivo — 1967/68	350
6.	Alguns Aspectos da Produção Animal — 1966/70	350
7.	Pecuária — 1967/70	350
8.	Transcrições de Transmissões de imóveis, Títulos Protestados e Inscrições Hipotecárias — 1965/69	350
9.	Produção e Exportação de Café — 1966/70	350
10.	Finanças Públicas — 1966/70	350
11.	Dados Preliminares do Censo Demográfico de 1960	350
12.	Tábuas Itinerárias — 1970/71	350

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Em razão dos entendimentos para alienação do próprio do Estado, em Campo Grande, onde funcionava o Departamento de Transportes transferiu-se para o Edifício dos Estivadores, na Avenida República. Foi uma mudança provisória, pois o local se revelou inadequado às necessidades do Órgão.

Por intermédio do DT foram adquiridos, em 1971, 47 veículos para os diversos órgãos da Administração Estadual.

O Departamento empenha-se na elaboração de um cadastro completo dos veículos de propriedade do Estado, confeccionando uma ficha para cada veículo.

Constituem metas para o Departamento de Transportes nos próximos exercícios:

- 1) — Aquisição de instalações adequadas a seu funcionamento.
- 2) — Instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação.
- 3) — Transferência para o acervo do DT de todos os veículos oficiais do Governo do Estado.
- 4) — Manutenção de veículos de reserva para atender a eventualidades.
- 5) — Construção de garagens na Grande Vitória, destinadas ao recolhimento de todos os veículos da Administração Centralizada.

BANESTES

Com o propósito de permitir avaliação do desempenho do BANESTES no ano de 1971, preferimos iniciar pela análise evolutiva dos principais itens financeiros de seu espelho contábil.

Assim, destacamos adiante quadro de Fontes e Usos, passando ao comentário de cada um dos itens ali ressaltados.

FONTES

1 — RECURSOS PRÓPRIOS

Representado pelo Capital mais Reservas Livres do Banco, excluídos os comprometimentos e imobilizações, revela a análise que houve um crescimento, no particular, da ordem de 92,4%, resultado de uma política prudente de imobilizações e da decisão de capitalização máxima possível dos lucros, que, no período, alcançou a marca de 53,9%.

Durante o ano de 1971 as reservas e fundos globais do BANESTES foram elevados em Cr\$ 8.543.058,03. Mantido o capital ao nível de Cr\$ 21.000.000,00 a rubrica "Capital e Reservas" apresentou, ao final do exercício, a expressiva soma de Cr\$ 34.200.854,50 marcando uma elevação de 24,1% sobre a posição em dezembro/70 (Cr\$ 25.547.805,54).

2. RECURSOS ORDINÁRIOS DO SETOR PRIVADO

Congregando os depósitos de toda natureza advindos do Setor Privado, o ano de 1971 ensejou ao BANESTES crescimento nesta rubrica da ordem de 17,4% revelando acréscimo real nulo, de todo compreensível, contudo, face os problemas de natureza econômica que, no ano enfocado, prejudicaram o Setor.

Note-se, contudo, que para melhor alocação de recursos, em 1971, os depósitos do BANDES foram classificados como do Setor Público, o que não ocorria em 1970, provocando certa distorção. Pode-se considerar, em função disso, que os depósitos do Setor Privado sofreram ligeiro acréscimo real (%).

3. RECURSOS ORDINÁRIOS DO SETOR PÚBLICO

Pela apropriação contábil, verificamos que os depósitos de toda natureza do Setor Público ofereceram crescimento da ordem de 42,9%. No entanto, no segundo semestre, tais fontes foram acrescidas da conta de depósitos do BANDES, como antes nos referimos.

Como quer que seja, os depósitos globais, embora tenham acusado o crescimento discreto de 24,6%, correspondendo a um acréscimo real de 4,6%, indicam que a média de captação de depósitos por agência do BANESTES se afigura das mais favoráveis no sistema bancário brasileiro, totalizando Cr\$ 3.850,00.

4 — RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Este item revela, sobretudo, a agressividade do Banco na busca de recursos relativos a refinanciamentos e repasses federais para prestação de assistência financeira a atividades produtivas no Estado. Com um acréscimo real de 8% no período analisado, revela atuação satisfatória do Banco no particular, sobretudo quando, no que se refere aos recursos para crédito rural, houve, por parte do Banco Central, tratamento rigoroso no deferimento dos repasses e refinanciamentos.

5 — RECURSOS EXTERNOS

Refletem obrigações em moedas estrangeiras que, em moeda de origem, não sofreram alterações no período, mas que, no primeiro semestre do ano, foram objeto de nova tradução monetária em cruzeiros:

- D.E.R.: Cr\$ 47,7 milhões;
- BID (Crédito Rural): Cr\$ 3,2 milhões.

6 — FUNDOS EM TRÂNSITO

Indica a rubrica, até certo ponto, a participação do Banco no volume de serviços bancários puros (cobranças, ordens de pagamento, arrecadações, etc.), oferecidos ao sistema bancário pela comunidade econômica capixaba, mantendo sua presença na prestação de serviços da espécie.

— U S O S —

1 ENCAIXE — 2 — QUASE ENCAIXE

Constituindo-se o Encaixe de haveres líquidos do Banco, em sua Caixa ou no Banco do Brasil S.A., melhor será considerá-lo juntamente com o "just money", para apreciação dos níveis de liquidez imediata do BANESTES. Inclui-se, também, no Encaixe, o Recolhimento Compulsório em espécie e em ORTN's. Tal indicador, nos meses considerados, revelou-se, na relação "Encaixe Total/Depósitos Globais", como segue:

— Dez/70:	— 31,5%
— Jun/71:	— 32,8%
— Dez/71:	— 30,8%

A posição de liquidez imediata, mais favorável ao término do primeiro semestre, decaiu no final do ano considerado.

Acreditamos, contudo, que os coeficientes apurados nas três datas, correspondem ao entorno vigente no sistema bancário.

3 — EMPRÉSTIMO AO SETOR PRIVADO

Durante o ano de 1971 os empréstimos ao Setor Privado evoluíram 18%, com taxa real negativa, em função da modificação da política de aplicações do BANESTES, no sentido da compatibilização de fontes e usos em suas relações com o Setor.

4 EMPRÉSTIMOS AO SETOR PÚBLICO

Para melhor apreciação, cabe deduzir da rubrica o repasse de recursos externos ao DER, de forma a permitir melhor análise, como segue:

Posição em	Emp. Total	(—) DER	Emp. Corrig.
Dez/70	48,6	23,1	25,5
Jun/71	75,3	47,7	27,6
Dez/71	92,4	47,7	44,7

Observa-se que, em verdade, o acréscimo da assistência financeira do BANESTES ao Setor Público durante o ano de 1971 foi de 75,2%, com ênfase para a variação apresentada no segundo semestre (62%), resultando, afinal, incremento real da ordem de 55,2% no período analisado.

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S. A. FLUXO DE FUNDOS EM MILHÕES DE CRUZEIROS

DESIGNAÇÃO	Dez-70	Jun-71	Dez-71	Jun-71% Dez-70	Dez-71% Jun-71	Dez-71% Dez-70
FONTES						
1 — Recursos Próprios	9,3	14,4	17,9	54,8	24,3	92,4
2 — Recursos do Setor Privado	71,0	82,7	83,3	16,5	0,7	17,3
3 — Recursos do Setor Público	27,9	39,7	39,9	42,3	0,5	43,0
4 — Recursos Extraordinários	40,9	48,1	52,3	17,6	8,7	27,8
5 — Recursos Externos	26,5	50,9	50,9	92,5	— 0,2	92,0
6 — Fundos em Trânsito	20,4	18,1	23,1	— 11,3	27,6	13,2
7 — Outras Fontes	3,0	4,2	3,7	36,7	12,8	23,3
Total	199,0	258,1	271,1	29,7	5,0	36,2
USOS						
1 — Encaixe	20,3	25,8	31,2	27,1	20,8	53,6
2 — Quase Encaixe	10,8	14,4	6,7	33,3	— 53,5	— 48,0
3 — Emprést. Setor Privado	114,6	137,4	135,2	19,9	— 1,6	17,9
4 — Emprést. Setor Público	48,6	75,3	92,4	54,9	22,7	90,1
5 — Outros Créditos Val. e Bens	4,7	5,2	5,6	10,8	7,7	19,1
Total	199,0	258,1	271,1	29,7	5,0	36,2

5 — OUTROS CRÉDITOS VALORES E BENS

Os relevantes, a rubrica agasalha os valores referentes a participação societária em empresas e às ORTN's de propriedade do Banco, aplicações que obedecem estritamente a margem de interesse do desenvolvimento econômico do Estado, no que tange à participação acionária em empresas e aos requisitos do Depósito Compulsório em títulos junto ao Banco Central, contendo, o item, aquelas não vinculadas ainda, ao recolhimento que mantemos na expectativa da evolução dos depósitos.

Passando à segunda parte da análise do Fluxo de Fundos no BANESTES, desejamos levar em consideração as modificações encontradas na estrutura das Fontes e Usos do Banco, que se encontram demonstradas a folhas 6.

Considerando que o importe de Cr\$ 50,9 milhões relativos a Recursos Externos, a que já nos referimos, tem o condão de distorcer substancialmente o estudo, elaboramos novo demonstrativo a folhas 7 retirando aquela importância das Fontes e, por igual, dos Usos.

Melhor visualizando, então, o assunto, cabe ressaltar:

a) — NO QUE TANGE AS FONTES:

Importância do crescimento relativo, em sua com-

posição, do item referente a Recursos Próprios, permanecendo praticamente inalterados as demais rubricas, observando-se ligeiro declínio do peso dos recursos ordinários do Setor Privado e modesta ascensão da contribuição advinda dos recursos ordinários do Setor Público, na formação dos meios.

b) — NO QUE CONCERNE AOS USOS:

Merece particular ênfase a importância do acréscimo relativa verificado no item Empréstimos ao Setor Público, como fator de absorção de meios. Observa-se, ademais, ligeira destruição de liquidez que, como já nos referimos anteriormente, não implica em maior preocupação, eis que se situam os índices de liquidez do Banco na faixa normal do sistema bancário. Complementarmente, seria de destacarmos, nas aplicações do BANESTES, a queda do peso dos Empréstimos ao Setor Privado, fato registrado sobretudo no segundo semestre do ano.

As observações procedidas a respeito da estrutura de Fontes e Usos do BANESTES servem, como se observa, para corroborar as observações colhidas na primeira parte desta fase do Relatório. Por isso, nos absteremos de maiores comentários a respeito.

BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO S. A. ESTRUTURA DE FONTES E USOS

DESIGNAÇÃO	Dezembro-70	Junho-71	Dezembro-71
1 — FONTES			
1 — Recursos Próprios	4,67	5,58	6,60
2 — Recursos do Setor Privado	35,68	32,04	30,73
3 — Recursos do Setor Público	14,02	15,38	14,72
4 — Recursos Extraordinários	20,55	18,64	19,29
5 — Recursos Externos	13,32	19,76	18,78
6 — Fundos em Trânsito	10,25	7,01	8,52
7 — Outras Fontes	1,51	1,59	1,36
Total	100,00	100,00	100,00
Usos			
1 — Encaixe	10,20	10,00	11,51
2 — Quase encaixe	5,43	5,58	2,47
3 — Emprést. ao Setor Privado	57,59	53,24	49,87
4 — Emprést. ao Setor Público	24,42	29,17	34,08
5 — Outros Créditos Val. e Bens	2,36	2,01	2,07
Total	100,00	100,00	100,00

BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO S. A.

ESTRUTURA DE FONTES E USOS

EXCLUIDOS RECURSOS EXTERNOS

DESIGNAÇÃO	Dez-70	Jun-71	Dez-71	Dez-71 Dez-70
FONTES				
1 — Recursos Próprios	5,4	6,9	8,2	51,8
2 — Recursos do Setor Privado	41,2	39,9	37,8	— 8,3
3 — Recursos do Setor Público	16,2	19,2	18,1	11,7
4 — Recursos Extraordinários	23,7	23,2	23,8	0,4
6 — Fundos em Trânsito	11,8	8,7	10,5	— 11,1
7 — Outras Fontes	1,7	2,1	1,6	— 5,9
Total	100,0	100,0	100,0	—
Usos				
1 + 2 — Encaixe Total	18,0	19,4	17,3	— 3,9
3 — Emprést. ao Setor Privado	64,5	64,8	59,9	— 7,1
4 — Emprést. ao Setor Público	14,8	13,3	20,3	37,1
5 — Outros Créditos Val. e Bens	2,7	2,5	2,5	— 7,4
Total	100,0	100,0	100,0	—

* Ecluídos empréstimos vinculados a repasses de recursos externos

Julgando haveremos procedido a análise adequada dos indicadores financeiros de maior expressão, para bca compreensão das ocorrências da espécie, verificadas com o BANESTES durante o ano de 1971, passamos a exame de caráter mais comparativo, envolvendo dados relativos aos quatro últimos anos.

A inclusão de alguns quadros da espécie permitirá a avaliação do desempenho do Banco, abarcando período mais longo (fls. 9).

Acreditamos de maior interesse, no entanto, naqueles demonstrativos, o aspecto referente à formação de Reservas, que proporciona fortalecimento dos Recursos Próprios, e os indicadores que permitem avaliar

diversos coeficientes relativos ao proveito obtido atividade a que o Banco se dedica, como segue:

COEFICIENTES DE RENTABILIDADE

Anos	Receita Cap + Res %	Receita Depósitos %	Receita Aplicação %
68	133,0	18,8	19,4
69	112,4	24,2	17,3
70	90,2	23,3	14,1
71	108,3	30,1	16,3

COEFICIENTE DE CUSTO

ANOS	Despesa		Despesa %	
	Cap	Res	Depósitos	Aplicação
68	94,7		13,4	13,8
69	70,5		15,2	10,8
70	59,3		15,3	9,3
71	70,7		19,7	10,6

COEFICIENTES DE LUCRATIVIDADE

ANOS	Lucro Líquido		Lucro Líquido	
	Cap	Res	Depósitos	Aplicação
68	38,3		5,4	5,6
69	41,9		9,0	6,5
70	30,9		8,0	4,8
71	37,6		10,4	5,7

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

DIVERSOS INDICADORES FINANCEIROS

PERÍODO 1968/1971

Cr\$ 1,00

EVOLUÇÃO DO CAPITAL E RESERVAS

Datas	Aumento Capital	Capital	Reservas	Capital Reservas
31.12.68	3.500.000	5.000.000	1.489.102	6.489.107
31.12.69	5.000.000	10.000.000	3.446.996	13.446.996
31.12.70	11.000.000	21.000.000	4.547.895	25.547.805
31.12.71	—	21.000.000	13.260.854	34.260.864

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS

Anos	Setor Público	Setor Privado	Total
1968	12.265.985	33.578.294	45.844.279
1969	17.981.127	44.545.382	62.256.509
1970	27.887.444	70.932.579	98.820.123
1971	39.867.687	83.308.423	123.176.110

APLICAÇÕES

Anos	Setor Público	Setor Privado	Total
1968	5.101.094	39.486.373	44.587.467
1969	13.441.178	73.993.719	87.434.897
1970	48.584.729	114.543.146	163.127.875
1971	92.350.519	135.158.248	227.508.767

CREDITO RURAL/OP. CONTRATADAS

Anos	Valores
1968	10.263.322
1969	11.559.612
1970	26.118.033
1971	53.670.494

RESULTADOS

Anos	Receita	Despesa	Lucro
1968	8.630.573	6.144.667	2.485.906
1969	15.115.226	9.480.926	5.634.301
1970	23.040.967	15.142.376	7.898.591
1971	37.076.129	24.206.535	12.869.592

A apreciação de tais coeficientes nos sugere válido estabelecer a relação "Custo-Lucro", com vistas a extrapolar indicadores que possibilitem melhor comparação, indicando, em última análise, o grau de eficiência e produtividade do BANESTES nos anos considerados:

Anos	Lucro Líquido
	Despesa
68	0,404
69	0,594
70	0,522
71	0,532

Os indicadores finais logrados demonstram que o ano de 1969 foi particularmente notável, fato de todo compreensível, eis que justamente naquela oportunidade tomou o BANESTES rumos administrativos mais agressivos, explorando todos os caminhos de expansão.

O ano de 1971 revelou incremento no número-índice obtido, tudo indicando, no entanto, que a melhoria dos atuais níveis está intimamente ligada à ampliação do campo de operações e serviços do Banco, tão desejada por nós, como a instalação, sobretudo, de agências em São Paulo, Belo Horizonte, bem como a obtenção da autorização para operar em câmbio.

De resto, estima-se que, com a inauguração de três novas agências no presente ano na "Grande Vitória", a par da elevação do grau de automação e mecanização avançada do Banco, venha a ser obtida melhoria razoável em termos de eficiência e produtividade.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A

— B A N D E S —

1 — Mobilização de Recursos

O esforço de limitar a evasão de poupanças internas e mobilizar repasses de fora do Estado, para aplicação em prol do desenvolvimento do Espírito Santo, foi plenamente recompensado: em 1971 o BANDES conseguiu assegurar recursos equivalentes ao dobro da mobilização efetivada em 1970.

Fontes Mobilizadas	1970	1971
Recursos Estaduais	7,6 milhões	15,8 milhões
Recursos Federais	11,7 milhões	27,0 milhões
Incentivos Fiscais	8,6 milhões	14,4 milhões
Total	27,9 milhões	57,2 milhões

Cumpra destacar, além da magnitude desse crescimento a diversificação das fontes obtidas com a assinatura de Convênio com o FUNDECE e com o PIS (repasses de mais de 10 milhões a contratar em 1972), a montagem do FUNDAP e a regulamentação do FUNDAP.

Foram também ativadas as operações FINAME que aumentaram 66 vezes em relação a 1970 e os repasses FIPENE, em número de três, que representam 4 vezes o valor contratado em 1970.

O significativo acréscimo alcançado no recolhimento de incentivos fiscais atesta a resposta do contribuinte capixaba às campanhas desenvolvidas no exercício de 1971.

O Quadro I discrimina por fonte os valores mobilizados nesse período.

2 — Aplicação de Recursos

O Quadro II assinala, por modalidade operacional e por fonte de recursos, as aplicações contratadas em 1971. As operações aprovadas no exercício foram ainda superiores, restando cerca de Cr\$ 18,5 milhões por contratar em 1972.

Comparativamente ao exercício de 1970, os recursos comprometidos pelo BANDES em 1971 foram também duplicados:

Modalidade Operacional	1970	1971
Financiamento	15,9 milhões	27,4 milhões
Participação Societária	6,1 milhões	16,8 milhões
Prestação de garantia	3,4 milhões	6,0 milhões
Total	25,4 milhões	50,2 milhões

Do ponto de vista setorial verificou-se uma concentração quase absoluta no apoio financeiro ao processo de industrialização do Estado, destacando-se os empréstimos aprovados pelo GERES em número de 7 e com investimento totalizando Cr\$ 47,4 milhões.

No setor agrícola, além de operações FINAME, mereceu registro a implantação do primeiro projeto de citrus (260h) da AGRO-SUCO INDUSTRIAL S/A, segundo empreendimento promovido diretamente pelo BANDES, após a REALCAFÉ SOLÚVEL DO BRASIL S/A. Assinala-se que a ampla cobertura proporcionada pelo BANESTES e outras instituições financeiras ao setor agrícola justificada plenamente a especialização do BANDES no setor industrial.

A dinamização do intercâmbio comercial com o exterior foi encetada no exercício com os recursos da linha FUNDAP, beneficiando 8 firmas registradas no BANDES, com vendas realizadas de Cr\$ 62,2 milhões.

3 — Outras Realizações

Além da expansão consignada nas atividades finais do BANDES, a mobilização e aplicação de recursos financeiros, o exercício de 1971 comportou uma série de realizações em outras áreas de ação do Banco, merecendo destaque:

- a) — A formulação do Sistema de Crédito e de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, constituído pelo BANESTES, BANDES, CODES-CRED, SEGES e TRANQUILIDADE, a última integrada ao Sistema no exercício de 1971. BANDES vem prestando integral apoio à consolidação desse Sistema, via adoção do logotipo único, via participação nos aumentos de capital e via entrosamento constante, em todas as iniciativas que envolvem várias unidades do conjunto.
- b) — O aprimoramento da ação do GERES, como colegiado coordenador da política de recuperação econômica do Estado foi objetivado, no exercício, através das atividades normativas da secretária executiva e, principalmente, da proposição de resoluções normativas e regulamentares, da reformulação do esquema geral de prioridades para investimentos privados no Estado, da elaboração do primeiro relatório de avaliação do desempenho do GERES.

BANDES no período de 70/71, e da consolidação do Catálogo de incentivos fiscais e créditos no Estado.

c) — Os pré-investimentos em estudos e projetos que conferem maior profundidade e maior precisão ao nível de conhecimento disponível sobre o comportamento da economia estadual e de suas tendências e que abrem novas perspectivas para a mobilização e aplicação de recursos nos exercícios seguintes.

Em 1971, em convênio com o IPEA e a UFES, o BANDES realizou o levantamento da Conta Consolidada do Setor Público Estadual e, pelo quadro técnico de seu Departamento de Estudos e Programação, elaborou e publicou: "Crescimento e Estrutura das Importações do Espírito Santo, Exportações em trânsito no Espírito Santo, Aspectos Fundamentais da Política Econômica do Espírito Santo. — Alguns Indicadores Econômicos e Sociais do Espírito Santo, Índices e Taxas de Crescimento, Estatísticas de Intercâmbio Comercial, e Estimativa do IPR da Economia Capixaba para 1939/1950". Mediante contratação de firma de consultoria de S. Paulo, foi ainda encetada, em 1971, a elaboração do Programa de Modernização da Agricultura (PROMAG) abrangendo quatro projetos (Extensão Rural, Fundação de Pesquisas Agrícolas, Central de Abastecimento e Estradas Alimentadoras) com investimento global superior a US\$ 20 milhões, a ser mobilizados junto ao Fundo de Diversificação da OIC e outras fontes nacionais e internacionais.

d) — A expansão e aprimoramento da máquina operacional do BANDES, através da aquisição de novas instalações físicas, do aumento do quadro de pessoal, da intensificação do programa de treinamento (inclusive 5 bolsas para cursos fora do Estado com duração média de 4 meses), da implantação da sistemática de programação orçamentária, etc.

e) — As colaborações e participações do BANDES junto a conselhos de outras entidades (CEPA, CEMAG, SUPPIM, CPDES e IDEIES), em congressos e seminários (Congresso Interamericano de Bancos de Desenvolvimento, IV Congresso Nacional do Café, Colóquio sobre Desenvolvimento Regional, II Curso da ADESG-ES, etc.) e dentro de iniciativas do Governo Estadual (mobilização de recursos externos e nacionais, participação no GT de Estruturação do Sistema Estadual de Turismo, etc.).

QUADRO I

RECURSOS MOBILIZADOS EM 1971

Cr\$ 1.000,00

1 — Recursos de Origem Estadual:	15.771,4
— Capital (parcela integralizada em 1971)	3.000,0
— Fundai (transferencial em 1971) . . .	2.867,4
— Fundap (transferencial em 1971)	5.904,0
— Funres/Soc (transferencial em 1971) . . .	4.000,0
2 — Recursos de Origem Federal:	26.997,3
— BNDE/Fipeme (convênios assinados em 1971)	20.500,0
— Finep (convênios assinados em 1971) . .	1.000,0
— Fundece (Convênios assinados em 1971)	1.000,0

— Ficame (repasse aprovados em 1971) . .	1.664,5
— GERCA (retornos para FUNRES/SOC)	2.632,8
3 — Incentivos Fiscais (Arrecadação em 1971)	14.392,2
— S/ imposto de renda (DL 880)	9.276,5
— Pessoa Jurídica (art. 4º)	8.737,8
— Pessoa Física (art. 3º)	538,7
— S/ ICM	
Lei 2.469 (art. 1º)	5.116,7
TOTAL	57.160,9

QUADRO II

RECURSOS APLICADOS EM 1971

Cr\$ 1.000,00

1 — Financiamentos contratados	27.457,0 (1)
— BANDES (Recursos próprios e encaixe)	6.752,9
— FUNDAP (Lei 2.508/ 2592)	5.904,0
— FUNRES/SOC (Convênio GERES)	3.450,0
— FIPEME (industriais)	8.745,6
— FINAME (máquinas / equipamentos) . .	1.864,5
— FINEP (estudos e projetos)	490,0
— Fundece (capital de giro)	250,0
2 — Participações Societárias	16.770,8
— Incentivos Fiscais autorizados	14.875,0 (2)
— BANDES (recursos próprios)	1.586,5
— FUNRES / SIF (aplicações em 1971) . .	309,3 (3)
3 — Prestações de Garantia	6.000,0
— BANDES	6.000,0
TOTAL	50.227,8

(1) Inclui Cr\$ 218,0 mil a fundo perdido, com recursos do BANDES e do FUNRES/SOC.

(2) Certificados para opção direta (DL — 880, art. 4º e L 2469) e FUNRES/SPS

(3) Não inclui a aplicação em títulos de renda fixa.

SAÚDE

O Espírito Santo, integrando a Região geo-econômica Sudoeste "A", juntamente com Minas Gerais e Rio de Janeiro, apresenta, sob o aspecto de saúde, as seguintes características: taxa de mortalidade geral igual à média nacional, taxa de mortalidade infantil elevada, inferior apenas à verificada na Região Nordeste, vida média ao nascer de 55 anos, valor igual ao da média para o país; ampla incidência de malária e de esquistossomose mansônica, elevadas taxas de bócio endêmico e de hanseníase e importantes focos de brucelose.

Embora lentamente, a Saúde no Espírito Santo evoluiu no sentido de melhores índices. Evolução positiva constante vem-se verificando, por exemplo, em dois importantes indicadores de saúde: a taxa de mortalidade geral que, em 1965, era de 9,1 por mil habitantes reduziu-se para 6,9 em 1970; e a taxa de mortalidade infantil por mil habitantes diminuiu de 91,4 em 1965, para 76,3 em 1970.

Conjugando seus esforços com os do Governo Federal, o Estado espera continuar melhorando nos próximos anos esses índices.

PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Vem-se realizando esforço constante para aprimorar a estrutura administrativa e o funcionamento da Secretaria de Saúde e Assistência. Em consonância com os preceitos da Administração moderna, essas modificações se orientam no sentido da descentralização.

Sob tal aspecto, mencione-se a delegação de competência para a prática de atos administrativos estabelecida pela Portaria nº 15-N, de 17/03/71, em cumprimento ao Decreto nº 152-N, de 21/06/71.

Foi realizado levantamento do pessoal existente e do pessoal necessário para subsidiar a Secretaria de Administração no estudo relativo à carência de recursos humanos e na elaboração de cronograma para pessoal.

No mesmo sentido procedeu-se à revisão de regulamentos, normas, ordens de serviço e outros atos que, por sua tendência centralizadora, respondiam pelo deficiente funcionamento da mecânica administrativa.

Foram liquidados os débitos para com o Instituto Nacional de Previdência Social, relativos aos exercícios de 1968, 1969, 1970 e 1971.

Criou-se, em caráter oficial, o Boletim Noticioso BONO — para publicação de atos de interesse interno da Secretaria e de seus funcionários.

Introduziram-se modificações importantes nos procedimentos para aquisição, controle e distribuição de material, a cargo de Diretoria de Encargos Diversos, abrangendo todos os municípios do Estado.

Encontra-se em fase de implantação um plano de racionalização das atividades do Serviço de Patrimônio.

Foram realizados estudos para a construção de um pavilhão destinado à ampliação das instalações do Almoxarifado, incluindo garage para os veículos da Secretaria.

ORÇAMENTO DA SAÚDE

Na rubrica Administração Superior e Administração de Pessoal e de Material, as despesas correntes somaram Cr\$ 1.031.124,00 e as transferências de capital, Cr\$ 54.566,00, totalizando Cr\$ 1.085.690,00.

O Programa de Assistência Médico Sanitária Ambulatorial e Domiciliar envolveu Despesas Correntes no montante de Cr\$ 5.669.267,00 e Despesas de Capital de Cr\$ 1.460.624,00, no total de Cr\$ 7.129.891,00.

O Programa de Pesquisa, Fiscalização e Educação Sanitária consignou Despesas Correntes de ordem de Cr\$ 561.026,00 e Despesas de Capital no valor de Cr\$ 193.010,00, perfazendo o total de Cr\$ 754.036,00.

No Programa de Assistência Médico-Hospitalar, as transferências Correntes montaram a Cr\$ 4.555.000,00 e as Transferências de Capital a Cr\$ 1.355.700,00, totalizando Cr\$ 5.910.700,00.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

Este Programa compreende cinco projetos básicos, todos eles vinculados ao Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, de significativa importância para a Política de desenvolvimento econômico e social implantada no Estado e em franca execução:

1º — Projeto de Construção, Ampliação, Equipamento e Reequipamento de Unidades Sanitárias.

No setor de construção de novas Unidades Sanitárias, foram colocados recursos no montante de Cr\$.... 651.877,15, sendo Cr\$ 551.877,15 à conta do Fundo de Participação do Estado e Cr\$ 100.000,00, à conta do

Convênio Governo do Estado/CEPLAC, para construção de um Centro de Reidratação na cidade de Linhares. O atraso na liberação dos recursos não permitiu que as obras programadas fossem iniciadas e concluídas no próprio exercício.

Foi a seguinte a destinação de recursos para as obras de construção em 1971.

Municípios	Localidades	Tipo	Valor
1 — Vitória	Maruipe	Centro de Saúde	347.446,16
2 — Linhares	Sede	Centro de Reidratação	137.581,39
3 — Itarana	Sede	Unidade Sanitária da 3ª Classe	35.760,00
4 — Alegre	Ibitirama	Unidade Sanitária de 3ª Classe	29.784,79
	Santa-Marta	Unidade Sanitária de 3ª Classe	29.784,79
5 — Colatina	Baunilha	Unidade Sanitária de 3ª Classe	35.760,00
	São Domingos	Unidade Sanitária de 3ª Classe	35.760,00
TOTAL			651.877,15

O Projeto atende a sete localidades em cinco municípios do Estado, beneficiando diretamente a 157.237 habitantes. Tal investimento acarretará, em 1972, sensível acréscimo das despesas de custeio do Setor Saúde.

O Setor de Reforma, Adaptação e Ampliação de Unidades Sanitárias exigiu recursos, todos procedentes do Fundo de Participação do Estado no valor de Cr\$ 297.786,25, que vem possibilitando o atendimento das necessidades de 14 imóveis localizados em doze municípios.

Tem sido crescente o valor das aplicações para dotar as Unidades Sanitárias de adequado material médico, odontológico e de laboratório. Buscou-se a uniformização dos equipamentos, com aquisição de equipamentos odontológicos tipo "ATLANT B e C", centrifugadores elétricos, microscópios binoculares tipo "Zeiss", estabilizadores, autoclaves, agitadores, conseguindo-se dotar todas as 4 unidades de geladeira e caminhando-se para implantar, em todas elas, processo de esterilização a seco, por estufa.

O Setor de equipamento e reequipamento realizou em 1971 aquisição no valor de Cr\$ 610.000,00, quando em 1970 havia sido de Cr\$ 400.000,00.

2.º — Projeto de Fixação de Profissionais de Medicina no Interior

Este projeto cetera com a participação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural — FUNRURAL, que mediante convênio com o Governo do Estado, promove a suplementação dos vencimentos cu salários de médicos ou de dentistas como atrativo para fixá-los no interior do Estado.

As aplicações nesse projeto montaram, em 1971, a Cr\$ 2.192.064,00, contribuindo o FUNRURAL com Cr\$ 1.240.000,00 e o Estado com Cr\$ 952.064,00.

Em decorrência do convênio com o FUNRURAL, verificou-se uma migração principalmente de médicos tanto no interior do Estado com frequentes mudanças de município, como de outros Estados para o Espírito Santo. No final de 1971, apenas um município do Estado não tinha médico.

O projeto de fixação de profissionais de medicina no interior, aliado ao projeto de construção, ampliação, equipamento e reequipamento de Unidade Sanitária permitiu ao Governo do Estado ampliar a assistência médico-sanitária e melhorá-la qualitativamente, além de, contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do sistema estatístico. Os dois projetos, aliados a outras variáveis, tanto do Setor Social como do econômico, são indiscutivelmente responsáveis pela redução do coeficiente da mortalidade geral de 8,6 por mil habitantes em 1967 para 6,9 em 1970, como também da taxa de mortalidade infantil de 89,9 por mil habitantes para 76,3 no mesmo período.

O movimento das Unidades Sanitárias apresentou, em 1971, os seguintes resultados:

Grupos	Inscrição	Consulta	Comparecimento
a) Adultos	78.459	166.630	230.160
b) Gestantes	13.425	25.299	29.988
c) Infantes	18.325	44.924	57.520
d) Pré-Escolares	38.239	103.945	147.632
e) Escolares	34.617	90.937	125.814
TOTAL	183.065	431.735	591.114

Observe-se que as Unidades Sanitárias atenderam a 41,49% das gestantes do Estado.

Com um total de 431.735 consultas a todos os grupos etários, as Unidades prestaram três consultas a cada dez habitantes do Estado.

Verifica-se hoje a existência de quase duas Unidades Sanitárias e 27 médicos por Município.

Impulsionando, inicialmente, o programa de construções, passou-se, em seguida, a enfatizar o programa de conservação e melhoria do equipamento. Aprimorada a infra-estrutura, conseguiu-se crescente aumento do número de comparecimentos, pois a população, voltou a confiar na Unidade Sanitária sabendo que nela, além do médico encontra a vacinação, o exame laboratorial e o medicamento.

Um elevado número de laboratórios elementares de saúde pública existente nas Unidades Sanitárias, proporcionou razoável controle das parasitoses intestinais.

Os laboratórios Regionais de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina realizaram 57.153 exames de fezes, 40.180 de urina, 45.855 de sangue e 2.762 bacteriológicos.

Os laboratórios locais tiveram o movimento mostrado no quadro abaixo:

Material Examinado	Unidades Sanitárias	Unidades Móveis	Total
Fezes	100.297	38.432	138.729
Urina	30.396	—	30.396
Sangue	9.145	—	9.145
Outros	4.076	—	4.076
TOTAL	143.914	38.432	182.346

Esses números comprovam que 85% da população do Estado passaram por exames parasitológicos.

3.º — Projeto de Assistência Domiciliária por Unidades Móveis

Na implantação desse projeto, procurou-se, de iní-

cio, proporcionar assistência aos escolares, instalando-se nas maiores escolas de cada comunidade os serviços básicos conduzidos em veículos: consultório médico, gabinete odontológico e laboratório de análise. Nessas localidades, além de educação sanitária, procedeu-se à ministração de anti-helmínticos, hematinicos e vacinação básica.

Concluindo o atendimento a escolares o trabalho assistencial estende-se a outros grupos de população, visando principalmente a vacinação, as consultas de urgência e a eventual distribuição e aplicação de medicamentos.

Na Capital contou-se com a colaboração do Corpo de Voluntários da Paz, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM e da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia.

No interior, entretanto, evidenciou-se melhor o espírito comunitário, pois, além dos apoios institucionais, contou-se com a participação das populações atendidas.

Principalmente no interior, foi altamente positiva a colaboração prestada pela ACARES, que soube motivar os líderes rurais para aceitarem e promoverem o Projeto.

Em 1971 o Projeto atingiu 495 localidades em 23 municípios, com uma população de 863.064 habitantes, logrando-se um total de 81.350 atendimentos. Foram ministrados gratuitamente 832.858 unidades de produtos vários, obtendo-se os seguintes resultados:

Vacinas	Pessoas Imunizadas	Doses Aplicadas
Contra a Varíola	78.172	78.172
Contra a febre Tifóide	34.124	75.059
Contra a Poliomielite	8.447	45.892
Contra o Sarampo	1.285	1.285
Contra a Difteria	6.697	50.220
Contra a Coqueluche	5.196	47.308
Contra o Tétano	35.284	110.628
TOTAL	169.205	408.562

O controle das helmintoses foi outro objetivo básico perseguido pelas Unidades Sanitárias Móveis. Uma amostragem colhida por 18 unidades permitiu apurar um índice de infestação de 96,1% em escolares com a frequência de mais de dois vermes por exame realizado.

Dos 39.215 exames realizados apenas 1.530 revelaram-se negativos.

Outra importante atividade executada pelas Unidades Sanitárias Móveis foi a assistência odontológica, que, nas 495 localidades trabalhadas, executou 48.614 serviços diversos com o total de 19.286 pessoas atendidas.

O Projeto realizou, ainda, uma programação educacional não só em relação à saúde, como também à moral e cívica. Foram distribuídos cartazes e ministradas palestras sobre a transmissão de doenças, cuidados de saneamento primário (fossas, filtros e lixo), chegando-se até a ensinar o modo de construir fossas.

O esforço do Estado no sentido de motivar a comunidade para os seus problemas de saúde vem obtendo êxito satisfatório. Foram atingidas localidades que até então não conheciam médicos.

4.º — Projeto de Controle e Erradicação de Doenças Transmissíveis

Peça básica desse Projeto foi a vacinação contra as doenças evitáveis, fazendo-se, com esse fim, aqui-

sições no montante de Cr\$ 259.274 00 e desenvolvendo-se intenso trabalho junto às comunidades, o que permitiu superar os crescentes totais dos anos anteriores e alcançar o razoável índice de uma vacinação para cada dois habitantes.

O quadro abaixo mostra o progresso do Projeto em relação ao ano de 1971:

Imunizações	1970	1971
Anti-Variólica	133.853	196.732
Anti-Tifóidica	145.671	168.902
Anti-Poliomielítica	57.263	124.623
Anti-Tetânica	84.983	105.642
Anti-Diftérica	81.313	92.193
Anti-Pertussis	82.854	86.526
Anti-Sarampiosa	16.527	5.551
Anti-Gripal	8.267	—
B.C.G.	15.029	3.970
Anti-Colérica	2.009	324
TOTAL	627.769	784.463

De setembro a dezembro o Governo do Estado colaborou com o Ministério da Saúde na execução do Plano Nacional de Controle da Poliomielite, que procedeu à aplicação de três doses de vacina "Sabin" a crianças integrantes do grupo etário de 3 meses e 5 anos incompletos, em localidades com mais de 3.000 habitantes, considerando-se que essa doença se apresenta principalmente nos centros urbanos. Estima-se em 91.812 o número de crianças vacinadas das quais 64% receberam as três doses preconizadas, com o consumo geral de 224.405 doses de vacina.

CONTROLE DA TUBERCULOSE

Passando paulatinamente à responsabilidade do Estado a execução do controle da tuberculose pulmonar, procura-se a melhoria dos padrões técnicos, sob a supervisão da Campanha Nacional contra a Tuberculose, do Ministério da Saúde.

O total de abnegografia elevou-se a 43.080 e os testes tuberculínicos somaram 8.817. Em 1971 houve 12.656 comparecimentos. Pacientes em número de 348 foram considerados curados e 344 completaram a quimioprofilaxia.

CONTROLE DA HANSENIASE

Transferindo-se para o Estado a responsabilidade de luta contra a doença, melhores resultados foram obtidos, pois de 1967 a 1970 foram inscritos 592 enfermos, com a média anual de 148; em 1971, inscreveram-se 346.

Realiza-se sério trabalho de cadastramento dos hansenianos no Estado, acompanhado de um esforço para reintegrá-los na sociedade.

CONTROLE DA RAIVA

Até 1970, o tratamento humano no Espírito Santo era realizado por entidade privada. O Decreto n. 1010-P, de 03.08.71, instituiu a Comissão de Coordenação do Controle da Raiva no Estado que elabora projeto de trabalho conjugado das Secretarias de Saúde e de Agricultura e das Prefeituras Municipais da Grande Vitória, com a colaboração da Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor.

Foi instalada uma Unidade de Profilaxia de Raiva, anexa ao Centro de Saúde de Jardim América, contando com consultórios, sala de vacinação humana, sala de

vacinação animal e um canil de observação para animais mordedores.

O projeto recebeu aprovação da Organização Mundial de Saúde, tendo os Assessores da Repartição Sanitária Panamericana acompanhado toda a sua execução e prestado assistência técnica.

Estima-se que 45,66% da população canina da Grande Vitória tenha sido vacinada.

Para 1972, está prevista a construção de um canil para recolhimento de cães vadios, com capacidade de até 5.000 animais por ano, como também a introdução do diagnóstico da raiva animal através do imunofluorescência.

CONTROLE DA CÓLERA ASIÁTICA

A partir de setembro de 1970, em decorrência da expansão da 7.ª Pandemia de Cólera Asiática e em face da possibilidade de entrada da doença no País através dos terminais de Ponta de Tubarão e de Paul, a Secretaria de Saúde passou a exercer a vigilância Internacional nos referidos portos, preenchendo lacuna do Ministério da Saúde que, no Espírito Santo não dispõe de uma Inspeção de Saúde dos Portos.

Foram visitadas 499 embarcações, desembarcados por doença 46 tripulantes, aplicada revacinação antivaricela em número de 941 e anti-colérica em número de 369.

UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Esta Unidade procura investigar não só os casos de varíola, como também de outras doenças transmissíveis, classificadas segundo a importância em grupo A (Varicela, Poliomielite, Raiva) e grupo B (Difteria, Tétano, Coqueluche, Sarampo, Febre Tifóide, Tuberculose e Hanseníase).

Em 1971, foram notificados 22 casos suspeitos de varíola, não havendo sequer um caso confirmado. Assim o Espírito Santo caminha para o 3.º ano consecutivo sem nenhum caso, podendo ser considerado área de varíola erradicada.

Essa Unidade, ainda não definitivamente implantada, já é merecedora de crédito e terá uma valiosa atividade em 1972.

5.º — Projeto de Assistência Odontológica

A assistência sanitária prestada pelo Estado se realiza em dois campos, médico e odontológico.

Sob esse último aspecto, o trabalho foi assim programado:

- a — assistência através da rede de Unidades Sanitárias;
- b — no interior, através das Unidades Sanitárias Móveis;
- c — nos grandes centros através de equipes de Operação Concentrada de combate à Cárie ou o chamado serviço escolar externo.

Nas Unidades Sanitárias, realizou-se o seguinte trabalho:

Especificação	Centros de Saúde e Unidades Sanitárias
Inscrições	
Exames Dentários	58.630
Atendimentos subsequentes	64.475
Total de comparecimentos	123.105
Total de tratamentos completados	12.416
Clientes não atendidos	1.139
Cirurgias	—
Extrações de dentes deciduos	23.778
Extrações de dentes permanentes	180.451

Total de extrações	204.229
Outras intervenções	42.921
Profilaxias	509
Fluorterapia	104
Inspeção	116
Estatísticas	—
Consumo de anestésicos	135.940
Horas trabalhadas	66.717
Serviços executados	306.509

Em 1971, a operação concentrada de combate a Cárie proporcionou tratamento inicial a 45 grupos escolares em Vitória; 4 em Cariacica e 3 em Vila Velha, além da manutenção de outros 5 grupos em Vitória, 2 em Cariacica e 3 em Vila Velha, num total de 62 estabelecimentos.

No período de férias escolares, foram atendidas as seguintes Obras Sociais:

a — Tratamento Inicial: Fundação Caboclo Bernardino — Círculo Operário de Trabalhadores Cristãos — Polícia Civil — Secretaria de Saúde e Obra Social São José.

b — Tratamento de Manutenção: Orfanato Cristo Rei — Colônia de Férias da Campanha Nacional de Alimentação Escolar — Associação dos Funcionários Públicos no IBES e Legião Brasileira de Assistência.

O custo da Operação Concentrada elevou-se a Cr\$ 302.062,75, custando para cada tratamento completo Cr\$ 23,89 e cada serviço Cr\$ 3,83. Dos 44.459 escolares da Grande Vitória a operação atingiu a 14.388, isto é, a 32,3% do grupo etário. Nos 7 municípios trabalhados foram realizados 18.018 exames dentários constataando-se apenas 1.172 dentições hígidas, isto é, 93,5% dos escolares possuem dentes cariados e em Santa Teresa, Nova Almeida e Cachoeiro de Itapemirim não foi encontrada sequer uma dentição hígida.

PROGRAMA DE PESQUISA, INVESTIGAÇÃO E PREPARAÇÃO DE PESSOAL

Além das atividades de Fiscalização do Exercício Profissional e de Estatística, este Programa abrange quatro projetos: Preparação de Pessoal, Saneamento, Pesquisa e Investigação e Produção de Medicamentos.

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Esta atividade compreende, além do controle do exercício profissional propriamente dito, a fiscalização do comércio farmacêutico, o controle de psicotrópicos, a fiscalização de estabelecimentos hospitalares e afins.

Há grande dificuldade na fiscalização do comércio farmacêutico em razão da escassez de farmacêuticos legalmente habilitados para assumir a responsabilidade técnica dos estabelecimentos existentes no Estado. Assim, o órgão executor fica entre a alternativa de cumprir com rigor a legislação ou privar vastas regiões de assistência farmacêutica.

Essa atividade alcançou, em 1971, os seguintes números:

Registros de profissionais	102
Inspeção	96
Registros de livros	205
Mapas de drogas controladas	370
Requisição de entorpecentes	128

ESTATÍSTICA

Esta atividade compreende a coleta, apuração crítica e análise dos dados de estatísticas vital.

Podem ser apontadas várias deficiências no setor, principalmente sob o aspecto de pessoal. Ainda assim, foram conseguidos resultados satisfatórios com o fornecimento de dados ao Ministério da Saúde, Fundação IBGE, além de informação a entidades oficiais e privadas.

PROJETO DE PREPARAÇÃO DE PESSOAL

Este projeto tem por objetivo a seleção, formação, treinamento e retreinamento do pessoal auxiliar de saúde.

Apesar dos esforços realizados em 1971 e nos anos anteriores, ainda é acentuada a falta de pessoal auxiliar tecnicamente habilitado para prover as necessidades da Secretaria de Saúde.

Os quadros seguintes mostram as atividades de seleção e formação de Pessoal:

Cargo	Comparecimento
Visitadora Sanitária	51
Laboratorista	24
Auxiliar de Laboratório	33
Auxiliar de Saneamento	5
Atendente de Saúde	164
Atendente de Enfermagem	230
TOTAL	507

Curso	Matrículas	Concludentes
Visitadora Sanitária	25	19
Auxiliar de Laborat.	15	9
Auxiliar de Saneamento ..	5	5
Atendente de Saúde	32	30
Atendente de Enfermagem ..	30	30

O PIPMO contribuiu para este projeto com a importância de Cr\$ 17.957,00.

SANEAMENTO

Destinado para cuidar da higiene ambiental incluindo a avaliação sanitária do meio terrestre, aéreo e hídrico e o estudo dos problemas relacionados com a higiene da habitação e higiene ocupacional, este projeto apesar das limitações de ordem financeira e de pessoal técnico, desenvolveu as seguintes atividades:

- Apreciação e aprovação dos projetos de arquitetura de instalações hidro-sanitárias das construções residenciais e industriais da Grande Vitória.
- Estudo e sugestões para melhoria das condições higiênicas da área próxima ao frigorífico FRINCASA (Itacibá).
- Idem para área próxima ao matadouro da COFRISA (Vila Velha).
- Idem para a área próxima à IPESSA.
- Estudo e aprovação de projetos arquitetônicos e hidro-sanitárias de hospitais.

PESQUISA E INVESTIGAÇÃO

O projeto objetiva principalmente o diagnóstico etiológico das doenças e tem sua execução a cargo dos Laboratórios Regionais de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

Além da atualização do pessoal de nível superior,

através de cursos e estágios, e retreinamento do pessoal auxiliar, deve-se mencionar a instalação da Seção de Bromatologia do Laboratório Regional de Vitória, bem como a aquisição de novos equipamentos. O Laboratório

de Vitória preparou — 243.400 mil reagentes e meios de cultura destinados aos laboratórios das unidades sanitárias. As atividades de pesquisa e investigações são apresentadas no seguinte quadro:

Tipos	Vitória	Cachoeiro de Itapemirim	Colatina	Total
Fezes	34.009	14.137	9.007	57.153
Urina	27.139	10.365	2.676	40.180
Sangue	35.780	6.970	3.135	45.885
Bacteriológico	2.026	736	—	2.762
SOMA	68.954	32.204	14.836	145.940

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

O Laboratório Químico-Farmacêutico apresentou a seguinte produção de medicamentos:

Produtos	Volume (ML)
Mercúrio cromo	107.900
Tintura de Iodo	23.500
Alcool Iodado	8.000
TOTAL	139.400

Produtos	Nº de Comprimidos
Sulfato Ferroso	2.792.000
Adipato de Piperazina	1.473.000
Protóxalato de Ferro	788.000
Ácidos Acetil Salicílico	741.000
Sulfadiazina	503.900
Iri-Sulfa	196.000
Metionina	97.000
TOTAL	6.590.900

Em 1972, o Laboratório Químico-Industrial deverá produzir drageas e xaropes.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

A fundação Hospitalar do Espírito Santo, criada

para possibilitar ampla liberdade executiva no campo da assistência médico-hospitalar, experimentou graves dificuldades no exercício de 1971. Em primeiro lugar, a contenção de despesas adotada pelo Instituto Nacional de Previdência Social, principal fonte da receita industrial da Fundação, reduziu em quase 50% os recursos orçamentários previstos. Também o plano de economia do Governo Estadual reduziu parcelas ponderáveis de suas transferências para a Fundação Hospitalar. O elevado número de internações por indicação social onera a manutenção das Unidades Hospitalares e a realidade orçamentária mal pode suportar a expansão anterior do órgão.

Ainda assim, a Fundação Hospitalar vem prestando os mais relevantes serviços à comunidade capixaba, atendendo, em 1971, 13.515 admissões e executando os seguintes serviços:

Exames laboratoriais	24.801
Transfusão de sangue e plasmas	23.479
Atendimento ambulatorial	20.959
Radiografias	3.554
Consultas odontológicas	1.809
Intervenções cirúrgicas realizadas	3.065
Partos	2.764

A Fundação Hospitalar conta atualmente com as seguintes unidades:

Unidades Hospitalares	Localização Município	Especialidade Médica	Nº de Leitos
Hospital Colônia "Adaauto Botelho"	Cariacica	Psiquiatria	870
Hospital Infantil "N. Senhora da Glória"	Vitória	Pediatria	260
Sanatório "Dr. Pedro Fontes"	Cariacica	Hanseníase	435
Sanatório "Oswaldo Monteiro"	Vitória	Tuberculose	130
Pavilhão para Tuberculose "Carlos Lindenberg"	Colatina	Tuberculose	52
Sanatório "Samuel Libânio"	Cachoeiro de Itapemirim	Tuberculose	37
Maternidade de Vila Velha	Vila Velha	Obstetricia	60
Hospital Maternidade "Silvio Avidos"	Colatina	Geral	79
Hospital Dr. João dos Santos Neves	Baixo Guandú	Geral	72
Hospital São José	São José do Calçado	Geral	60
Maternidade "São Camilo"	Aracruz	Geral	46
Hospital Barra de São Francisco	Barra de São Francisco	Geral	90
Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro	Jerônimo Monteiro	Geral	20

Diminuindo, por necessidade, o ritmo de expansão da rede, cuida-se agora de dar ênfase à recuperação das Unidades Hospitalares existentes. Nesse sentido foram iniciadas ou programadas as seguintes obras:

- reforma e ampliação da cozinha e refeitório do Hospital Colônia "Aduino Botelho";
- reforma e ampliação da atual cozinha, lavatório, refeitório e sala de cirurgia do Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória";
- construção de guarita, vestiários masculinos e feminino no Hospital Nossa Senhora da Glória;
- construção do Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim.

Foram adquiridos equipamentos para o Hospital de Barra de São Francisco, a Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro e para outras Unidades, como ainda novo centro cirúrgico, com todo o material acessório, para o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, equipamento para a cozinha e refeitório e novo gabinete odontológico para o Hospital Aduino Botelho.

Mudança de instalações, elaboração de tabela de lotação de pessoal nas Unidades Hospitalares, padronização de equipamento de gêneros alimentícios e de medicamentos para posterior centralização da aquisição, provas de admissão de bolsistas estagiários, foram alguns dos melhoramentos realizados para colocar a Fundação Hospitalar do Espírito Santo no nível de desempenho que dela é justo esperar.

EDUCAÇÃO

Preocupação prioritária do Governo do Estado, a Educação absorve, com justiça, parcela importante do Orçamento Estadual pela simples razão da unanimidade, hoje, do pensamento de que a Educação é fator decisivo de desenvolvimento.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A autuação de 37.683 processos em 1971 é suficiente para demonstrar o volume de serviço que sobrecarrega a estrutura administrativa da Secretaria. Para imprimir eficiência ao serviço foi tomada uma série de medidas de reorganização dos serviços administrativos relativas a pessoal, material, sistemas e rotinas de trabalho etc.

O cadastro de servidores acusa os seguintes números:

Total	Efetivo	Comissão	Substituto	Contratados
12.732	11.304	38	353	985

Especiais providências de reorganização foram tomadas em relação ao Arquivo, onde se situava um dos pontos de estrangulamento das atividades burocráticas.

Ademais de modificações no funcionamento dos Serviços de Material e de Transporte, deve ser mencionado o trabalho realizado pelo Serviço de Patrimônio que iniciou pelos municípios da Grande Vitória o cadastramento dos bens móveis e imóveis da Secretaria.

Administração das Escolas Polivalentes (AEPES)

A Secretaria de Educação e Cultura através de sua Comissão de Planejamento elaborou o ante-projeto de Lei propondo a criação da AEPES, efetivada pela Lei 2649 de 22-10-71, e regulamentada pelo Decreto n. 182-N de 29 de outubro de 1.971.

Absorvendo os compromissos de contratação do pessoal treinado pelo PREMEM a AEPES contratou para o período de 1.º de agosto a 31 de dezembro:

Pessoal	Número
Docente	224
Técnico	20
Administrativo	28
TOTAL	272

Custo no período de agosto a dezembro de 1.971

Especificação	Cr\$
Salário contratados	1.074.503,60
Previdência Social	289.465,96
TOTAL	1.363.969,56

CETAPES

O Centro de Treinamento de Artes Práticas, destina-se à formação, treinamento e especialização de pessoal docente do ensino de 1.º e 2.º graus na área de formação especial.

Acha-se em final de construção cujo início deu-se em maio de 1971 com recursos do Estado através do Plano Nacional de Educação e federais através do Departamento de Ensino Médio — Ministério da Educação e Cultura.

Especificação dos Recursos	Cr\$
ESTADUAL — P.N.E.	485.763,71
FEDERAL — DEM/MEC	250.000,00
TOTAL	735.763,71

O primeiro curso está previsto para 1.º de março de 1.972 com duração de 5 (cinco) meses e um total de 90 (noventa) professores:

ÁREA	N.º de Professores
Técnicos Agrícolas	30
Educação Para o Lar	30
Técnicas Comerciais	30

Engenharia Escolar

A elaboração e execução, direta ou indiretamente, de projetos, levantamentos, estudos e orçamentos das construções, reconstruções e conservação das unidades da rede de ensino do Estado estiveram a cargo do setor de Engenharia Escolar.

Em decorrência do cancelamento dos recursos orçamentários para "Obras", para fazerem face a despesas outras comprometidas e sem dotação prevista como ocorreu com as Escolas Polivalentes, em 1971 foram concluídas obras iniciadas em 1970, num total de 50 (cincoenta).

Política de Planejamento e Assessoria Educacional

A Comissão Estadual de Planejamento e Assessoria Educacional (C.E.P.A.E.), criada em 31 de agosto de 1971, pelo Decreto Estadual n. 417-E, tem a finalidade de promover estudos e elaborar planos para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema de ensino do Estado. É o órgão condutor da política de planejamento da Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades prioritárias prendem-se à elaboração dos planos previstos na Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Com a criação da C.E.P.A.E., ficou extinta a E.P.E.M.E.S. (Equipe de Planejamento do Ensino Médio do Espírito Santo), constituída em agosto de 1967 com vistas à elaboração do Plano Estadual de Educação e à programação dos Ginásios Polivalentes no Estado do Espírito Santo.

Atividades da E.P.E.M.E.S.

Durante o ano de 1971, dada a inexistência de verba específica para sua manutenção, a EPEMES teve suas atividades restritas aos trabalhos realizados pela sua coordenação que se resumem nos seguintes:

- assessoria técnica para a Comissão Estadual do PREMEM, Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio;
- plano de indicação dos municípios prioritários da 3a. etapa do PREMEM;
- elaboração do Projeto de Lei criando a Administração das Escolas Polivalentes do Espírito Santo (AEPES);
- elaboração do Decreto de regulamentação da AEPES;
- elaboração do plano de atividades das Escolas Polivalentes no segundo semestre de 1971;
- levantamento de dados adicionais e defesa das indicações dos municípios de Santa Teresa, Aracruz, Baixo Guandu, Mimoso do Sul e Linhares, todas aprovadas pela CA do PREMEM;
- elaboração do Projeto de Lei de criação do CETAPES (Centro de Treinamento de Artes Práticas do Espírito Santo).

Atividades da C.E.P.A.E.

Não obstante estar ainda em fase de implantação e sem dispôr de sua assessoria técnica completamente

constituída, a C.E.P.A.E. realizou as seguintes atividades no segundo semestre de 1971:

- Elaboração da minuta de Decreto de criação da CEPAE;
- Elaboração do Plano de Aplicação de Recursos do Salário Educação, Quota Federal 1971, constante de 2 (dois) projetos e 7 (sete) sub-projetos, devidamente aprovados pelas autoridades competentes;
- Elaboração dos anexos 1 e 2 ao Plano referido na alínea anterior, contendo dados estatísticos e outras informações sobre a administração do sistema de ensino do Estado;
- Elaboração do Planejamento Prévio para implantação do Ensino de 1.º e 2.º graus no Espírito Santo, devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação;
- Reformulação da minuta de Lei que dispõe sobre a criação do CETAPES, para abranger também a preparação de pessoal docente para as disciplinas específicas do 2.º grau;
- Participação nos trabalhos de elaboração da minuta de Decreto que dispõe sobre a contribuição das empresas industriais, comerciais e agrícolas para manutenção do ensino de 1.º grau gratuito de seus empregados;
- Desenvolvimento de trabalhos e estudos para elaboração do Plano de Implantação do Ensino de 1.º e 2.º graus no Espírito Santo;
- Trabalho sobre o currículo e instruções metodológicas para o Curso de Reciclagem para Professores de 5a. e 6a. séries.

Melhorias Quantitativas

Expansão Física — Ensino Pré-Primário e Primário.

Tornou-se necessário um remanejamento no programa de construções, a fim de assuntá-lo em bases mais racionais e objetivas, com o cancelamento de algumas obras em benefício de outras mais urgentes.

Diante dos compromissos assumidos com o PREMEM para o funcionamento das Escolas Polivalentes, fez-se inevitável o cancelamento de obras no montante de Cr\$ 1.980.000,00.

Restringiu-se às obras já iniciadas pela extinta MOCCA, àquelas em convênio da Secretaria e Plano Nacional de Educação com as Prefeituras bem como às constantes da reformulação do plano de aplicação dos recursos do PNE, o volume das realizações em 1971, abaixo demonstrado:

Discriminação das salas construídas, de acordo com a origem dos recursos

Modalidade	Orçamento do Estado	P.N.E.	TOTAL
N.º de salas construídas em prédio novo	121	65	186
N.º de salas ampliadas em prédios existentes	10	13	23

A situação de atendimento à escolarização de ensino primário no Espírito Santo caracteriza-se por um permanente esforço no sentido da solução do problema da incapacidade física do sistema em comportar a contínua expansão da demanda quer pelo crescimento ve-

getativo da população, quer pela elevação do nível de aspiração educacional do nosso povo. Uma de nossas metas aponta a necessidade de se reduzir o número de turnos diários da rede primária oficial do Estado.

O diagnóstico da situação indicava, no início de 1971, a existência de uma situação por demais constrangedora. O quadro abaixo visualiza a situação: Regime de Funcionamento da Rede Estadual

	TURNO ÚNICO		DOIS TURNOS		TRÊS TURNOS		QUATRO TURNOS	
	N.º DE ESTAB.	SALAS						
TOTAL	3.892	4.026	208	1.153	121	559	13	59

Essa situação estava, pois, a exigir providências tanto quanto possível urgentes para sua regularização. O programa de obras para 1971 com Recursos do Salário Educação/COTA Federal 1971 limitou-se a ampliações e construção de novos estabelecimentos para redução em dois turnos de funcionamento: ampliação de 118 salas em 49 estabelecimentos de Ensino e construção de 23 novas unidades com 151 salas de aula para absorção de um turno em estabelecimentos próximos desprovidos de água para ampliação.

Essa programação soluciona 55% das deficiências apontadas. Embora as obras estivessem previstas para 1971, o atraso na apreciação do Plano de Aplicação e Liberação de Recursos no âmbito Federal adiou para 1972 o elenco de realizações programadas:

Em construção e inauguração prevista para 1972, 9 (nove) unidades de Escolas Polivalentes programadas para a 1.ª etapa, incluindo os seguintes Municípios:

1. Vitória — Maruípe
2. Vitória — Santo Antônio
3. Cariacica — Campo Grande
4. Vila Velha — Itaparica
5. Cachoeiro de Itapemirim — Guandu
6. Colatina — São Silvano
7. Linhares
8. Itapemirim
9. São Mateus

A Secretaria de Educação e Cultura adotou as devidas medidas que lhe proporcionaram o atingimento de escolarização na faixa de obrigatoriedade, sendo sem procedente a procura de vagas em todos os estabelecimentos de ensino, ampliando o número delas nas 5.ªs séries das Escolas Polivalentes tendo em vista a meta de oferecer escola a todos.

Por outro lado a administração das Escolas Polivalentes assegurará as melhores possibilidades de atendimento à rede para que se firmem no contexto das medidas de renovação estrutural da educação como escolas verdadeiramente de formação e encaminhamento da juventude.

Recursos do FNDE/1971

Especificação	N.º de Estabelecimentos	N.º de Salas	Custo Cr\$
Ampliações em unidades existentes ..	49	118	1.208.000,00
Construções de novas unidades	23	151	2.065.000,00
TOTAL	72	269	3.273.000,00

Ensino Médio

a) — No setor do ensino médio, em virtude do comprometimento de vultosos recursos do Estado na implementação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, que vai descrever a seguir, e construção do CETAPES (Centro de Treinamento de Artes Práticas do Espírito Santo), não houve programação de melhoria das instalações da rede do ensino médio existente.

b) — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM).

	Unidades Escolares		Prédio	
	Criadas	Em Funcionamento	Próprio	Cedido
1970	38	31	25	10
1971	44	38	35	10

No Ensino Primário

A rede de ensino primário oficial contou no Estado, em 1971, com uma matrícula de 239.950 alunos num total de estabelecimentos assim discriminados:

Expansão da Matrícula

No Ensino Pré-Primário

Durante o ano de 1971 funcionaram 33 (trinta e oito) unidades escolares no nível pré-primário com matrícula de 7.170 pré-escolares.

A demanda de matrícula nesses estabelecimentos, como constata o quadro abaixo, mostra a evolução do sistema de ensino pré-primário.

Expansão do Ensino Pré-Primário

N.º de Salas de aula	Classes em Funcionamento	Classes em Convênio com o Estado	Matrícula Geral		
			G. E.	EE. RR.	E. Convênio
111	225	23	6.070		
134	270	18	7.170		
Total	G. E.	EE. RR.	E. A.	E. Sing.	E. Convênio
4.445	266	92	18	4.026	43

Índice de Escolarização

População de 7 a 14 anos (A)	Alunos matriculados em 1971				Índice de Escolarização
	Total (B)	Estadual	Municipal	Particular	
369.267 (1)	289.243	239.950	22.564	26.729 (3)	78%

(1) — Dados estimados com base no percentual de 22,77% registrado no Censo Escolar de 1964.

(2) e (3) — Estimativa baseada no índice de crescimento da população, 2,4% ao ano. Ano base 1970.

Foram criadas novas unidades permitindo uma matrícula de 7.860 novos alunos no diurno e 782 nos cursos noturnos.

Estabelecimentos criados Matrículas novas

Estabelecimento	N.º de Unidades	N.º de Classes		Novas matrículas	
		D	N	Diurno	Noturno
G. Escolares	15	110	23	3.148	592
E. Reunidas	7	29	7	798	190
E. Singulares	131	131	—	3.914	—
TOTAL	153	270	30	7.860	782

Convênios

Com o propósito de propiciar expansão da matrícula, nos núcleos em que a rede estadual era insuficiente, a Secretaria de Educação e Cultura firmou convênio com entidades particulares, obtendo, sem onus, salas de aula para instalação de classes pré-primárias e primárias com pessoal docente mantido pelo Estado.

Escolas em Convênio (1971)

Nível	N.º de Classes	N.º de Escolas	Alunos Beneficiados
Pré-Primário	18	9	437
Primário	256	43	8.008

No Setor de Excepcionais

Atendimento a Excepcionais da rede

Excepcionalidades atendidas	Anos	
	1970	1971
Deficientes mentais	146	154
Deficientes de audição e da palavra	192	192
Deficientes visuais	32	55
TOTAL	370	401

A limitada expansão da matrícula em classes especiais deve-se à carência de recursos humanos especializados. Objetivando o equacionamento do problema com vistas às necessidades de treinamento de profes-

sos foi levada a efeito a triagem e avaliação de alunos nas áreas de deficientes mentais (há 4.064 alunos repetentes há dois ou mais anos, só na 1.ª série) e visuais dimensionadas nos Quadros que se seguem:

	Capital	Outros Municípios	Total
Levantamento de alunos com dificuldade de aprendizagem	323	645	986
Avaliados deficientes mentais	2	148	150
Encaminhados à Classe Especial	2	101	103
Encaminhados à Classe Comum	—	31	31
Encaminhados à Escola Especializada	—	16	16
Encaminhados a médico	2	15	17

Pavilhão de Artes

O ensino de Artes Práticas em nível primário, foi proporcionado através de 17 (dezesete) Pavilhões de Artes Industriais anexos a Grupos Escolares ocupando os serviços especializados de 119 (cento e dezenove) professores e significando um atendimento a 3.210 escolares.

Em 1971 foram construídos 4 (quatro) Pavilhões, um em cada município abaixo relacionado:

Linhães — anexo ao G.E. "Alberto Rubim"
 Nova Venécia — anexo ao G.E. "Claudina Barbosa"
 Rio Novo do Sul — anexo ao G.E. "Bodar Junior"
 Serra — anexo ao G.E. "João Loyola"

Além desses, iniciadas as obras do Pavilhão de Artes anexo ao G.E. "Marcondes de Souza", Muqui.

Educação de Adolescentes e Adultos

a) rede estadual

A matrícula nos cursos de adolescentes e adultos da rede estadual atingiu a 47.929 alunos sob responsabilidade de:

1.076 professores titulados e
 865 professores não titulados.

b) MOBRAF

Nos meses de abril e maio de 1971, O Mobral Central firmou Convênios com as Comissões Municipais de 37 (trinta e sete) Municípios Capixabas (vide quadro anexo) com interveniências das respectivas Prefeituras e do Governo Estadual para execução do programa de Alfabetização Funcional. Esses Convênios previam o atendimento a 23.850 adolescentes e adultos com despesas para o Mobral no montante de Cr\$ 430.300,00 com gratificação aos alfabetizadores.

Dos 23.850 alunos conveniados, aproximadamente 14.500 chegaram ao final do curso. Desses, 10.600 foram alfabetizados. Houve, portanto um aproveitamento de 72,4%.

CONVÊNIO MOBRAF/GOVERNO ESTADUAL

Em agosto Mobral e Governo do Estado do Espírito Santo firmaram Convênio para funcionamento da Coordenação Estadual do Mobral, neste Estado. Essa Con-

venio estabelece que ao Governo Estadual cabe fornecer pessoal, prédio, equipamento, veículo e material de consumo necessário ao funcionamento da Coordenação Estadual e ao Mobral cabe a responsabilidade de promover a alfabetização Funcional de toda população capaz com 12 ou mais anos de idade.

No Ensino Médio

A rede oficial do ensino médio comportou em 1971 o aumento de mais de 4.883 alunos o que vem provar a crescente demanda de matrícula neste nível de ensino. O Quadro que segue retrata o comportamento da matrícula em 1971.

Matrícula nos Estabelecimentos de Ensino Médio mantidos pelo Estado.

Ano	Total	CURSOS		
		Ginasial	Colegial	Normal
1970	33.078	24.688	3.938	4.452
1971	37.961	28.118	4.873	4.970

Acrescenta-se a esses dados a matrícula da Escola de Enfermagem do Espírito Santo no exercício de 1971

Série	Alunos
1.º ano	105
2.º ano	34
TOTAL	139

No Ensino Superior

a) — A Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo matriculou, em 1971, 92 alunos nas quatro séries, tendo diplomado 12 concludentes em Farmácia e 17 em Farmácia e Bioquímica, num total de 29 diplomados.

b) — A Escola Superior de Agronomia iniciou suas atividades em 1971, tendo sido aprovados no vestibular 48 candidatos, dos quais apenas 39 frequentaram o curso.

Funcionou até outubro no prédio do Colégio Estadual de Alegre, transferindo-se então para o prédio próprio da Escola, embora ainda inacabado.

c) — A Escola de Música conseguiu autorização para funcionamento dos Cursos de Graduação de Piano, Violino e Canto.

O número de matriculados foi de 116 no Curso Preparatório, 62 no Curso de Iniciação e 14 no de Graduação de Piano e Canto.

A Escola recebeu do Estado, em doação, o terreno para a construção da sede própria.

Equipamento e Material

Foram feitas aquisições para equipamento das Unidades de ensino primário e médio no valor total de Cr\$ 2.854.883,28, sendo Cr\$ 2.087.937,28 e o restante do Orçamento estadual.

FUNCAEME

O programa do Fundo de Conservação e Aparentamento dos Estabelecimentos de Ensino Médio teve con-

tinuidade com recursos resultantes do cálculo de 30% (trinta por cento) sobre a receita do sistema de cobrança de mensalidades nos estabelecimentos de Ensino Médio Oficial do Estado, tendo sido pago pela Administração do Funcaeme a importância de Cr\$ 247.083,67 no exercício de 1971.

Funcaeme — 1971

Estabelecimentos Oficiais n.º	Receita prevista	Importância consignada Orçamento — 1.971	Quantia Libe- rada pela Secretaria da Fazenda
60	1.560.637,00	380.000,00	247.083 57

Melhorias Qualitativas

As melhorias qualitativas do sistema se traduzem por um elenco de iniciativas objetivando o aperfeiçoamento crescente de seu magistério, nos diversos níveis, através de cursos, seminários, encontros, além da assistência direta através dos serviços de Orientação e Supervisão ou indireta em boletim de informação e orientação.

Treinamento, Aperfeiçoamento, Especialização e Formação do Corpo Docente e Administrativo

No ensino primário, dos vários cursos de treinamento, reciclagem, formação de Coordenadores, Orientadores etc., participaram 802 interessados.

No ensino de Artes Industriais, além de curso realizado para suprir as necessidades de provimento de pessoal nos novos Pavilhões, houve estágios e cursos de treinamento para 75 candidatos submetidos a rigorosa seleção. Foram realizados, em vários Municípios, o total de 15 Exposições dos trabalhos realizados nos Pavilhões de Artes Industriais anexos a 11 grupos escolares.

No setor de educação de excepcionais foi ministrado curso de especialização para 40 professores nas áreas de deficientes mentais e deficientes da audição e da palavra.

No setor de educação de adolescentes e adultos a qualificação de pessoal esteve a cargo do MOBREAL, que preparou 77 professores.

No ensino médio houve:

Cursos de atualização pedagógica em Nova Venécia e Montanha, com a frequência de 36 e 30 candidatos respectivamente.

Encontro de Professores de Ensino Normal para implantação dos currículos das Didáticas e Práticas de Ensino em Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Alegre, Vitória com a participação de 61 normalistas.

Cursos de Orientação Educacional, com 215 cursistas, e Recursos Audiovisuais, com 163, ministrados em Vitória por professores da Fundação Getúlio Vargas.

Cursos de aperfeiçoamento de professores, com 121 participantes.

Implantação de nova estrutura técnica e administrativa em 11 Colégios Estaduais de mais de 1.000 alunos.

Educação Física

As atividades no setor constituíram-se primordialmente na tarefa de proporcionar condições técnicas-pedagógicas atualizadas aos professores de Educação Física, a fim de que mais vibração tivesse a Educação Física nos nossos estabelecimentos de ensino. Tal treinamento foi oferecido também aos professores leigos que lecionam Educação Física a título precário em nossos estabelecimentos de ensino. Nesse sentido foram realizados os seguintes Cursos e Seminário:

- a) Atualização de Arbitragem de Futebol de Campo, Futebol de Salão e Voleibol.
- b) Expressão Corporal,
- c) Seminário Pedagógico,
- d) Dinamizações Escolares,
- e) Handebol,
- f) Voleibol,
- g) Informativo de Educação Física.

Na área de Promoções e Desportos foram realizadas diversas promoções desportivas incentivando o desporto entre nossos jovens:

- a) Jogos Infantis
- b) V JOPES em todo o Estado
- c) VIII Jogos Estudantis de Vila Velha
- d) JOPES sul
- e) JOPES norte
- f) JOPES centro
- g) III Jogos Universitários Estudantis
- h) Convocação, Treinamento da Delegação Espírito-santense aos IV Jogos Estudantis Brasileiros, em Maceió — Alagoas
- i) Olimpíada Escolar
- j) Jogos de João Neiva
- l) Jogos de Baixo Guandu
- m) Jogos de Guaçul
- n) II Jogos Universitários da Primavera do Espírito Santo
- o) PENABIBAN
- p) Semana da Marinha
- q) Semana da Comunidade.

Com o propósito de sanar as deficiências de material esportivo e local para desenvolvimento dos trabalhos foi apresentado a Assessoria Técnica do DED/MEC os projetos de Escolas Clube, unidades avulsas e Aperfeiçoamento de Professores para aplicação de recursos federais no montante de Cr\$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil cruzeiros), assim distribuídos:

Projetos

Projetos	Custo
Escolas Clubes	500.000,00
Unidades Avulsas	350.000,00
Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores	55.000,00

Recursos Audiovisuais

No setor de Recursos Audiovisuais foram promovidos:

- a) Exposições
 - Estande para a Secretaria de Educação e Cultura — Praça Costa Pereira
 - Arte Infantil (Desenho e Pintura)
- b) Concursos de
 - Arte Infantil (Semana da Criança)
 - Faça sua Bandeira.

Além de efetuar a cobertura fotográfica de atos oficiais, o Setor prestou colaboração a numerosas instituições federais, estaduais e particulares.

Supervisão e Orientação do Ensino

Em 1971, o Serviço de Orientação através de seus 136 orientadores atuou em 33 Municípios, proporcionando melhores condições de atendimento a 69.040 alunos, enquanto o Serviço de Supervisão, através de seus 159 Supervisores, proporcionou assistência a 1.510 professores leigos em conjunto com a comunidade e lar, em benefício de 45.300 crianças.

Quadro Docente

Sem se computar as suplementaristas, os quadros de professores dos três níveis de ensino apresentaram em 1970 e 1971 os seguintes números:

Ensino Pré-Primário

Ano	Total	P.P.P.	P.P.	D.E.N.
1970	310	190	33	87
1971	385	260	33	92

Ensino Primário:

Anos	TITULADOS			NÃO TITULADOS			
	P.P.	D.E.N.	Total Parcial	D.P.	D.E.	Total Parcial	Total Geral
1969	3.610	1.218	4.828	629	2.562	3.191	8.019
1970	3.728	2.284	6.012	674	2.667	3.341	9.353
1971	4.176	2.151	6.327	541	2.824	3.365	9.692

Ensino Médio

Anos	Catedráticos	Efetivos	Interinos	Contratados	Total
1970	8	931	30	130	1.099
1971	7	1.048	26	92	1.173

Assistência aos Educandos

Campanha Nacional de Alimentação Escolar — CNAE

Em 1971, a Secretaria de Educação e Cultura continuou proporcionando assistência alimentar através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, órgão de educação e assistência alimentar aos escolares de níveis pré-primário, primário, secundário e supletivo matriculados em regime de gratuidade nas escolas mantidas pelo Estado e municípios.

A expansão da assistência é indispensável e significativa, considerando que se tornou um fator de redução da evasão escolar. No ano letivo que se finda foram consumidos pelos escolares 1.060.695.000 kg, o que representa 54% do custo total de todas as atividades de Programa de Alimentação Escolar.

Alimentação da CNAE

Anos	N.º de Municípios	Alunos Atendidos (Est. e Munic.)	Alunos Atendidos	Refeições Distribuídas
1970	53	7.522	351.305	61.914.883
1971	53	7.985	356.382	64.879.916

Os custos totais dos programas e atividades pela Campanha no Estado, orçam em Cr\$ 15.580.773,04 custando cada refeição servida, em média Cr\$. . . . 0,24.

Para levantamento da participação tanto de Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Comunitárias, muitas vezes foi necessário atribuir-se valores

quantificados a todas as formas de colaboração prestada, direta ou indiretamente, aos programas da C.N.A.E. Para avaliação da participação internacional foram considerados os valores constantes dos termos dos Convênios as quantidades de alimentos desembarcados nos portos de Vitória e Guanabara, destinados ao Espírito Santo.

Especificação e Participação	Internacional		Nacional
	SNAPD/USAID		Estado Municípios Comunidades
Valor	2.327.378,77		4.854.478,02
Porcentuais	14,9%		53,9%

Recursos C.N.A.E.

Origem	1970	1971	Comparação
	Cr\$	Cr\$	
Federal	203.128,76	286.635,60	1,1%
Estadual	3.065.088,47	5.067.139,70	59,9%
Municipal	929.285,31	1.179.273,01	1,3%
Comunitária	1.244.900,86	1.865.867,94	5,4%

Programa de Oportunidades Iguais — POIEM

Esse programa foi instituído como sistema de ajuda ao educando para suprir, parcial ou totalmente, a sua capacidade para custear os estudos na rede particular de ensino.

A seguir o demonstrativo financeiro relativo a 1971:

— Montante dos convênios efetuados — Cr\$. . . . 1.577.782,00

— Dotação orçamentária aprovada para 1971 Cr\$ 1.322.000,00

— Importância paga, correspondente a 8 (oito) das 10 (dez) prestações — Cr\$ 1.262.225,60

— Recursos Suplementados — Cr\$ 255.782,00

— Total — Cr\$ 1.577.782,00

POIEM

Ano	N.º de Estabelecimentos	N.º de Alunos Ajudados	Montante Anual da Ajuda
	Particular		
1970	153	15.831	1.380.000,00
1971	137	17.653	1.577.782,00

Programa do Livro Didático

Iniciando suas atividades em setembro de 1971, o programa do livro didático no Estado do Espírito Santo dispôs de um prazo curto e rígido para a execução de suas atividades, conseguindo com o necessário esforço de todos e a colaboração das autoridades constituídas garantir a objetividade fundamental do programa, que é fazer chegar às mãos dos alunos, no início do ano letivo de 1972, os livros a serem recebidos pelas Secretarias de Educação.

Assim é que na primeira quinzena de agosto foi assinado o convenio e logo a seguir promovendo a indicação dos títulos mais solicitados pelas professoras dos

municípios programados pela ex-COLTED para 1972.

Distribuição dos 120.560 livros adquiridos pelos municípios de Afonso Cláudio, Alegre, Barra de São Francisco, Castelo, Divino de São Lourenço, Domingos Martins, Ecoporanga, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Itapemirim, Mimoso do Sul, Montanha, Nova Venécia e São Gabriel da Palha.

A seguir o Programa do Livro Didático manteve entendimento com o Núcleo de Supervisão dos Municípios contemplados notificando as modificações sofridas com o desaparecimento da ex-COLTED, bem como ligação com a Prefeitura Municipal para solicitar colaboração no transporte dos livros de Vitória para o local da distribuição.

Ano	Valor dos Livros	Contribuição do Estado	Livros Distribuídos		N.º de Alunos Beneficiados
			Para Alunos	Manual P/Prof.	
1971	611.849,15	152.962,30	133.085	4.061	30.140

Bolsas de Estudos

Em dezembro de 1971 foi firmado Convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado através da Secretaria de Educação e Cultura para execução do Plano Nacional de Bolsas de Estudo, no montante de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) dos quais 70% só poderão ser usados na concessão de bolsas a alunos até 14 (quatorze) anos. Esses recursos só serão aplicados no exercício de 1972.

Educação Física

O Setor de Educação Física manteve os serviços de um médico para

- Atendimento aos trabalhos afetos ao setor no que concerne a exames médicos aos alunos, num atendimento total de 452 casos, sendo 272 relacionados a dispensas às aulas.
- Exames de Saúde para efeito de participação nos Jogos Estudantis Brasileiros, realizados em Belo Horizonte, num total de 108.
- Assistência médica aos atletas a realização dos Jogos Oficiais Primavera do Espírito Santo, Semana da Comunidade e Jogos Estudantis Brasileiros.

Conselho Estadual de Educação

Com o advento da Lei 5.692 que fixa diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, as responsabilidades do Conselho de Educação cresceram e se ampliaram grandemente e com isso vem a exigência de uma reestruturação já prevista no Planejamento Prévio.

Dentre as atuações do Conselho Estadual de Educação em 1971, registraram a autorização para o funcionamento de Escolas Superiores (Escola de Música do Espírito Santo — Escola de Agronomia de Alegre — Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo — Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim) e colaboração no reconhecimento da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim.

A reforma do ensino deu ensejo à elaboração de importante documento: Resolução 25/71.

Política de Cultura

Através da intensificação das atividades da Fundação Cultural, o Governo do Estado dedicou particular

atenção aos programas culturais. Determinou a criação de comissões para inventariar os acervos da Biblioteca Estadual e do "Museu do Colono", em Santa Leopoldina.

Foi reformulada a programação da Rádio Espírito Santo, cujos resultados se retiraram, em 1971, no faturamento da ordem de Cr. 491.040,30, quando em 1970 havia sido de 324.017,92.

Foi especialmente estimulada a atividade teatral, através da criação do Grupo de Teatro Carlos Gomes, organizado e mantido pela Fundação Cultural, que de abril a outubro de 1971, encenou seis peças como ainda da promoção do 1º Festival Capixaba de Teatro Amador.

O Teatro Carlos Gomes encenou 19 peças importantes, com 58 apresentações, 9 peças locais com 15 apresentações e 7 produções para crianças com 29 apresentações.

O Conselho Estadual de Cultura, recém-instalado, prepara denso programa de atividades para 1972.

Os quadros abaixo mostram os gastos realizados com Educação em 1971:

1. Recursos Orçamentários ESPECIFICAÇÃO

Pessoal Civil	51.835.248,00
Material de Consumo	1.022.573,00
Serviços de Terceiros	186.406,00
Encargos Diversos	1.041.681,00
Despesas Exercícios Anteriores	313.319,00
Subvenções Sociais	1.852.862,00
Obras Públicas	826.754,00
Equipamentos e Instalações	129.420,00
Material Permanente	320.088,00
Aquisição de Imóveis	336.548,00
Diversas Inversões Financeiras	380.000,00
Contribuições Diversas	50.000,00
TOTAL	57.994.899,00

2. Plano Nacional de Educação e Salário Educação

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$
Construção	1.887.442,70
Equipamentos	1.989.882,98
Material de Consumo	98.054,28
Treinamento	288.606,00
TOTAL	4.263.985,96

AGRICULTURA

Além do prosseguimento das atividades em setores específicos iniciadas nos exercícios anteriores e que vão adiante relatados, marcaram o ano agrícola de 1971 no Espírito Santo dois acontecimentos de singular importância: o IV Congresso Nacional do Café e o XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Solo.

Dadas as dificuldades inerentes a um primeiro ano de Governo, fez-se indispensável dedicar boa parcela dos esforços no equacionamento dos problemas relativos à agricultura e pecuária e estudo de suas soluções, com vistas a um planejamento das atividades para os próximos exercícios.

IV CONGRESSO NACIONAL DO CAFÉ

Em abril instalou-se o IV Congresso Nacional do Café, com a participação dos Governos da República e dos Estados cafeeiros, e das respectivas Federações de Agricultura, do qual surgiram importantes deliberações nos setores da produção, comercialização, industrialização, cooperativismo e associativismo, além de outros assuntos de interesse geral.

A Secretaria da Agricultura cooperou para a realização do certame com recursos em pessoal, material e a subvenção de Cr\$ 150.000,00.

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO SOLO

O Governo, através da Secretaria de Agricultura, dedicou especial atenção ao XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Solo, na Escola Politécnica da U.F.E.S., nesta Capital, no período de 12 a 22 de julho de 1971. Além de colocar sua estrutura técnica e administrativa à disposição do referido Congresso, a Secretaria contribuiu com ajuda financeira e material.

Os resultados alcançados foram excelentes, tendo merecido destaque especial a apresentação da Carta de Solos do Espírito Santo, elaborada pelo Ministério da Agricultura em convênio com a Secretaria de Agricultura e I.B.C./GERCA.

O número de participantes ultrapassou as expectativas, com mais de 400 congressistas inscritos, em sua maioria especialistas no ramo, vindos de todos os Estados da Federação.

ENCONTRO REGIONAL DE AGRICULTURA

Por convocação do Senhor Ministro da Agricultura, reuniram-se em abril, em Brasília, os recém-empossados Secretários de Agricultura de todos os Estados, com o objetivo de promover-se um maior entendimento entre as autoridades federais e estaduais do setor.

Nessa ocasião o Senhor Ministro de Agricultura anunciou que promoveria posteriormente reuniões de nível regional e de setores técnicos de órgãos especializados com vistas a uma ação coordenada.

O Encontro Regional Leste-Centro-Oeste realizou-se em Vitória, no mês de outubro, com a participação dos Secretários de Agricultura dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Brasília, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Várias decisões importantes foram tomadas no próprio Encontro que contou com a presença do Senhor Ministro de Agricultura. Na mesma oportunidade foram assinados convênios pelos quais o Ministério de Agricultura transfere para a Secretaria a utilização das Fazendas do Bananal do Norte, Juruaba e Marilândia e incorporava ao comando do DERMAG o pessoal, equipamento e instalações das Patrulhas Mecanizadas do Ministério.

OUTRAS REUNIÕES

Mencionem-se ainda as seguintes reuniões promovidas pela Secretaria de Agricultura:

— Reuniões em Vitória com os Prefeitos municipais, onde se discutiram medidas e providências para o lançamento da política de preços mínimos;

— Reunião em Nova Venécia com os Prefeitos da região Norte, para discussão dos problemas setoriais da área;

— Reunião em Colatina com o Prefeito e produtores para a definição de um plano de ação relativo à produção de oleaginosas.

ECONOMIA RURAL

A Divisão de Economia Rural elaborou o Subprograma Prioritário de Crédito Rural para o Estado do Espírito Santo, referente ao exercício de 1971; recebeu e mantém sob seu controle as onze (11) usinas de café adquiridas pelo Governo do Estado ao IBC; deu suporte à Coordenação da Política de Preços Mínimos no Estado, através da participação de técnicos em palestras e reuniões, bem como, através da distribuição de cartazes, panfletos, folders; planejou, coordenou e controlou, em cooperação com a ACARES, o Concurso de Produtividade de Milho no Município de Afonso Cláudio, do qual participam cerca de 35 agricultores.

COOPERATIVISMO

Procede-se à uma reorganização inteira da Seção de Cooperativismo visando a uma atuação mais efetiva e eficiente no exercício de 1972.

Foi executado o Convênio INCRA-MA/Governo do Estado do Espírito Santo, no valor de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), sendo que a condução dos trabalhos se baseou no trinômio CONTROLE PROMOÇÃO FISCALIZAÇÃO ORIENTADA.

Dentro da política de CONTROLE foram dadas condições ao INCRA para cancelar o registro de 62 (sessenta e duas) cooperativas "fantasmas", após trabalhos de inspeção, cadastramento e levantamento patrimonial.

Houve participação ativa em 3 (três) processos de incorporação de cooperativas; e no de constituição de 5 (cinco) cooperativas: 2 (duas) de eletrificação rural, 2 (duas) escolares e 1 (uma) de serviços médicos.

Foi efetuado o levantamento cadastral das 71 Cooperativas do Estado, que se adaptaram ao Decreto 60.597 de 19 de abril de 1967.

Procedemos à reforma estatutária de uma (1) cooperativa em atendimento ao Decreto 60.597 de 19 de abril de 1967.

Proporcionou-se assistência contábil e assessoramento administrativo a todas as cooperativas atuantes do Estado, através de visitas frequentes, inspeções, reuniões com Dirigentes, participação em assembleias, verificação de livros e escrita contábil, dentro do espírito da FISCALIZAÇÃO ORIENTADA.

Levantou-se o custo de produção, nas principais regiões produtoras de: arroz, feijão, milho, mandioca e algodão.

Iniciou-se a publicação mensal dos Boletins de Preços do Mercado Atacadista de Vitória, e todas às sextas-feiras são remetidos os preços médios da semana ao Serviço da Extensão Rural do Estado (ACARES).

A Secretaria promoveu o levantamento das Agro-Indústrias do Estado, sua situação atual, capacidade instalada e plano de expansão para os próximos 2 (dois) anos, bem como o levantamento dos prejuízos causados pelas fortes chuvas que caíram em novembro e início de dezembro de 1971, em todo o Estado, para efeito de medidas posteriores do Governo.

CRÉDITO RURAL

A Seção de Crédito Rural coopera na difusão do crédito rural liberado pelo Banco do Estado do Espírito Santo, tendo acompanhado os seguintes financiamentos:

Planos	Planejador	Linhas de Crédito	Montante
39	PLAMAN	Pecuária leiteira	709.098,00
8	S. Sementes	Campos de Cooperação	84.091,00
14	DERMAG	Mecanização (FERU)	379.169,86
7	S. Fruticultura	Fruticultura	112.082,00
		Soma	1.284.440,86

EXPERIMENTAÇÃO E PESQUISA

Esta Divisão foi criada com a finalidade de promover estudos e pesquisas agropecuárias, objetivando selecionar os meios de produção que melhores resultados econômicos possam proporcionar aos agricultores e pecuaristas em seus empreendimentos.

As atividades dos seus diversos setores são exercidas através do trabalho integrado de 23 técnicos, sendo 15 de nível superior e 8 de nível médio, assim distribuídos:

- na sede;
- nos Laboratórios de Análise de Sementes, e de Solos;
- nas 12 Estações Experimentais;
- no campo;
- em colaboração com outros órgãos;
- especializando-se em Universidades para obtenção do grau de mestrado.

PEDOLOGIA E FERTILIDADE DO SOLO

Realizou-se a identificação quantitativa de fósforo (P205), Potássio (K20), Cálcio -|- Magnésio (CA -|- MG), Acidez (PH) e Alumínio (AL) em 4.600 amostras, fornecendo para todos os interessados recomendações para a correção das deficiências apresentadas. Tais recomendações baseavam-se, até então, em dados obtidos no Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo. Hoje, com alguns ensaios já realizados neste Estado, tem sido possível oferecer recomendações mais aproximadas para as condições ecológicas do Estado.

Realizou-se ainda um curso de fertilidade do solo para agricultores, sendo 4 para culturas da banana e 3 para a cultura do arroz, em colaboração com a ACARES e PIPMO.

Com relação à Pedologia, o trabalho resumiu-se tão somente na colaboração prestada à Equipe de Pedologia e Fertilidade do Solo do Ministério da Agricultura, com a cessão de um técnico.

ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS — Acham-se sob a administração da Divisão de Experimentação e Pesquisa da Secretaria de Agricultura as seguintes Estações Experimentais:

- 1 — Estação Experimental de Criação "Monte Líbano", dedicada ao programa de seleção de rebanhos bovinos das raças gir e guzerá.
- 2 — Estação Experimental de Criação de S. Mateus, — seleciona rebanho da raça Nelore para a produção de carne.
- 3 — Estação Experimental de Fruticultura Tropical de Viana tem como principal objetivo o fornecimento de borbulhas e mudas de citrinos certificados a viveiristas para que possam produzir mudas em escala comercial.
- 4 — Estação Experimental de Criação Jucuruaba — participa do programa de seleção dos rebanhos Gir e Guzerá.
- 5 — Estação Experimental de Santa Maria de Jetibá — atualmente sem atividades.
- 6 — Estação Sericícola de Vargem Alta — Face à perspectiva de sua privatização, as atividades nela desenvolvidas foram apenas de rotina.
- 7 — Estação Experimental de Criação de Bananal do Norte — somente no final do exercício passou para

a administração da Secretaria. Foi elaborado programa para 1972.

8 — Estação Experimental de Santana — funciona como centro coordenador do "Programa de Porco Tipo Carne", selecionando e multiplicando as melhores linhagens para carne.

9 — Estação Experimental Pedro Salles dos Santos — Possibilitou a instalação de três ensaios experimentais e, em colaboração com o IBDF, produziu mudas de essências florestais.

10 — Estação Experimental de Café de Venda Nova — Adquirida no 2º semestre de 71, já permitiu a instalação de vários experimentos pela equipe técnica do IBC/SERAC. Esta estação contará com laboratório, casas para hóspedes, administrador, operários e galpão para abrigo de máquinas, além de energia elétrica e serviço de rádio transmissão-recepção.

11 — Estação Experimental de Café de Marilândia — sob a orientação técnica do IBC/SERAC, vem acelerando seus trabalhos em cumprimento ao programa estabelecido no Convênio IBC/DAC, no valor de Cr\$... 130.000,00.

12 — Estação da VITI-VINICULTURA "Mendes da Fonseca" — dedicada à produção de mudas de frutíferas de clima temperado, principalmente, pêssego, figo e uva. Produziu 30.000 litros de vinho e 40.000 mudas diversas.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES — Analisou 190 amostras de arroz, milho e feijão.

LABORATÓRIO DE FITO-PATOLOGIA — Foi inaugurado o prédio, mas não dispõe ainda de equipamento para funcionar.

PROGRAMAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIMENTOS E PESQUISAS — Dos 31 ensaios experimentais programados para 1971, foram instalados e conduzidos 26. O quadro abaixo mostra o tipo e quantidade dos ensaios realizados:

USINA DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES

Procedeu ao beneficiamento de 143,88 ton de milho para sementes, produzido em campos de cooperação com produtores particulares.

LABORATÓRIO DE FITO-PATOLOGIA

Terminada sua construção em Tucum, ficando paralisado por não ter sido possível equipá-lo para funcionar.

SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIMENTOS E PESQUISAS

Esta seção programou a instalação de 31 ensaios experimentais para o ano de 1971, sendo que alguns deles faziam também parte da programação do IBC e outros do programa SA-ES/IPEACS/ACARES, elaborado por ocasião do I Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão, realizado no Rio de Janeiro. Dos experimentos programados, a seção conseguiu instalar e conduzir 26 deles, através dos trabalhos desenvolvidos por apenas 4 técnicos.

O quadro abaixo fornece uma visão global dos tipos e quantidades dos ensaios realizados pela seção.

Q U A N T I D A D E S

TIPOS DE ENSAIOS	Milho	Feijão	Arroz	Batata	Café	Abacaxi	Banana	Past	Total
Competição de Cultivadores	—	5	1	—	—	—	—	—	6
Adubação NPK e Calagem	3	—	2	1	—	—	2	—	8
Adubação de Micronutriente	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Defesa Fitossanitária ..	—	—	—	—	8	2	—	—	6
Pastejo Rotativo Racional	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Totais Parciais	3	5	3	1	8	3	2	1	26

Para o próximo triênio foi programada a instalação de 248 ensaios experimentais, através da elaboração de 31 projetos de pesquisas.

PROMOÇÃO E PRODUÇÃO

No setor animal a defesa sanitária é de importância básica. Todo programa que vise aumentar a produção de alimentos fornecedores de proteínas, deve cuidar da eliminação de epizootias que tantos prejuízos e desencantos causam ao agricultor. Por isso a produção de leite, carne e ovos, alimentos proteicos de elevada qualidade, está condicionada ao avanço tecnológico, em busca permanente de uma perfeita sanidade animal.

Para alcançar esse objetivo, a Secretaria dispõe de quinze Escritórios Regionais, com um órgão de apoio (Escritório Central). As equipes, contando cada uma com um médico-veterinário e três auxiliares trabalham em atendimento direto ao pecuarista. Deve-se reconhecer que a precariedade de instalações além de outras deficiências vem prejudicando o rendimento desses Escritórios.

BRUCELOSE

Com a colaboração do Ministério da Agricultura fizeram-se, nos 53 Municípios, um total de 50.864 vacinações, 22.697 exames de soro aglutinação, 16.094 (milk ring test), e se cadastraram 4.979 propriedades conforme quadros respectivos.

Admite-se que entre o leite que se perde e a desvalorização do animal, a brucelose acarretou em 1971, à economia estadual, um prejuízo de Cr\$ 4.134.880,00.

Os quadros anexos mostram a intensidade e a distribuição do trabalho realizado no Estado.

M E T A S

Descrição	Programadas	Atingidas	%
Vac. de Bezerras	74.000	60.864	82,24
Exames de Brucelose	20.000	22.697	110,00
Mil Ring Test (MTR)	9.365	16.094	171,85
Cadastramento de Propriedades	3.072	4.979	162,00

PROFILAXIA

Municípios trabalhados	5
Propriedades atendidas	4.979
Fábricas de Laticínios controladas	12
Bovinos vacinados	60.864
— Com vacina viva	60.590
— Com vacina morta	274
Teste de Soro Aglutinação:	
— Bovinos	22.697
— Negativos	19.943
— Suspeitos	970
— Positivos	1.784
Prova do Anel	8.047
— Propriedades	9.368
— Negativos	5.920
— Suspeitos	341
— Positivos	1.786
— Latões	8.047

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Vacinação de bezerras	60.590
---------------------------------	--------

FEBRE AFTOSA

O Espírito Santo, através do Convênio firmado com a União em 5 de novembro de 1970, incumbiu-se, em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, a executar em toda a sua área geográfica o PLANO NACIONAL DE COMBATE A FEBRE AFTOSA.

Foi traçada para o exercício de 1971, em consonância com a Coordenação Geral, a programação para o

GRUPO EXECUTIVO DE COMBATE A FEBRE AFETOSA no Espírito Santo, porém dificuldades e entraves surgiram retardando o início das atividades e impedindo que o GECOFÁ-ES atingisse o proposto.

Tais dificuldades foram idênticas àquelas surgidas para a Coordenação Nacional: dificuldades de ordem legal para recrutar pessoal, tanto em contratação como em complementação salarial, e atraso de liberação da primeira parcela dos recursos do B.I.D., impossibilitando a aquisição de viaturas necessárias ao trabalho de campo.

O GECOFÁ congrega recursos financeiros e humanos, federais e estaduais, sob comando único, correndo os investimentos à conta do citado financiamento do BID.

O retardamento ocasionado por esses entraves foi considerável, porquanto os trabalhos só tiveram início no dia 13.09.71, na primeira Sub-área da Área I, compreendendo os municípios de Montanha (Sede da Sub-área), Pinheiros, Mucurici e Conceição da Barra e no que se refere à vacinação o início foi em 17.11.71, com a presença de membros da Coordenação Geral, termi-

nando todo o trabalho de saneamento no mês de dezembro.

Em 1972, face ao impulso que domina a Campanha no Espírito Santo, espera-se recuperar grande parte do atraso ocorrido em 1971, por imperativo das dificuldades já citadas.

Em 1974, quando a Campanha tiver coberto todo o Estado, poder-se-á manter atualizado o conhecimento estatístico do rebanho estadual e efetivar o mais rigoroso controle geral de todas as zoonoses. Esse controle sanitário geral, não só aumentará a produtividade de carne e leite, como facilitará a aceitação de carne nos mercados internacionais.

O GECOFÁ aplicou no País, em 1971 recursos financeiros federais no montante de Cr\$ 1.063.996,09 e estaduais no montante de Cr\$ 401.614,60.

Independentemente da ação do GECOFÁ no Norte do Estado, a rede de defesa sanitária animal atuante no restante do Estado efetuou 316.187 vacinações imunizando 105.395 animais.

O resultado dos trabalhos nesse setor é expresso nos seguintes quadros.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE NUMERO DE CABEÇAS DE BOVINOS

Municípios	Dados do Depart. Estadual de Estatística	Levtº Inicial Efetuado no Per. 13/9 a 15/10	Etapa de Vacinação Efetuada no período de 17/11 a 17/12
Montanha	34.300	48.479	53.494
Mucurici	49.800	88.126	106.980
Pinheiros	13.100	41.366	52.809
Conc. da Barra	32.800	65.415	76.195
TOTAL	129.000	243.386	289.478

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS NA SUB ÁREA I — SANEADA

SUB ÁREA I — SEDE NO MUNICÍPIO DE MONTANHA

	Montanha	Mucurici	Pinheiros	Conc. da Barra	Total
Bovinos existentes	53.494	106.980	52.809	76.195	289.478
Bovinos vacinados	50.133	103.000	49.565	71.922	274.620
Propriedades pecuárias	230	503	510	542	1.785
Pecuaristas	567	1.137	765	862	3.331

CONTROLE DO MATERIAL DE DIAGNÓSTICO

SUB ÁREA I

OCORRÊNCIAS DE TIPOS DE VIRUS (%)

Tipo de Virus	MUNICÍPIOS			
	Montanha	Mucurici	Pinheiros	Conceição da Barra
"A"	—	—	—	26,66
"O"	100,00	33,33	100,00	66,67
"C"	—	66,67	—	6,67

INDEPENDENTEMENTE DA AÇÃO DO GECOFA

RAIVA DOS HERBÍVOROS — Em 30 de setembro de 1971, a Secretaria de Agricultura assinou convênio com o Ministério da Agricultura com o objetivo de executar a parte do Estado no Plano Nacional de Combate à Raiva dos Herbívoros, mediante a aplicação inicial de 10.000 doses de vacina ERA.

O Ministério da Agricultura firmou um contrato de compra aos Laboratórios Connaught das vacinas necessárias para desenvolver o Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, entre 1971-74, em todo o País.

Na Secretaria de Agricultura o trabalho será executado por médico-veterinário com experiência na profilaxia da raiva, em ligação direta com o Supervisor Nacional da Campanha, a quem remeterá relatórios periódicos de ocorrências profiláticas. A vacina, cedida pelo Ministério da Agricultura, será revendida pelos postos locais da COFAI, e o valor correspondente será recolhido ao Banco do Brasil, em nome do Fundo Federal Agropecuário. Já foram encomendadas quarenta mil (40.000) doses para início da Campanha no Estado.

Independente dessas grandes Campanhas contra a brucelose, a febre aftosa e a raiva dos herbívoros, a defesa sanitária ainda promoveu a mineralização, predominantemente nos animais destinados à reprodução e engorda (recria) num total de 20.124 animais a vacinação (19.615) contra o Carbúnculo Hemático, e contra o Carbúnculo Sintomático (42.945).

As equipes promoveram 126 reuniões de criadores, visitaram 7.589 propriedades, sendo 4.320 a chamado, tendo os Médicos Veterinários atendido a 6.162 consultas.

ASSISTÊNCIA ZOO-SANITÁRIA

Ao lado do desenvolvimento das metas prioritárias, procurou-se criar com nossos pecuaristas uma mentalidade sanitária que viesse consolidar a atuação de nossos técnicos no controle de todas as demais doenças comuns aos animais domésticos.

Assim, pois, procuraram os Médicos Veterinários e seus auxiliares através de atuações diretas, reuniões, demonstrações em grupo, etc., melhorar o manejo dos animais, as instalações, as pastagens, os bebedouros, intensificar o combate às ervas daninhas, os cuidados principais com a introdução de novos animais no re-

banho e outras atividades com o fim precípuo de prevenir contra as doenças contagiosas e ocasionais, inespécíficas, etc.

Com a ajuda de outros Órgãos foram dados os seguintes Cursos:

Aperfeiçoamentos para Campeiros — nos seguintes Municípios: Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Mimoso do Sul, Vitória, Colatina.

Auxiliar de Veterinário — nos Municípios de Colatina e Vitória.

RAIVA CANINA

Participantes do Convênio entre a Secretaria de Saúde as Prefeituras da Grande Vitória que com esta Secretaria executaram a vacinação contra a Raiva Canina na área.

Nesta Campanha foram vacinados pelos auxiliares de Veterinária, orientados pelos Veterinários, um total de 17.450 cães.

EXPOSIÇÕES PECUÁRIAS

Com o critério adotado na Exposição Estadual de 1968, de só se admitir na competição os animais controlados de até 30 meses, e registrados quando acima de 30 meses, houve uma queda do número de exposidores, já que muitos levavam animais apenas sem interesse em demonstrar melhores técnicas.

A queda ocorrida em 1969, com relação ao ano anterior, foi devida ao critério adotado nas Exposições do Estado, de participar, sempre animais dentro das exigências normais, ou seja:

— atestado de vacinação de Aftosa Raiva, dependendo da Região;

— atestado de vacinação de Brucelose, para fêmeas ou Hemo Soro Aglutinação, para machos e fêmeas adultas.

Em 1970 e 1971, cresceu novamente o número de animais, graças ao melhor conhecimento por parte do Criador.

Se vimos crescer o número de animais expostos, não chegou a acontecer o mesmo em relação ao número de animais premiados.

A contribuição financeira da Secretaria para as Exposições não tem crescido na mesma proporção do número de animais expostos, tendo-se contudo expandido muito a ajuda técnica.

O financiamento bancário em 1971 foi da ordem de 1.600.000,00.

O quadro abaixo mostra o movimento das Exposições.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS EXPOSIÇÕES REALIZADAS EM 1971

EXPOSIÇÕES	Período	Numero de Expositores	Total Animais Premiados	Total Animais Expostos	Financiamento Rede Bancária	Auxílio Financeiro Sec. Agricultura
01 — I.ª Exp. Municipal de Cristal	06 a 08.01.71	16	45	344	320.000,00	—
02 — VII.ª Exp. Municipal de S. Mateus	16 a 18.01.71	42	58	544	250.000,00	19.015,94
03 — X.ª Exp. Municipal de Castelo	03 a 06.06.71	13	73	98	—	1.500,00
04 — XXXVI.ª Exp. Regional de C. Itapemirim	24 a 29.06.71	47	185	250	—	6.000,00
05 — V.ª Exp. Municipal de Afonso Cláudio	01 a 04.07.71	29	28	120	—	1.500,00
06 — XI.ª Exp. Municipal de Mimoso do Sul	08 a 11.07.71	31	77	131	—	2.000,00
07 — VIII.ª Exp. Municipal de Alegre	14 a 16.08.71	34	69	129	—	5.915,71
08 — II.ª Exp. Regional de Colatina	18 a 22.08.71	61	104	708	360.000,00	6.000,00
09 — XIII.ª Exp. Municipal de Guacuí	24 a 29.09.71	66	74	234	—	4.000,00
10 — III.ª Exp. Municipal de Morcanha	07 a 10.10.71	22	63	380	350.000,00	3.000,00
11 — I.ª Exp. Municipal de Linhares	20 a 24.10.71	28	75	654	380.000,00	2.500,00
12 — I.ª Exp. Municipal de Alfredo Chaves	12 a 14.11.71	9	27	30	—	—
TOTAL GERAL		398	878	3.822	1.660.000,00	61.431,65

RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Segundo dados do IBDF, foram aprovados até 1971 para o Espírito Santo 269 projetos de reflorestamento, cobrindo uma área de 23.000 ha com 48.288.000 árvores.

Convém notar, porém, que as matas naturais oferecem mais vantagens que as plantações de eucaliptos no tocante a conservação dos solos, equilíbrio biológico, preservação da fauna silvestre e ictiológica.

Diante disso é fácil sentir a importância das reservas florestais no Estado, que têm merecido atenção constante, inclusive com a sua transferência para a responsabilidade do IBDF.

O programa de trabalho e os projetos visam, além do policiamento, criar condições para que, num futuro próximo se faça no Estado reflorestamento com espécies regionais.

A Divisão de Recursos Naturais Renováveis criada na Secretaria de Agricultura, procura atingir esses objetivos através da divulgação das leis de proteção à fauna e à flora, da criação de hortos e talhões produtores de sementes, da manutenção das reservas e dos dados de experimentação.

DERMAG

O Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — DERMAG — possui um parque de 47 máquinas, das quais apenas 14 oferecem condições satisfatórias de operação, o que onera grandemente seus custos.

Ainda assim o DERMAG executou em 1971 os seguintes trabalhos:

HORAS TRABALHADAS:

Patrulha de Vitória	19.906,09'
Patrulha de Cachoeiro	10.843,30'
Patrulha de Colatina	10.451,10'

Patrulha de São Mateus 5.948,00

TOTAL 47.143,49'

CONSUMO DE DIESEL:

Patrulha de Vitória	365.858 lt	Cr\$ 117.386,34
Patrulha de Cachoeiro	150.616 lt	Cr\$ 68.396,27
Patrulha de Colatina	141.044 lt	Cr\$ 66.930,04
Patrulha de S. Mateus	86.085 lt	Cr\$ 33.434,22

TOTAIS 743.603 lt Cr\$ 286.146,87

AGRICULTORES ATENDIDOS:

Patrulha de Vitória	123
Patrulha de Cachoeiro	74
Patrulha de Colatina	89
Patrulha de São Mateus	30

TOTAL 316

MUNICÍPIOS ATENDIDOS:

Patrulha de Vitória	17
Patrulha de Cachoeiro	18
Patrulha de Colatina	12
Patrulha de São Mateus	6

TOTAL 53

COMPANHIA DE FOMENTO AGRO-INDUSTRIAL — COFAI —

Com a reforma dos Estatutos e consequente descentralização administrativa, a COFAI apresentou em 1971 melhor desempenho que no ano anterior, com os seguintes resultados:

DISCRIMINAÇÃO	1969	1970	1971
Implementos Agrícolas e Ferramentas	441.081,73	389.131,99	415.468,73
Produtos Veterinários	224.965,87	437.776,76	598.409,09
Azubos e Fertilizantes	2.948,36	179.869,18	431.476,12
Sementes	343.187,06	396.412,36	1.132.763,23
Vacinas	3.032,80	135.704,79	230.041,29
Rações	954.171,42	1.600.600,29	2.447.720,82
Defensivos Agrícolas	10.029,38	495.161,15	754.518,15
Farinha de Osso	35,00	2.758,81	3.427,79
Outras Mercadorias	5.437,05	229.822,47	470.247,43
TOTAIS	1.984.888,67	3.902.237,80	6.484.072,65

AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO

Tendo suas atribuições e organograma funcional definidas pelo Decreto n. 122-N, de 5 de março de 1971, o Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação ganhou melhores condições de funcionamento, especialmente após a assinatura do Convênio IBC—GERCA/SA para execução do Inventário de Uso Agrícola Atual do Espírito Santo.

O DAF executou em 1971 os seguintes serviços:

— Mosaico aerofotográfico da uma área de 200 km², localizada no município de São Mateus, para a Rio Doce Madeiras S/A (DOCEMADE).

— Avaliação por fotointerpretação da cobertura vegetal de área do Terciário ao Norte do Rio Doce, compreendendo 7.200 km², para a Rio Doce Madeiras S/A.

— Restituição aerofotogramétrica de área com aproximadamente 624 ha., no município de Serra, para a Superintendência de Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN).

— Restituição aerofotogramétrica de área de 13 km², nos municípios de Vila Velha e Cariacica, para a Companhia Espiritosantense de Saneamento (CESAN).

— Restituição aerofotogramétrica de área de 400 ha., no município de Serra, para a Agro-Suco Industrial S/A.

— Restituição aerofotogramétrica de área pertencente ao Campus Universitário, na localidade de Goia-beiras, para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

— Estudo preliminar e mapeamento de áreas para localização da Central de Abastecimento de Vitória, para a BRASTEC, considerando-se aspectos referentes a dados físicos do terreno, vias de acesso, rede hidrográfica e núcleos populacionais.

— Restituição aerofotogramétrica de área de 13 ha. no município de Serra, para a Companhia Capixaba de Cerâmica S/A (CASA).

— Restituição aerofotogramétrica de propriedades agrícolas localizadas nos municípios de Iúna, Domingos Martins, Conceição do Castelo, Linhares e Mucurici, perfazendo uma área de 3.236 ha., para diversos proprietários agrícolas.

— Fiscalização de todo material fotográfico (fotografias, fotoíndices e mosaicos) resultantes da cobertura aerofotográfica do Estado do Espírito Santo, realizada por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A e Aerofoto Natividade S/A, patrocinada pelo IBC—GERCA.

— Levantamento topográfico dos limites de uma propriedade a ser adquirida pelo IBC—GERCA.

— Assistência técnica a técnicos do IBC—GERCA para determinação de pontos com altitudes conhecidas através de nivelamento barométrico, em alguns municípios da região Norte do Espírito Santo.

— Determinação do potencial de áreas topograficamente adequadas à cafeicultura no Estado do Espírito Santo, de acordo com as normas estabelecidas pelo IBC—GERCA, através de fotointerpretação das imagens de pontos obtidos por método estatístico de amostragem.

— Palestra para técnicos da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), sobre Princípios de Fotogrametria e Fotointerpretação e suas aplicações em Extensão Rural.

Além das unidades de mapeamento de uso atual dos solos, o DAF está realizando, concomitantemente, o mapeamento da rede viária e rede hidrográfica existente no Estado, bem como definindo com precisão os limites municipais e estaduais.

Os dados do uso atual dos solos serão fornecidos a nível de município. No caso dos cafezais, além dos dados referentes à área, será feita a estimativa da população cafeeira existente em cada município.

Durante o ano de 1971, foi realizado o mapeamento de 70% do território estadual, que somados aos 15% executados anteriormente, perfazem o total de 38.897 km², isto é, 85% de nossa área com mapeamento do Uso Atual Agrícola realizado.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

Tramitam atualmente no Departamento de Terras 15.390 processos de terras, dos quais 6.516 aguardam medição. Em 1971 o Departamento só conseguiu encaminhar a cartório 736 processos, o que indica sua deficiência para dar vazão ao volume de serviço que a ele aflui.

Com a elevação dos vencimentos dos agrimensores de Cr\$ 211,00 para 608,40, recém autorizada por lei, espera-se aumentar o número de servidores e a capacidade do órgão.

EXTENSÃO RURAL — ACARES

A Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo — ACARES — filiada a um sistema Nacional que engloba entidades regionais semelhantes, desenvolve sua ação em consonância com os programas do Governo.

Na área da agricultura, desenvolvem projetos de arroz, batata inglesa, feijão, milho, algodão, café, cana de açúcar, pimenta do reino, abacaxi, banana, citrus, tomate, fruticultura, olericultura, reflorestamento, aves, gado de cortes e de leite, além de atividades de menor vulto em outras culturas ou criações.

A metodologia compreende a visita à propriedade, inclusive com demonstrações práticas, reuniões de grupos ou em associações, utilizando práticas audiovisuais e o envolvimento das lideranças locais.

As atividades abrangem a escolha e preparo do solo, sua análise e adubação, práticas conservacionistas, plantio e semeadura, tratos culturais, produção de mudas e sementes selecionadas e sua utilização, bem como a utilização de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, produção de forragem, silagem e feno, produção e uso da ração balanceada, de concentrados e outros nutrientes, manejo do rebanho, introdução de reprodutor e matrizes, uso da vacinação, melhoras na construção de estábulos, bretes, currais ou abrigos, aquedus e barragens, vantagens do crédito agrícola, elaboração de planos e aplicação de empréstimos.

A assistência da ACARES se estende ao lar e à família do produtor, através de ensinamentos como o do abastecimento e uso da água, a educação sanitária em relação às doenças de massa ou de higiene em geral e cuidados pré-natais e com o bebê, ou com a educação alimentar e preparo de alimentos para o consumo ou com projetos de educação especialmente com os Clubes 4—S, ou melhoria das condições de habitação, especialmente quanto ao ambiente ou conforto do lar, os problemas do lazer do homem rural, além de se interessar e procurar levar sua contribuição para a solução ou encaminhamento dos problemas da comunidade rural.

Entre esses, estão necessariamente os do associacionismo sob todos os aspectos, não só para o esportivo, como para o desenvolvimento econômico, tais como os sindicatos ou associações rurais e as cooperativas.

SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIAIS

Estão vinculados à Secretaria de Serviços Públicos Especiais:

a) Órgãos Autárquicos:

Departamento de Estradas de Rodagem
Administração do Porto de Vitória
Departamento de Edificações e Obras

b) Empresas de economia mista:

CESAN
CESMEL
COMDUSA

Sob a supervisão direta da Secretaria, deu-se execução ao Plano de Eletrificação.

Com recursos do Imposto Único, no valor de Cr\$.. 2.035.366,00, a CESMEL realizou um significativo plano de eletrificação no sul do Estado.

Em 1.º de dezembro de 1971, foi firmado convênio com a ESCELSA para execução do seguinte plano de obras:

- 1.º — LDR — Guarapari — Amarelos
- 2.º — LDR — Marechal — Parajú
- 3.º — LDR — Parajú — Perobas — Perobinhas
- 4.º — LDR — Parajú — Ponto Alto
- 5.º — RD — Parajú
- 6.º — RD — Ponto Alto
- 7.º — RD — Perobas — Perobinhas
- 8.º — LDR — Soido
- 9.º — LDR — Mucurici — Ponto Belo

- 10.º) — RD — Ponto Belo
 11.º) — RD — Santa Luzia (Município Mantenópolis)
 12.º) — LDR — Jacaratia — Pongal (Município Anchieta)
 13.º) — LDR — Anchieta — Bomba D'Água
 14.º) — LDR — M. Floriano — Venda Nova
 16.º) — LDR — Paulista — B.S. Francisco

Com a Empresa Força e Luz Santa Maria foi firmado, em 19/10/71, convênio no valor de Cr\$ 1.462.582,00 para execução de um programa visando principalmente à instalação de linhas de distribuição rural. Para formação desse montante, o INCRA contribuiu, mediante convênio, com a importância de Cr\$.. 700.000,00, ficando o restante sob a responsabilidade do Governo do Estado.

COMDUSA

Em 25 de março de 1971 a Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano mudou sua situação jurídica de empresa pública para sociedade de economia mista.

A COMDUSA enumera em sua programação três projetos principais:

1 — Projeto de Urbanização da Praia do Suá. Esse projeto tem por objetivo o aproveitamento racional de uma área de 1.065.000m² de localização privilegiada, fora da barra do rio Cachoeiro, abrigada de um lado pelas obras de enrocamento realizadas pelo DNPVN e de outro pelas Ilhas do Boi e do Frade.

Já foram tomadas importantes medidas preliminares, como levantamento topográfico e cadastral, início de execução do aterro hidráulico e acha-se em fase de conclusão a elaboração do Projeto de Urbanização que deverá orçar aproximadamente em Cr\$ 19.000.000,00.

2 — Projeto de Urbanização da Ilha do Príncipe. O Projeto terá o custo de Cr\$ 17.070.521,61, tendo sido aplicada em 1971 a importância de Cr\$ 3.253.245,00.

Foram dragados 545.339 metros cúbicos e estão sendo executados o enrocamento e aterro hidráulico.

3 — Projeto da Ilha do Boi. A Ilha do Boi, que compreende uma área de 390.000m², está situada na entrada da barra do Porto de Vitória.

Foi firmado contrato com a Construtora Araribóia, no valor de Cr\$ 1.200.000,00 para execução de vários serviços de urbanização da Ilha.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS — DEO

Através de sua Divisão de Estudos e Projetos, o DEO preparou, em 1971, 59 projetos e 182 orçamentos. Em outubro, foi implantada uma Seção Técnica de Cálculo que já realizou 22 trabalhos de cálculo de várias obras.

A Divisão de Construção manteve sob seu controle 70 obras, das quais 21 por administração direta e 49 por empreitada. Desse total já foram concluídas 37, achando-se as 33 restantes em fase bem adiantada, re-presentando investimentos da ordem de Cr\$ 12.592.913,61.

CESAN

O fato mais importante no setor sob a responsabilidade da Companhia Espírito Santense de Saneamento — CESAN foi a assinatura do Convênio PLANASA—ES (Plano Nacional de Saneamento — Espírito Santo) que prevê a aplicação de 90 milhões de cruzeiros em saneamento no Estado.

Como resultados do Convênio já foram aprovados os projetos dos Municípios de: Boa Esperança, Mantenópolis, Pinheiro, Conceição da Barra, Muqui, Iúna e Apiacá. Aguardam aprovação dos projetos elaborados para outras 26 localidades.

Foram construídos 63 km de redes de distribuição na região da Grande Vitória e algumas cidades do interior.

Foi contratado com a Firma SERETE ENGENHARIA S/A o projeto de engenharia para as obras do novo sistema de captação, adução e tratamento para a Grande Vitória, orçado em Cr\$ 76.000.000,00, com o prazo de 28 meses para execução.

A Companhia mantém uma situação financeira sólida, apresentando saldo positivo em 1971.

CESMEL

A Companhia Espírito Santo Meridional de Eletricidade introduziu, em 1971, vários melhoramentos em seu funcionamento, que se refletiram nos resultados alcançados, por exemplo:

— Consumidores em Março de 1971 — 5057

— Consumidores em Dezembro de 1971 — 6927

Aumento de 37%

— Faturamento em Março de 1971 — Cr\$ 96.283,56

— Faturamento em Dezembro de 1971 — Cr\$ 153.852,20

Aumento de 59,8%

— Energia vendida em Março de 1971 — 698.000 kwh

— Energia vendida em Dezembro de 1971 — 866.000 kwh

Aumento de 24%

Executou várias interligações, construiu numerosas linhas de distribuição rural e elaborou programa anual de expansão e investimento, que deverá ter em 1972 recursos da ordem de Cr\$ 5.200.000,00, oriundos do imposto único.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESPÍRITO SANTO — DER—ES

O Governo do Estado do Espírito Santo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, elaborou um Plano rodoviário baseado nas duas rodovias federais que atravessam o seu território nos sentidos longitudinal e transversal e são, respectivamente, a BR—101 e a BR—262.

Para alcançar este objetivo e, ainda, para buscar os recursos necessários à sua execução, foram contratadas "Firmas de Consultoria" que, através de estudos de viabilidade econômica, estabelecessem um sistema de obras prioritárias.

A ETUC, firma vencedora da concorrência realizada em 1968 pelo DER—ES, elaborou o estudo das rodovias integrantes do esquema de vicinais, alimentadoras da BR—262, que posteriormente foi implantado, embora não elaborados os respectivos projetos de engenharia final.

O Estado, de posse deste estudo, submeteu-o à apreciação de agentes financeiros, entre os quais o BNDE que deu apoio à iniciativa dentro da sistemática de financiamento que rege aquela organização. Porém, dado o prazo decorrido para análise do projeto e etapas posteriores de processamento interno até aprovação por parte do BNDE e tendo o Governo do Estado sentido necessidade de iniciar mais oportunamente a demarcação do seu plano rodoviário, promoveu uma reunião geral com os empreiteiros, tendo feito na ocasião uma exposição de seus propósitos. Nessa reunião foi tratado o problema sob o aspecto de que o Governo para realizar sua pretensão, sem que contudo fosse

buscar solução que não garantisse serviço para os empreiteiros inscritos no DER—ES, necessitava receber dos empreiteiros um esquema de financiamento por parte deles às obras do plano, até a chegada dos recursos do B.N.D.E.

A proposição do financiamento apresentada baseava-se num esquema em que o Governo do Estado se comprometia ao pagamento à vista de 20% do valor dos serviços executados, contra faturamento, sendo o pagamento do restante efetuado como se segue:

- 50% do valor faturado, saldado em 6 meses
- 20% a receber do Fundo Rodoviário Nacional, 30 meses após o faturamento, através de procuração ao DNER, mas o DER por razões não conhecidas não chegou a dar a referida procuração.
- 10% em 36 meses
- os encargos provenientes da operação ficaram assentados na base de um acréscimo de 57% no valor de cada fatura.

Posteriormente, com a mudança de administração do DER—ES, este esquema de financiamento foi alterado, uma vez que surgiram problemas com a garantia oferecida pelo Governo através do sistema de emissão de letras que onerava excessivamente para o órgão os encargos oriundos da sistemática de financiamento anteriormente adotada. Verifica-se realmente que a segunda alternativa era menos onerosa para o Governo e em linhas gerais consistiu do seguinte.

- 40% do valor faturado com pagamento a vista.
- 30% do valor faturado, saldado em 6 meses a juros de 2% ao mês.
- 30% do valor faturado, saldado em 12 meses a juros de 3% ao mês.

Decorrido aproximadamente um ano daquelas providências, foi aprovado pelo BNDE, em 19-12-69, o projeto a ele apresentado, isto é, estradas vicinais alimentadoras da BR—262 denominado pelo Governo de "Espinha de Peixe I", em que aquele órgão financiava ao Governo do Estado do Espírito Santo os 60% restantes dos custos das obras, mantido o encargo de pagamento à vista dos 40% comprometidos, exigindo, entretanto, fosse alterado o esquema de financiamento dos empreiteiros, passando todo o faturamento a ser pago à vista nas rodovias do "Plano Rodoviário Estadual" que pertencessem a este projeto.

Ainda nesse ano, em 23-12-69, foi contratada a elaboração de um segundo projeto, agora voltado para a BR—101, que, como esquema de estradas vicinais alimentadoras da BR—101, foi denominado pelo Governo de "Espinha de Peixe II".

Este projeto foi também submetido à apreciação do BNDE e aprovado em 03—03—71, permitindo ao Governo recursos para a seqüência da execução do seu Plano Rodoviário Trienal, na mesma modalidade do Projeto anterior.

Ainda no ano de 1970 e início de 1971, para fazer face aos recursos necessários ao comprometimento assumido com o BNDE e também para dar execução ao programa rodoviário na sua parte não beneficiada pelos financiamentos anteriormente citados, bem como para a execução de um arrojado plano de pavimentação de 5 (cinco) rodovias prioritárias, foi elaborado um estudo de viabilidade pelo próprio corpo técnico do DER—ES, com vistas a sensibilizar a esfera federal no sentido da captação de recursos externos, o que foi efetivado através de dois empréstimos de U\$ 5.000.000,00 cada um num montante em moeda nacio-

nal de Cr\$ 47.674.975,00. As cinco rodovias anteriormente citadas são:

- Colatina — Barra de São Francisco: 90 km.
- Fundão — Santa Teresa: 28 km.
- Jacaraípe e Manguinhos — BR—101: 12 km.
- Safra — Marataízes: 34 km.
- Calçado — Bom Jesus — BR—101; 56 km.

A essa altura, já altamente comprometido com os financiamentos anteriormente assumidos e desejoso de executar totalmente seu plano rodoviário, partiu o Governo do Estado para mais dois esquemas. Um deles consistiu na contratação da firma de Consultoria ATEAI, que, através de um estudo de viabilidade, elaborou um terceiro projeto de estradas vicinais cuja base financeira seriam recursos oriundos do VIII Acórdão de Trl. go repassados pelo BNDE e Banco Central, objetivando a construção de 6 (seis) rodovias vicinais onde a participação do Estado seria de 25%.

O outro esquema baseou-se num sistema de auto-financiamento em que as firmas empreiteiras receberiam à vista percentagens do faturamento semestral das obras executadas. As rodovias auto-financiadas foram as seguintes:

- Muqui—Cachoeiro de Itapemirim (terraplenagem e pavimentação numa extensão de 28 km).
- Cariacica—Santa Leopoldina (pavimentação numa extensão de 10 km.)
- Setiba—Guarapari—Mealpe (terraplenagem e pavimentação, numa extensão de 15 km.)
- São Torquato—Vila Velha—Cidade do Sol—Setiba (terraplenagem e pavimentação numa extensão de 44 km).

O Plano Rodoviário Estadual a essa altura já apresentava características de rigidez econômico-financeira bem acentuada, em função dos compromissos assumidos. Não obstante, avizinhou-se a oportunidade de o Governo do Estado sensibilizar, já na área do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sua inclusão nos programas de financiamentos destinados a obras rodoviárias em execução no país, através do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Para tanto foram firmados com o DNER dois termos de compromisso: um deles visando à elaboração de um projeto de engenharia final para a construção, em termos de melhoramentos e pavimentação, do trecho rodoviário, com uma extensão aproximada de 65 km, compreendido entre São Domingos e Nova Venécia. Diga-se de passagem que, após a execução desse projeto, o valor da obra foi orçado em cerca de Cr\$ 23.000.000,00. O outro baseou-se na execução de um projeto de viabilidade para implantação e pavimentação do trecho compreendido entre Barra de São Francisco — Ecoporanga — Cotaxé — Divisa BA (Cajubi). Ambos mereceram aprovação e foram executados por dois Consórcios de Firms de Assessoria: respectivamente, TECNOSOLO — BERGER e CONSEPRO—SPL.

Da exposição feita resulta a seguinte análise da situação que atualmente atravessa o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo:

1 — Os investimentos a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo no período de 1967-1970 ultrapassaram em muito a tendência da evolução natural da atuação do órgão, assim como a capacidade financeira do Estado.

Ano	Despesas de Capital do DER-ES (1)		Receita do Estado (2)		% A — B
	Valor Cr\$ 1.000 (A)	Índice	Valor Cr\$ 1.000 (B)	Índice	
1967	7.550	100	51.004	100	14,8
1968	12.315	164	102.947	202	12,0
1969	30.394	402	123.124	241	24,7
1970	88.259	1.169	155.245	304	56,8

1) De acordo com execução orçamentária.

2) Balanço do Estado.

3 — No período de 1967 a março de 1971, foram contratadas obras abrangendo: abertura, melhoramentos e/ou pavimentação em 55 rodovias conforme relação constante do anexo VIII, onde se incluem pontes diversas e outras despesas de capital, de acordo com o plano da Administração anterior, cuja execução programada alcançava a cifra de Cr\$ 269.050.350,00.

4 — Até 15 de março de 1971 foram pagos Cr\$ 157.883.455,00 à conta do programa de obras pre-citadas. Para atender estes pagamentos, contou o Estado com dois financiamentos externos no valor total de Cr\$ 10.000.000, ou seja Cr\$ 47.674.975,00 ao câmbio da época, dos financiamentos do BNDE que totalizaram, em valor recebido até 15.3.71, Cr\$ 33.800.000,00 a um financiamento do IBC-GERCA no valor de Cr\$ 1.400.000,00.

5 — Para conclusão das obras programadas e contratadas pela Administração anterior restava, pois, em 15 de março de 1971, a cifra de Cr\$ 111.166.895,00.

6 — A nova Administração, de início, adotou, dentre outras, as seguintes providências:

1 — Cancelamento de todas as obras contratadas e não iniciadas a serem realizadas com recursos próprios do Estado. Sem significação econômica, a execução destas obras alcançaria a cifra de Cr\$ 8.708.977,00.

2 — Redução do ritmo de obras em execução. Preocupou-se a Administração em evitar a paralisação das obras em andamento, que absorviam cerca de 1.500 homens contratados pelas diversas firmas empreiteiras.

3 — Adiamento de obras não iniciadas, embora comprometidas em contratos de financiamento.

4 — Excluídos os Cr\$ 8.708.977,00 de obras suspensas em caráter definitivo, restava ainda um saldo para conclusão das obras, em 15 de março de 1971, no montante de Cr\$ 102.457.918,00.

5 — Para o atendimento deste programa, contou e conta o DER-ES com recursos de contratos de financiamento negociados na Administração anterior e com a cota parte do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes.

— Contrato de Financiamento com o BNDE: BNDE2 = Cr\$ 10.000.000,00
 Acórdo do trigo = Cr\$ 12.000.000,00
 — Cota parte do Imposto Único pa-
 — ra 1971 = Cr\$ 15.600.000,00
 — Cota parte do Imposto Único pa-
 — ra 1972 = Cr\$ 20.200.000,00

TOTAL DE RECEITA = Cr\$ 57.800.000,00

6 — Assim, por conta do atual Governo do Estado do Espírito Santo, resta, além do custeio normal do DER-ES, estimado no corrente ano em Cr\$ 19.746.000,00 e das despesas com contratos de financiamento no valor de Cr\$ 25.254.000,00, a cobertura de déficit de:

Cr\$ 102.457.918,00

menos Cr\$ 57.800.000,00

Cr\$ 44.657.918,00

que, adicionados a Cr\$ 23.000.000,00 da obra comprometida com o BIRD, somariam Cr\$ 67.657.918,00.

7 — Paralelamente a esta responsabilidade, relativa à execução do Programa, perduram ainda as que constam do anexo IX.

8 — Todos os financiamentos anteriormente referidos foram garantidos com as cotas do Fundo Rodoviário Nacional para o DER-ES. Da análise feita, verificou-se que nos anos críticos, 1974/1976, a cota do Fundo Rodoviário Nacional que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem transfere anualmente para o Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo está comprometida em cerca de 16,5% do seu valor.

9 — No período de 15 de março a 31 de dezembro de 1971 foram pagos aos empreiteiros de obras do DER-ES cerca de Cr\$ 19.900.000,00 à conta do Programa de Obras. No momento, os débitos relativos a obras executadas, obras programadas mas com recursos empenhados, fornecedores, firmas de consultoria, etc, assumem, em termos de restos a pagar desde 1968 até 1972, a cifra de Cr\$ 49.988.712,58, conforme pode-se observar na relação constante do anexo X.

A Administração atual realizou em 1971 as seguintes obras :

Pavimentação :

- Águia Branca — Barra de São Francisco — concluída;
- Marataizes — Vila do Itapemirim — iniciada e concluída
- Presidente Kennedy — BR-101 — iniciada;

Terraplenagem:

- Aracruz-Aracruz Agro-Florestal — iniciada e concluída;
- Boa Esperança — Nova Venécia — iniciada e concluída;
- Cachoeiro — Muqui — iniciada;
- Paraju — BR-262 — prosseguimento;
- Paulista — Barra de São Francisco — prosseguimento;
- Montanha — Mucurici — iniciada;
- São Domingos — Bananal — iniciada;
- Linhares — Regência — iniciada;
- Rodovia do Sol — iniciada;
- Atilio Vivacqua — BR-101 — iniciada;
- Pancas — E.S. 2 — concluída;
- Caldeira — Itarana — prosseguimento.

A N E X O VIII

D I S C R I M I N A Ç Ã O	1967	1968	1969	1970	1971	1972	T O T A L
São Domingos-Nova Venécia	300.000	860.000	983.750	1.155.400	—	—	3.299.150
Prata-ES-4	50.000	13.000	—	—	—	—	63.000
Cachoeiro-Muqui	—	—	—	3.859.128	—	—	3.859.128
Cachoeiro-Alegre	265.000	100.000	—	—	—	—	365.000
Guarapari-Anchietá	5.000	—	—	—	—	—	5.000
Guacuí-Calçado-Bom Jesus do Norte	750.000	655.000	2.300.000	4.318.000	1.000.000	1.400.000	10.423.000
Mimoso do Sul-BR. 101	50.000	152.000	—	—	—	—	202.000
Guacuí-Iurá	450.000	181.000	—	—	—	—	631.000
Paraju-BR. 262	16.000	—	—	600.000	600.000	600.000	1.819.000
Aplacá-BR. 101-Bom Jesus do Norte	300.000	300.000	1.405.500	3.757.381	2.597.000	1.380.000	9.739.381
Presidente Kennedy-BR. 101	150.000	120.000	—	447.677	227.000	467.000	1.411.677
Cachoeiro-Vargem Alta-Castelinho-BR. 262	100.000	250.000	1.554.329	4.886.987	1.347.684	—	8.139.000
Itapemirim-Pluma	90.000	120.000	—	—	—	—	210.000
Muqui-Mimoso	100.000	300.000	974.000	901.000	—	—	2.275.000
Castelo-Coutinho	289.500	—	—	—	—	—	289.500
Fundão-Santa Teresa	366.600	376.500	671.250	2.619.640	865.000	1.000.000	5.899.090
Pancas-Alto Rio Novo-Mantenópolis	350.000	1.191.000	2.000.000	2.103.165	—	356.000	6.000.165
Barra de São Francisco-Ecoporanga	—	160.000	865.700	1.875.300	572.000	645.000	4.130.000
Cachoeiro - Guacuí Espera Feliz (obra dela-	—	—	—	—	—	—	—
gada	3.000.000	3.800.000	3.600.000	2.900.000	3.600.000	2.500.000	19.400.000
Obras da Sede do DER-ES	570.000	19.400	—	—	—	420.000	1.009.400
Pontes Diversas	190.000	203.600	234.170	872.016	1.937.649	6.077.000	9.514.435
Trechos Diversos e Outras Despesas de Capital	157.900	1.127.300	2.702.586	7.895.172	12.454.009	38.866.350	63.203.317
Muqui-Atílio Vivacqua	80.000	—	—	—	—	—	80.000
Afonso Cláudio-BR. 262	—	160.000	1.180.500	2.972.500	2.319.165	500.000	7.132.165
Muniz Freire-BR. 262	—	150.000	1.244.400	2.205.600	1.923.566	150.000	5.673.566
Iuna-BR. 262	—	80.000	629.600	290.400	—	—	1.000.000
Castelo-Venda Nova	—	200.000	1.759.200	1.810.400	1.590.000	1.900.000	7.259.600
Conceição do Castelo-BR. 262	—	500.000	157.400	134.600	—	—	792.000
Alegre-Muniz Freire	—	100.000	787.000	1.013.000	1.200.000	1.500.000	4.600.000
Mucurici-Montanha-Pinheiro	—	200.000	227.633	1.588.910	800.457	—	2.817.000
Nova Venécia-Boa Esperança-Montanha Di-	—	—	—	—	—	—	—
visa/MG.	—	100.000	865.700	2.486.300	—	—	3.452.000
Cariacica-Santa Leopoldina	—	166.200	787.000	1.990.713	750.000	500.000	4.193.913
Aracruz-BR. 101	—	300.000	393.500	552.500	370.000	—	1.616.000
Safrá-Marataizes-Itapemirim	—	250.000	2.000.000	4.500.000	1.550.000	1.193.000	9.493.000
Castelinho-BR. 262	—	100.000	—	—	—	1.450.000	1.550.000
Cachoeiro-Atílio Vivacqua	—	—	747.682	100.318	—	—	848.000
Pinheiro-BR. 101	—	—	823.100	343.793	60.000	—	1.226.893
Colatina-Barra de São Francisco	—	—	1.500.000	10.000.000	3.825.000	1.900.000	17.225.000
Alegre-Ibitirama	—	—	—	200.000	—	—	200.000
Alegre-Calçado-São José do Calçado	—	—	—	1.029.000	373.000	1.200.000	2.602.000
Afonso Cláudio-Baixo Guandu	—	—	—	1.600.000	100.000	1.800.000	3.500.000
São Domingos-Bananal	—	—	—	1.150.000	300.000	1.800.000	3.250.000

DISCRIMINAÇÃO	1967	1968	1969	1970	1971	1972	TOTAL
Muqui-Alegre	—	—	—	400.000	500.000	1.800.000	2.700.000
Mantópolis-São Geraldo (MG)	—	—	—	350.000	—	—	350.000
Alfredo Chaves-BR. 262	—	—	—	550.000	—	400.000	950.000
Santa Cruz-Barra do Riacho-Regência	—	—	—	200.000	—	600.000	800.000
Linhares-Regência	—	—	—	200.000	600.000	950.000	1.750.000
Iuna-Ibitirama	—	—	—	300.000	600.000	1.500.000	2.400.000
Rodovia do Sol	—	—	—	10.900.000	256.470	5.069.000	16.225.470
Colatina-Baixo Guandu	—	—	—	1.300.000	—	2.000.000	3.300.000
Atílio Vivacqua-BR. 101	—	—	—	—	200.000	731.000	931.000
Pancas-ES-2	—	—	—	1.400.000	50.000	750.000	2.200.000
Alfredo Chaves-BR. 101	—	—	—	500.000	—	—	500.000
Anchieta-Pluma	—	—	—	—	—	1.600.000	1.600.000
Conceição da Barra-BR. 101	—	—	—	—	—	1.000.000	1.000.000
Safrá-Cachoeiro de Itapemirim (Obra Delegada)	—	—	—	—	—	1.000.000	1.000.000
Ponte da Ilha do Príncipe (Obra Delegada)	—	—	—	—	—	1.500.000	1.500.000
Cidade do Sol-BR. 101	—	—	—	—	—	860.000	860.000
Caldeirão-Itarana	—	—	—	—	—	600.000	600.000
TOTAL	7.550.000	12.315.000	30.394.000	88.259.000	42.568.000	87.964.350	269.050.350

ANEXO IX

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM Cr\$	AMORTIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS — 1973 — 1982										
		1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	
BNDE/DNER I	11.800.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	—	—	—	—
BNDE/DNER II	22.000.000	1.980.000	2.640.000	2.640.000	2.640.000	2.640.000	2.640.000	2.640.000	2.640.000	1.540.000	—	—
BNDE/DNER/BANCO CENTRAL	12.000.000	120.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	360.000
BANESTES - REPASSE EXTERNO I	23.105.864	10.288.850	11.740.300	13.215.500	20.220.000	—	—	—	—	—	—	—
BANESTES - REPASSE EXTERNO II	24.564.110	7.195.000	8.210.000	9.275.000	—	—	—	—	—	—	—	—
CODES-IBC-GERCA	1.400.000	282.000	254.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FIBENCO	1.368.214	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FINEP	55.000	11.000	11.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
EATON YALE TOWN LTDA.	1.231.307	164.717	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM CR\$	ENCARGOS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS — 1973 — 1982												
		1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982			
AVELPA CONST. E COM. LTDA.	3.700.000	740.000	555.000	185.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CUNHA GUEDES CIA. LTDA.	1.000.000	333.333	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CONST. QUEIROZ GALVÃO S.A.	2.800.000	651.397	325.698	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
EMP. CONST. BRASIL S.A.	6.000.000	1.200.000	900.000	300.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	111.024.495	24.366.298	27.475.998	28.455.500	25.700.000	5.480.000	5.480.000	5.480.000	5.480.000	4.080.000	2.880.000	360.000	—	—
BNDE/DNER I	11.800.000	631.700	621.304	597.382	548.798	468.091	346.010	171.125	—	—	—	—	—	—
BNDE/DNER II	22.000.000	1.186.034	1.222.765	229.704	1.203.487	1.129.134	1.002.804	796.527	490.623	—	—	—	95.547	—
BNDE/DNER/BANCO CENTRAL	12.000.000	726.534	796.648	818.286	831.289	807.599	749.229	648.075	487.266	—	—	—	250.457	14.797
BANESTES - REPASSE EXTERNO I	23.105.864	2.535.370	1.837.359	882.247	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
BANESTES - REPASSE EXTERNO II	24.564.110	2.795.884	2.217.897	1.391.823	305.122	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CODES-IBC-GERCA	1.400.000	25.690	9.380	100	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FIHENCO	1.388.214	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FINEP	55.000	3.466	1.486	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
EATON YALE TOWN LTDA.	1.231.307	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
AVELPA CONST. E COM. LTDA.	3.700.000	635.690	516.626	103.205	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CUNHA GUEDES CIA. LTDA.	1.000.000	90.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CONST. QUEIROZ GALVÃO S.A.	2.800.000	442.900	88.580	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
EMP. CONST. BRASIL S.A.	6.000.000	1.015.360	829.816	165.963	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	111.024.495	10.088.628	8.141.241	4.183.710	2.888.696	2.404.824	2.098.043	1.615.727	977.909	346.004	—	—	—	14.797

ANEXO X

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESPÍRITO SANTO

RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

PERÍODO — 1968/1971

Nº de Ordem	NOME DA FIRMA	RESTOS A PAGAR				Saldo
		1968	1969	1970	1971	
01	ATEAI — Assessorias Técnico Econômica Agro Industrial	—	49.500,00	—	—	49.500,00
02	AVELPA — Construtora e Comercial	—	99.990,38	3.702.424,47	894.254,30	4.696.669,15
03	Bahia Construtora S/A.	—	—	173.389,02	300.000,00	473.389,02
04	Construtora Santa Martha	359,53	—	530.189,60	404.281,81	934.830,94
05	Construtora Oxford Ltda.	720.564,05	547.947,55	2.663.578,45	3.357.945,19	7.290.035,24
06	Construtora Espírito Santo S/A	28.229,34	50.305,11	104.008,15	59.971,33	242.513,93
07	Construtora Raymundo Palhano	17.433,73	69.549,15	—	70.090,01	156.282,89
08	Construtora São Jorge Ltda.	—	68,31	—	430.861,39	430.929,70
09	CIOP — Construtora Interestadual de Obras Públicas	—	5.352,94	38.741,58	34.287,60	78.382,12
10	Construtora Rodoviária União Ltda	—	2.323,73	11.998,81	649.025,72	663.348,26
11	CARACOL — Construtora Obras Rodoviárias Administrativas	—	—	206.705,77	5.065,16	211.770,93
12	Construtora Rodocap Ltda.	—	25.003,42	1.005.145,38	—	1.030.148,80
13	Construtora Itabira Ltda.	—	—	217.980,90	534.381,27	752.362,17
14	CONTEOBRAS — Construções Terraplenagem, Obras de Arte	—	—	16,48	128.407,80	128.424,28
15	Construtora Redentor S/A.	—	—	251.222,53	—	251.222,53
16	Cunha Guedes & Cia. Ltda.	—	—	940.282,48	179.258,73	1.119.541,21
17	Cia. Construtora Parapanema	—	—	2.835.036,13	2.065.979,05	4.201.015,28
18	Contex Engenharia Ltda.	—	—	116.642,24	795.711,23	912.353,47
19	Consórcio Firmas Conserpro-SPL Ltda.	—	—	75.000,00	342.328,60	417.328,60
20	Consórcio Firmas Tecnosolo-Gerger	—	—	75.000,00	753.080,00	828.000,00

Ordem /	Nº de	NOME DA FIRMA	RESTOS A PAGAR					Saldo
			1968	1969	1970	1971		
21		Construtora Moraes & Cia. Ltda.	—	—	—	—	680.695,47	680.695,47
22		Construtora Modelo Ltda.	—	—	—	100.000,00	100.000,00	100.000,00
23		DUENAMAQUI Ltda.	9.496,90	—	39.412,75	84.208,40	133.118,05	133.118,05
24		DERMAG	—	—	—	414.292,85	414.292,85	414.292,85
25		Engenharia Construtora Araribóia Ltda.	—	53.037,65	543.559,29	318.865,23	915.462,17	915.462,17
26		Espirtossantense de Obras Ltda.	—	—	1.079.388,72	555.410,20	1.634.798,92	1.634.798,92
27		ETVUC — Empresa de Topografia, Urbanismo e Consultoria Ltda.	—	—	21,27	362.713,66	362.734,93	362.734,93
28		ETM — Empresa de Terraplenagem Mecânica S/A.	—	—	12.984,54	—	12.984,54	12.984,54
29		Empresa Construtora Brasil	—	—	6.000.000,00	2.377.275,73	8.377.275,73	8.377.275,73
30		ECCON — Engenharia Civil e Consultoria Ltda.	—	—	5.106,61	309.990,00	315.096,61	315.096,61
31		GEOVIA — Comércio Engenharia S/A.	—	94.986,24	—	368.288,00	94.986,24	94.986,24
32		GEOSOLO Ltda.	—	—	—	744.124,40	744.124,40	744.124,40
33		HIDROSERVICE Engenharia Ltda.	—	—	—	630.912,95	630.912,95	630.912,95
34		NACEOBRAS	—	—	—	100.000,00	100.000,00	100.000,00
35		Pavimentica Produtos Químicos Ltda.	—	—	—	373.083,67	880.114,21	880.114,21
36		ROCA Construtora Ltda.	—	—	507.030,54	68.026,45	68.026,45	68.026,45
37		RODOSOLO — Construtora Rodovias Solos Ltda.	—	—	—	1.292,92	556.523,32	610.724,33
38		SEMOVITERRA	48.988,59	3.919,50	—	—	1.793,05	1.793,05
39		SETIL — Serviço Terraplenagem Incorp Ltda.	—	1.793,05	—	—	1.793,05	1.793,05
40		SINAL — Construtora Silva Nagem Ltda.	—	739,48	—	—	—	739,48
41		Solo Técnica Capichaba Ltda. "STACA"	—	—	567.519,06	42.188,80	568.258,54	568.258,54
42		TENCO — Técnica Engª Construtora	5.673,98	19.885,56	7.402,00	226.216,62	313.082,33	49.590,80
43		Terraplenagem Alvorada Ltda.	—	—	61.306,17	100.000,00	155.468,89	155.468,89
44		TECNOSOLO — Engenharia Tecnologia Solos Materiais	—	—	55.468,89	69.950,00	69.950,00	69.950,00
45		Queiroz Galvão S/A.	—	—	2.092.453,71	—	2.092.453,71	2.092.453,71
SUB-TOTAL			830.746,12	1.024.402,08	23.920.308,46	19.487.524,94	45.262.981,60	45.262.981,60
46		Fornecedores	—	697.717,89	287.843,00	3.273.708,26	4.259.269,15	4.259.269,15
47		Plurianual de Obras	—	—	466.461,83	—	466.461,83	466.461,83
TOTAL GERAL			830.746,12	1.722.119,97	24.674.613,29	22.761.233,20	49.988.712,58	49.988.712,58

PÔRTO DE VITÓRIA

O Pôrto de Vitória, em 1971, Ano Portuário Nacional, movimentou 29.949.759 toneladas de cargas, no valor de 2.228.903.966,92, apresentando um incremento global, em relação ao ano de 1970, de 16,35% e 35,78%, respectivamente, superando, desta forma, consideravelmente todos os índices até agora atingidos.

Na exportação, os aumentos de carga em tonelagem

e o valor comercial foram de 16,57% e 18,73% respectivamente.

Na importação os índices alcançados também foram auspiciosos, pois alcançaram 12,51% em tonelagem movimentada e 89,40% no valor comercial da mercadoria.

O movimento geral de cargas, o valor das cargas e o movimento de importação e exportação, durante os anos de 1969, 1970 e 1971, vão expressos nos quadros abaixo:

MOVIMENTO GERAL DE CARGAS

Anos	Importação	%	Exportação	%	Total	%
1969	1.380.761	100,00	18.009.047	100,00	19.389.808	100,00
1970	1.389.806	100,65	24.349.881	135,20	25.739.687	132,74
1971	1.563.670	113,24	28.386.089	157,62	29.949.759	154,46

VALOR DAS CARGAS MOVIMENTADAS — (Cr\$ —

FOB) NO PÔRTO DE VITÓRIA E TERMINAL DE TUBARÃO

Anos	Pôrto de Vitória	%	Terminal Tubarão	%	Total	%
1969	576.847.948,00	100,00	429.984.043,00	100,00	1.006.831.991,00	100,00
1970	887.284.064,00	153,81	754.198.212,00	175,40	1.641.482.276,00	163,03
1971	1.133.285.177,90	196,46	1.095.618.819,02	254,80	2.228.903.996,92	221,37

NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Ano	Importação	%	Exportação	%	Total	%
1969	247.007.102,00	100,00	759.824.883,00	100,00	1.006.831.991,00	100,00
1970	396.078.238,00	160,36	1.245.404.038,00	163,90	1.641.482.276,00	163,03
1971	750.198.011,90	303,71	1.478.705.985,02	194,61	2.228.903.996,92	221,37

O movimento de entradas de navios obteve, nos três anos, os números:

Anos	Número de Navios	%
1969	1.175	100
1970	1.213	103,23
1971	1.260	107,23

MOVIMENTO FINANCEIRO — A Receita Própria do Pôrto de Vitória atingiu o valor de Cr\$ 17.930.226,00, representando um aumento de 8,37% em relação a 1970. A Despesa somou Cr\$ 16.829.661,00, deixando o saldo de Cr\$ 1.100.565,00.

Os quadros mostram a discriminação da Receita e da Despesa no exercício de 1971:

RECEITA DO EXERCÍCIO

Título da Receita	Valor em Cr\$	Varição: Cr\$
Receita Industrial	16.498.031,00	92,01
Receita Patrimonial	485.222,00	2,71
Receitas Diversas	946.973,00	5,28
TOTAL	17.930.226,00	100,0

DESPESA DO EXERCÍCIO

Título de Despesa	Valor em Cr\$	%
Despesas Correntes		
Despesas de Custeio		
Pessoal	8.099.260,00	48,13
Material de Consumo	2.438.858,00	14,49
Serviços de Terceiros	2.477.844,00	14,72
Encargos Diversos	1.570.016,00	9,33
Exercícios Anteriores	35.197,00	0,21
Transferências correntes	2.208.486,00	13,12
TOTAL	16.829.661,00	100,00

TAXA DE MELHORAMENTO DOS PORTOS — A êsse título foi arrecadada a importância de Cr\$ 11.330.028,96, da qual 60% (Cr\$ 6.806.560,06) se destinam ao Fundo Portuário Nacional e 30% (Cr\$ 4.523.468,90) integram o Fundo de Melhoramento dos Portos, cuja aplicação é feita no imobilizado do Pôrto.

Êsse resultado permitiu elevar o Programa de Aplicação do FMP de Cr\$ 3.450.000,00 para Cr\$ 6.457.000,00, assegurando a aquisição de importantes equipamentos para o Pôrto.

FUNDO DE DEPRECIAÇÃO — O Fundo de Depreciação do Pôrto monta atualmente Cr\$ 1.041.970,69

e vem sendo aplicada na recuperação de equipamentos.

FUNDO DE DRAGAGEM — Este Fundo obteve no exercício a arrecadação de Cr\$ 637.718,89, que é destinada a cobrir as despesas de dragagem dos canais de acesso dos portos e suas bacias de evolução, para permitir o ingresso de navios de maiores calados.

CAIS DE CAPUABA — Foi realizada concorrência pública para o Projeto de Engenharia do Cais de Capuaba, tendo saído vencedor o **CONSÓRCIO PLANAVE S/A e ENGEVIX S/A**, com a proposta no preço global de Cr\$ 1.825.985,00.

Esse Projeto ampliará consideravelmente a capacidade do Porto, dando-lhe condições de cumprir a missão mencionada nas palavras do Senhor Ministro dos Transportes, na solenidade de assinatura do contrato com o Consórcio vencedor: "O Porto de Vitória foi escolhido pelo Governo em face de sua situação geográfica, como terminal de um dos grandes corredores de transporte, visando sobretudo a exportação".

O Cais de Capuaba 530 metros de cais acostável para navios de 33 a 36', pátios de estocagem, armazém de carga e armazém frigorífico etc.

Esse empreendimento constitui um dos principais objetivos do Governo do Estado, que já vem mantendo entendimentos com os órgãos nacionais e internacionais para obtenção de financiamento do Projeto, que deverá ser em torno de 13 milhões de dólares.

TRÁFEGO — O Departamento de Tráfego, de extrema importância para o funcionamento do Porto, promoveu medidas de racionalização dos trabalhos bem como a recuperação total dos equipamentos operacionais, o que tornou possível ao pequeno trecho do Cais Comercial (600 metros) suportar o grande movimento verificado em 1971.

O Departamento recuperou os equipamentos portuais elétricos, tais como guindastes portuais elétricos, guindastes auto-propulsores empilhadeiras, sugadores para granéis, tratores de tração de plataformas, como ainda o sistema elétrico constituindo nova estação abaixadora de 100 KVA, nova iluminação da faixa do Cais.

ENGENHARIA — O Departamento de Engenharia executou os serviços referentes a reforma, conservação e construção de prédios e instalações nas dependências do Porto, podendo-se destacar, entre numerosos outros serviços:

- Construção de novo alojamento da Guarda Portuária
- Construção de nova Cantina
- Reforma e ampliação do Ambulatório Médico-Dentário
- Construção e instalação de um Pronto Socorro
- Construção de novo enrocamento para ampliação do Pátio de Estocagem
- Construção de novo depósito de explosivos
- Fiscalização da dragagem efetuada no Cais de Paul

— Construção de 90 metros de linha férrea para operação dos novos guindastes portuais elétricos.

ADMINISTRAÇÃO — O Departamento de Administração criou o Cadastro de Habilitação de Empreiteiros e Fornecedores, tendo sido cadastradas 134 firmas fornecedoras e 29 empreiteiras de obras e serviços.

O Serviço de Pessoal e Material foi executado pelo Serviço de Processamento de Dados, devendo ocorrer em 1972 a mecanização dos serviços contábeis e estatísticos.

O número de empregados do Porto era de 841 em 31.12.71.

Ao lado de uma rigorosa disciplina de trabalho, a Administração do Porto de Vitória empenha-se em imprimir um sentido social em suas relações empregatícias. Nessa linha se inscrevem o aumento de gratificação individual de produtividade, o funcionamento do ambulatório médico-dentário e de um pronto-socorro, a concessão de bolsas de estudo, os cursos de alfabetização, festa de Natal aos empregados etc.

PROGRAMA PARA 1972

Em 1972 a APV pretende:

- Iniciar as obras do Cais de Capuaba, com todos os seus complexos e Armazém Frigorífico.
- Derrrocagem das pedras submersas ao longo do Cais Comercial.
- Dragagem da bacia de evolução e canal de acesso.
- Aquisição de Plataformas ferroviárias.
- Aquisição de novos equipamentos de combate a incêndio.
- Reparelhamento das oficinas.
- Estudo de viabilidade econômico-financeira de um novo Cais para carga geral na foz do rio Aribiri.

JUSTIÇA

Integram a estrutura da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, além dos órgãos centralizados da Procuradoria Geral da Justiça e da Procuradoria Geral do Estado, a Diretoria de Assistência aos Municípios, a Diretoria de Geografia e Cartografia, o Instituto de Readaptação Social, a Colônia Penal Agrícola e o Manicômio Judiciário.

I — Procuradoria Geral da Justiça

As atividades afetas à Procuradoria Geral da Justiça, como órgão da fiscalização da lei, podem ser apreciados através do seguinte quadro demonstrativo:

	Recebidos	Devolvidos
Inquérito Policial	14	12
Processos Administrativos	605	597
Ação Criminal	8	8

Apelação Criminal	205	175
Ação Rescisória	18	18
Mandado de Segurança	51	46
Conflito Negativo de Jurisdição	8	7
Revisão Criminal	70	70
Ag. Petição em Mand. de Segura- rança	38	34
Embargos ao Acórdão	8	8
Recurso de Revista na Ap. Cível	5	5
Apelação Cível	310	262
Habeas Corpus	161	161
Agravo de Instrumento	22	21
Agravo de Petição	30	21
Recursos de Habeas Corpus . . .	15	13
Recurso Criminal	21	19
Processos do Cons. Penitenciário	25	25
Conflito Positivo de Jurisdição .	6	6
Embargos na Ação Rescisória .	1	1
Rec. Ordinário no H. Corpus ..	2	2
Ag. Inst. Extr. Rev. Criminal ..	1	1
Queixa Crime	8	8
Embargos na Ap. Cível	4	2
Conflito de Jurisdição	8	8
Rec. Extr. no Recurso Criminal	2	2
Recurso no Sentido estrito	20	16
	1.666	1.535

Ajuizou o Ministério Público, no exercício de 1971, 183 (cento e oitenta e três) ações de Dívida Ativa.

II — Procuradoria Geral do Estado

Como órgão encarregado da representação judicial do Estado, a Procuradoria Geral do Estado desempenhou as seguintes tarefas:

Audiências realizadas	126
Contestações	20
Razões diversas	27
Petições diversas	187
Memoriais	12
Agravos	11

Recursos para as diversas instâncias	11
Mandados de Segurança	24
Ações Ordinárias contra o Estado, para efeitos diversos	15
Ações de Reintegração de Posse	4
Ação de Depósito	1
Ação de Anulação de Ato Administrativo	1
Ação de Divisão e Demarcação	1
Ação de Perdas e Danos	1
Ação Anulatória de Escritura	1
Executivos Fiscais	76
Reclamações Trabalhistas	20
Vistorias "ad perpetuum"	2
Justificações judiciais na Capital	2
Justificações do Interior	4
Cancelamento de Registro de Escritura	1

A Procuradoria Geral do Estado promoveu o levantamento de todos os processos de Executivos Fiscais, em curso na Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

Em face da Constituição Estadual (Emenda n. 1, de 13.11.71) e da Lei n. 2636, de 23.9.71, mandado integrar a Procuradoria do Tribunal de Contas na Procuradoria Geral do Estado, ampliou-se o campo de ação desse órgão, impondo-se, com urgência, a reformulação de sua lei orgânica, para adaptá-lo convenientemente às suas novas e diversificadas funções.

III — Diretoria de Assistência aos Municípios

Entre os órgãos que integram a estrutura da SIAJ, destaca-se pela sua importância a Diretoria de Assistência aos Municípios, de vez que sua finalidade precípua é orientar e desenvolver o trabalho de entrosamento com as municipalidades, prestando-lhes assistência técnica no âmbito administrativo, inclusive de planejamento.

Tem sido preocupação constante a dinamização desse órgão através de várias providências já adotadas, principalmente no tocante ao preparo e especialização de seu pessoal.

Entre as atividades realizadas pela DAM no ano de 1971 merecem ser assinaladas: a comunicação orientadora que manteve com os 53 Prefeitos Municipais e diversas Câmaras, atendendo a solicitações de informações; elaboração dos trabalhos preliminares para efetivação do I Seminário Nacional de Administração Municipal, sob o patrocínio desta SIAJ e promovido pela Associação Brasileira dos Municípios (ABM), que se realizou nesta Capital nos dias 9 a 12 de novembro, com a participação de Prefeitos, Vereadores e funcionários municipais, num total de 156 (cento e cinquenta e seis) participantes.

IV — Diretoria de Geografia e Cartografia

Este órgão da SIAJ realizou no ano de 1971 as seguintes atividades: — levantamento da bibliografia cartográfica do E. Santo; organização das "Pastas Municipais"; colaborando com a Secretaria de Segurança Pública, procedeu aos estudos para delimitação de jurisdição dos distritos e Delegacias Policiais; manteve intercâmbio com o Setor de Arqueologia do Museu da UFES, e colaborou com o Projeto Bandeiras (Rondon Regional) fornecendo dados e informações, bem como recebendo os participantes do referido Projeto; atendeu às consultas formuladas por dirigentes municipais, esclarecendo diversas dúvidas relacionadas com a Divisão Administrativa.

V — Sistema Penitenciário — Instituto de Readaptação Social

O Instituto de Readaptação Social (IRS), a Colônia Penal Agrícola (CPA) e o Manicômio Judiciário (MJ) constituem o sistema penitenciário estadual, cuja reformulação já está sendo estudada através de sua ampliação e descentralização.

Para isso já estão projetadas duas (2) colônias Penais Agrícolas, a serem construídas, uma no Norte, para atender a 14 municípios localizada em Nova Venécia, e outra no Sul, para atender a 22 municípios, localizada em Alegre.

O Instituto de Readaptação Social (IRS), situado em Pedra D'Água, no município de Vila Velha, mantém 220 internos em regime de prisão semi-aberta e vem seguindo as diretrizes da nova doutrina de penitenciarismo, cujo objetivo é a terapêutica ocupacional, com assistência social, médica, educacional e religiosa.

Estão em funcionamento no IRS seções de Mecânica, Carpintaria, Sapataria, e Alfaiataria, havendo ainda, no setor agrícola, jardinagem, poçilga, granja e horticultura.

Oitenta por cento de sua população carcerária movimentam-se em trabalho ativo, externo e interno, e que é remunerado com base no salário mínimo.

Entre outras medidas visando a oferecer melhores condições aos sentenciados, o Gabinete desta SIAJ já determinou, através de convênio com o DEO, a restauração do prédio do IRS, inclusive de suas dependências, como refeitório, cozinha e as seções de sapataria e alfaiataria.

VI — Colônia Penal Agrícola

Na Colônia Penal Agrícola, localizada em Viana, os internos vivem em regime de prisão aberta. Ocupam-se de trabalho agrícola e também são remunerados, recebendo toda a assistência. Dos 30 que lá se encontram, deslocados do IRS, estão enquadrados no 3.º estágio da pena. Destes, treze (13) vivem com seus familiares nos terrenos do estabelecimento. A CPA mantém uma escola onde os próprios internos e seus filhos recebem educação primária.

Já foi determinada também a restauração do prédio da Colônia Penal Agrícola, estando empenhado em favor do DEO a importância orçada da obra.

VII — Manicômio Judiciário

Este órgão é um Hospital que integra o complexo da justiça, destinando-se à terapêutica psiquiátrica de

seus internos, que são atualmente em número de setenta (70).

Através da SIAJ, o MJ está sendo equipado tecnicamente e já está em estudo a construção de um pavilhão destinado à internação de doentes mentais em Casa de Custódia e Tratamento, na conformidade da legislação vigente. Os internos do Manicômio Judiciário recebem tratamento de acordo com o regime nosocomial e dentro da técnica moderna de reintegração social do delinquente.

VIII — Foruns em Comarcas do Interior

No setor de obras destinadas ao equipamento do judiciário, a Secretaria no decorrer de 1971 programou, em colaboração com o DEO, a construção de diversos Foruns no interior, entre os quais podem ser incluídos, em fase adiantada de execução, os de Colatina, Mimoso do Sul, Iúna, Itapemirim e Mucuriel.

IX — Estudos e Projetos de Lei

Outro setor que teve destaque na SIAJ, no ano recém-findo, foi relacionado com o estudo e preparo de lei.

Merece ser enfatizada a atuação do Grupo de Trabalho designado para elaborar o anteprojeto de Emenda à Constituição do Estado, a qual veio a ser promulgada a 13 de novembro pela Assembléia Legislativa.

A Secretaria concluiu, também, o anteprojeto da Lei Orgânica dos Municípios.

Esta importante proposição deverá ser encaminhada, após o recesso, àquela Augusta Casa de Leis.

Deve-se mencionar ainda o anteprojeto de lei do Estatuto do Ministério Público, e elaborado pela Procuradoria Geral da Justiça.

X — Relações com o Poder Judiciário

A Secretaria manteve estreita e harmoniosa relação com o Poder Judiciário, em fiel cumprimento às suas atribuições, servindo assim, como elo entre o Executivo e aquele Poder. Dispendendo no ano findo cerca de Cr\$ 1.148.147,73 (hum milhão, cento e quarenta e oito mil, cento e quarenta e sete cruzeiros e setenta e tres centavos), no aparelhamento do Palácio da Justiça, pôde dotar o imponente edifício de condições permissivas à transferência do Egrégio Tribunal de Justiça e sua Secretaria para aquele Palácio, assim como para o mesmo local foi transferida toda a Procuradoria Geral da Justiça. As novas instalações outras do mesmo Poder nos Estados da Federação, o que revela o carinho e o zelo com que têm sido tratados as necessidades do Poder Judiciário Espírito-santense.

SEGURANÇA PÚBLICA

Com a Reforma Administrativa foi atribuída à Secretaria de Segurança Pública a responsabilidade da execução da política governamental destinada a manter a ordem e a segurança pública do Estado, bem como assegurar as liberdades e garantias individuais, prevenindo e reprimindo a criminalidade, garantindo o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos.

Para cumprimento dessa missão, a Secretaria conta com a Superintendência de Polícia Civil, a Polícia

Militar e o Departamento Estadual de Trânsito, este último como órgão autárquico vinculado à Secretaria.

POLICIA CIVIL

INSTALAÇÕES — Considerando a precariedade das atuais instalações da Superintendência da Polícia Civil, foi adquirido, para construção da nova sede, em terreno localizado na Avenida Nossa Senhora da Penha, com 11.000m² de área, ao preço de Cr\$ 315.000,00.

SITUAÇÃO FUNCIONAL — Foi elaborado e aprovado plano geral para atender adequadamente o programa da Polícia Civil na Capital e demais municípios do Estado.

TRANSPORTE — A necessidade de renovação da frota de viaturas da Polícia ficou evidenciada com os gastos efetuados em reposição de peças (Cr\$ 90.745,58) e reparação de veículos (87.582,97). Por essa razão, foi autorizada no final do exercício a compra de seis viaturas novas, devendo ser feitas novas aquisições em 1972.

RÁDIO COMUNICAÇÃO — Por motivo de interferência provocada por emissora de um país vizinho, o antigo sistema WHF da Polícia foi substituído por um novo com recep para 32.100 mc e trc para 39.100mc.

Além dessas frequências, existe uma na faixa de 171,97 que arma o repetidor do tronco norte e outra na frequência de 151,97 que arma o repetidor do tronco sul. Em razão da situação topográfica de Colatina foi instalada ali uma outra frequência de 41,98 mc.

Integram ainda o sistema os aparelhos do Departamento Estadual de Trânsito do Instituto de Readaptação Social e do Gabinete Militar.

Estuda-se a sugestão para implantar no Estado o sistema SSB (comunicação a longa distância) sem repetidores.

OBRAS E REFORMAS — a) Superintendência de Polícia Civil — totalmente reformada na parte externa e interna;

b) Casa de Detenção — inclusão de uma ala construída pelo DEO, com recursos no montante de Cr\$ 70.000,00;

c) Reforma da Delegacia de Cariacica;

d) Reforma das Subdelegacias de Campo Grande, Itaquari, Itacibá, Flexal, Bela Aurora e Porto de Santana.

Para construção de Delegacia e Subdelegacia, a Polícia Civil recebeu em doação:

a) — Terreno em Marataízes, com 760m²;

b) — Terreno em Gurigica de Dentro, com 100m².

MOBILIÁRIO — Foram adquiridos e distribuídos às Delegacias Subdelegacias e a própria Superintendência:

a) — 103 mesas;

b) — 134 cadeiras estofadas;

c) — mobiliário para o Gabinete do Superintendente;

d) — 30 máquinas Ollivetti.

Foram feitas ainda aquisições de armas e várias obras especializadas para a Biblioteca da Corregedoria da Polícia Civil.

As despesas de capital somaram Cr\$ 872.326,28.

POLICIA MILITAR

ORGANIZAÇÃO — Considerando as novas responsabilidades, oriundas da regulamentação do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, quando todas as missões privativas do policiamento fardado passaram à sua competência, inclusive o trânsito e a Rádio-Patrolha, sem mencionar a absorção das missões anteriormente a cargo da extinta Guarda Civil, a Polícia Militar sentiu a urgência de se reestruturar convenientemente para atender a tantas frentes de trabalho.

Concomitantemente com a nova organização que foi baixada com a Lei n. 2579, de 2 de março de 1971, fixou-se o efetivo da Polícia Militar em 3775 (três mil, setecentos e setenta e cinco) homens, aumentando-o em 1755 (hum mil, setecentos e setenta e cinco) policiais, majoração esta, que, não sendo ainda absolutamente o ideal, já irá, sem sombra de dúvidas, minorar em parte, o angustiante problema da falta de policiais; mormente no nosso interior, onde o abandono é quase total. O efetivo ideal, entretanto, segundo os índices da Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgão Coordenador das Milícias Brasileiras, seria aproximadamente na ordem de 4.500 (quatro mil e quinhentos) homens. Este efetivo resultaria da fixação sobre a nossa população atual que é de 1.619.477 habitantes, do percentual de 1 policial por 500 habitantes, que daria 3238 policiais para a execução do policiamento ostensivo e repressivo, número este que seria acrescido do pessoal em serviço no Corpo de Bombeiros (423) homens, na Companhia de Comando e Serviços (390), na Companhia de Manutenção (210), na Banda de Música (70) e ainda em outros órgãos responsáveis pelo apoio logístico burocratas em geral.

AREAS DE ZONEAMENTO DA POLICIA MILITAR

a) — 1.º Batalhão de Polícia Militar, com sede na Cidade de Vitória, no Quartel do Comando Geral de Maruípe;

b) — 2.º Batalhão de Polícia Militar, com sede na Cidade de Nova Venécia, no norte do Estado; e

c) — 3.º Batalhão de Polícia Militar, no sul do Estado.

DESPESAS DE CAPITAL

Foram adquiridas para o Quartel do Comando Geral 11 viaturas de médio e de pequeno porte, pois já haviam sido adquiridos anteriormente dois carros pesados de incêndio e três caminhões-choque.

Foram encomendados seis aparelhos de transmissão para montagem de sistema de rádio isolado do Sistema Intelco, da Polícia Civil.

O Quartel do II Batalhão, sediado em Nova Venécia, foi devidamente equipado.

A Contadoria Geral da Polícia Militar foi adquirida com a aquisição de uma máquina de contabilidade no valor de Cr\$ 43.000,00 (quarenta e três mil cruzeiros).

CORPO DE BOMBEIROS

Executou-se reforma e ampliação do prédio do Corpo de Bombeiros, compreendendo também a construção de um pavilhão com: cozinha, refeitório, sala para serviço administrativo, alojamento geral, alojamento de prontidão e garagem.

Somando-se a essas obras a aquisição de veículo e equipamento complementar para incêndio, as despesas de capital do Corpo de Bombeiro atingiram Cr\$ 628.193,08.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Por força da lei que criou, cabe ao DETRAN a disciplinação e fiscalização dos Serviços de Trânsito e Tráfego dentro das fronteiras estaduais, bem como o licenciamento e fiscalização de transportes coletivos e intermunicipais de passageiros e demais atividades correlativas ao cumprimento das leis, resoluções etc., emanadas do CONTRAN.

A mudança para a sede, ao lado da Superintendência de Polícia, possibilitou ao DETRAN, em 1971, um melhor desempenho administrativo. Esta nova sede, contudo, é provisória, achando-se prevista no orçamento da Autarquia a construção de uma nova sede nos mais modernos padrões.

SERVIÇOS

Foram pintadas com tinta especial faixas nas principais ruas da Capital e de Vila Velha.

Em diversos pontos de Vitória e da Rodovia Carlos Lindenberg foram instalados sinais luminosos.

Elaborou-se Plano Diretor de Trânsito para Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari e Colatina.

Para facilitar os serviços de comunicação o DETRAN adquiriu viaturas destinadas à fiscalização e equipadas com aparelhos de rádio receptor e transmissor.

TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Partindo da concepção de que não pode haver desenvolvimento se os seus resultados não se refletem na melhora do nível de bem-estar da população, vale dizer, enfatizando ao máximo a meta homem, o Governo do Estado realizou todos os esforços para que a todos os capixabas, particularmente aos mais humildes, chegassem pelo menos alguns dos benefícios da civilização. É evidente que semelhante tarefa cabe primariamente ao Governo Federal, mas este não poderia atingir tal meta se não fosse secundado pelos esforços dos Governos estaduais.

Nessa linha enquadram-se as atividades da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, com seus órgãos específicos, como também das instituições a ela subordinadas ou vinculadas, como o IPAJM, a FESBEM e a COHAB-ES.

Além das atividades normais do setor, o Governo teve de realizar extraordinário esforço para socorrer as populações flageladas pelas chuvas torrenciais que se abateram sobre o território capixaba, especialmente nos Municípios de Alfredo Chaves, Barra de São Francisco, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Itaguaçu e Itapemirim. Nessa oportunidade, foram mobiliza-

dos todos os recursos da esfera estadual, ajudados pelos órgãos federais, a fim de tornar menos dolorosos para as populações os efeitos da catástrofe. Ademais dos socorros prestados, o Governo do Estado decidiu reconstruir 42 casas destruídas pelas enchentes nos Municípios de Alfredo Chaves (1), Barra de São Francisco (3), Cachoeiro de Itapemirim (20) e Itapemirim (18), como também recuperar, mediante convênio com as prefeituras, 69 residências parcialmente destruídas.

Sob o aspecto administrativo, a Secretaria recebeu nova estrutura com o Decreto 099-N, de 30.12.70. Em 1971, para melhor desempenho de suas atividades, a Secretaria foi transferida das precárias instalações do Edifício da Estiva para o 2.º andar do Bloco II da Secretaria de Saúde. Ainda assim, em razão da expansão das atividades, as atuais instalações se revelam insuficientes, estudando-se nova solução para o problema.

ORIENTAÇÃO SOCIAL

O trabalho de orientação social foi executado através de oito projetos, como se seguem:

I — ATENDIMENTO IMEDIATO. (Plantão).

Através desse projeto, foram feitos 706 atendimentos, assim discriminados:

Ajuda em passagem	359
Tratamento de saúde	175
Auxílio financeiro diverso	76
Readaptação profissional	86
Auxílio para habitação	40
TOTAL	706

Trabalharam no projeto 1 assistente social e dois agentes sociais que utilizaram entrevistas e visitas domiciliares como instrumental. Como recursos institucionais, recebeu a colaboração de: FESBEM, L.B.A., Juizado, SESI, Hospital das Clínicas, Dispensário "Antônio Fontes", Centro de Saúde, Santa Casa, Hospital Infantil, Chefatura de Polícia, Prefeituras e Cia. Vale do Rio Doce.

Dezessete casos deixaram de ser atendidos por falta de condições. Mostrou-se sensível a necessidade de expansão do atendimento, o que deverá ser feito através do aumento de recursos e da ampliação da equipe para implantação de serviço mais técnico.

II — RECUPERAÇÃO SOCIAL (MENDICANCIA) — foram desenvolvidas as seguintes atividades.

1 — Período de Execução

Junho a dezembro

2 — Pessoal Atingido

População mendiga circulante na Grande Vitória.

3 — Antecedentes

Com a mudança de secretários e reestruturação das programações da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, no primeiro semestre o atendimento à mendicância foi superficial e deficiente.

Esporadicamente os casos marcantes foram atendidos, principalmente quando se tratava de mendigo em trânsito ou doente.

O atendimento à mendicância não obedeceu qualquer esquema de trabalho.

4 — Atividades Desenvolvidas

a) Atendimento preliminar à população mendiga

— identificação e localização da população mendiga;

— prestação de serviços com soluções rápidas (encaminhamentos)

— análise da situação apresentada;

b) Organização e estabelecimento de critérios para funcionamento do Centro de Triagem Provisório

— determinação do local adequado para funcionamento do Centro de Triagem;

— providência do equipamento básico necessário ao funcionamento do Centro de Triagem;

— formação da equipe de servidores;

— elaboração de esquema de funcionamento;

— inauguração do Centro de Recepção e Triagem Provisório;

c) Atendimento sistematizado do mendigo no C.R.T. — recolhimento do mendigo;

— processamento do estudo social de cada caso, caracterizando a problemática individual;

— orientação social de cada caso objetivando: Oferecimento do período de permanência de cada recolhido; Oferecimento de condições para:

— retorno ao local de origem;

— readaptação profissional;

— encaminhamento aos recursos da comunidade;

d) Providências diversas para construção do Centro de Recepção e Triagem Definitivo

— complementação de documentos para regularização do terreno;

— entendimento com o DNER solicitando elaboração do croqui da área destinada à construção;

— reunião com a equipe do DEO, objetivando identificação do fluxograma do Centro de Recepção e Triagem, tendo em vista a elaboração da planta;

Após a instalação do Centro de Recepção e Triagem Provisória foram recolhidos 59 mendigos no período de 2 meses. Nos dez meses anteriores à instalação, apenas 22 haviam sido atendidos.

Como metas principais atingidas, nesse particular, mencione-se a esquematização do atendimento a men-

dicância e a identificação da população mendiga na Grande Vitória.

III — REGISTRO DE OBRAS

Cerca de 80 obras sociais haviam solicitado registro na Secretaria do Trabalho e Promoção Social. Entretanto nenhuma delas preenchia os requisitos exigidos pelo Decreto n.º 078—N, de 9.9.70. Por isso, foi realizado minucioso trabalho de orientação inclusive jurídica às Obras Sociais para seu registro. Conseguiram-se assim os seguintes resultados:

Processos solicitando registro	82
Efetivação de registro de obras sociais	19
Envio de correspondência	50
Participação em reuniões	5
Orientação às Obras Sociais	58

IV — ORIENTAÇÃO ÀS OBRAS

Funcionando em conjunto com a Seção de Registro, a Seção de Orientação às Obras tem por finalidade orientar as Obras Sociais no recebimento de subvenções do Estado, como também estabelecer critérios que racionalizem a distribuição das subvenções. O atraso no pagamento das subvenções vem acarretando dificuldades no desempenho do setor. Ainda assim foram obtidos os seguintes resultados:

— Conscientização dos dirigentes de obras que receberam assessoria sobre a política de ação da SETRAPS;

— oferecer às Obras condições de recebimento da subvenção referente ao ano de 1970;

— delimitação dos atendimentos nas áreas das Secretarias do Trabalho e Promoção Social, Saúde e Educação;

— definição da documentação exigida para recebimento das verbas a partir de 1971.

V — ASSISTÊNCIA ÀS EMERGÊNCIAS

1 — Período de Execução

Novembro e dezembro — período em que perduraram as chuvas e enchentes.

2 — Pessoal Atingido

Moradores dos Municípios atingidos pelas enchentes e chuvas torrenciais. Os Municípios foram: Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Itapemirim, Barra de São Francisco, Alfredo Chaves, Vila Velha, Pancas, Anchieta, Itarana, Itaguaçu e Cariacica.

3 — Antecedentes:

Como medida de urgência, durante o período do flagelo, o aspecto básico de toda a operação constituiu-se na fase de socorro.

A medida que foram apresentadas as solicitações, equipes da SETRAPS foram enviadas para atuação "in loco".

4 — Atividades Desenvolvidas:

- Plantão permanente na sede da SETRAPs, objetivando atender os Municípios que solicitaram ajuda.
- Entendimentos com autoridades locais
- Remoção das famílias desabrigadas para prédios públicos
- Distribuição para os desabrigados baseada na

- problemática social e econômica dos municípios
- Assistência médica nos abrigos
- Campanhas de vacinação em massa
- Análise dos aspectos topográficos e habitacional dos municípios
- Levantamento sócio-econômico e habitacional das famílias flageladas
- Análise do aspecto social e econômico das 501 famílias atingidas pelo flagelo.

6 — Dados Estatísticos

**SITUAÇÃO HABITACIONAL DAS FAMÍLIAS
ATINGIDAS PELA ENCHENTE**

MUNICÍPIOS	N.º DE FAMÍLIAS	CASAS ALUGADAS-CEDIDAS-PRÓPRIAS		
		Casas Destruídas	Casas Recuperáveis	TOTAL
Cachoeiro de Itapemirim	174	26	101	127
Colatina	134	12	48	60
Itapemirim	146	27	30	58
Barra São Francisco	27	5	15	20
Alfredo Chaves	1	1	—	1
Vila Velha	14	—	—	—
TOTAL	501	71	194	265

Das 501 famílias atingidas pelo flagelo, 71 tiveram suas casas destruídas e 194 parcialmente destruídas. No plano de recuperação, a SETRAPs considerou apenas as casas próprias excluindo o município de Colatina.

- 6 — Instrumental Utilizado
- Entrevistas
 - Visitas Domiciliares
 - Reuniões
- 7 — Recursos Utilizados

- Humanos — Funcionários da SETRAPs
— Funcionários dos diversos recursos Institucionais
- Materiais — Material permanente, de consumo e burocrático. Gênero alimentícios, roupas, agasalhos, medicamentos, donativos, material de construção, alojamento, hospitais, veículos, barcos e helicópteros.
- Financeiros — Crédito especial para atendimento em calamidade pública.
— Despesas de viagens.
- Institucionais — Prefeituras, Postos de Saúde, Grupos Escolares, Ginásios, DER, Secretaria de Saúde e Assistência, Força Aérea Brasileira.

VI — INFORMAÇÃO DE PROCESSOS

Foram previstas e atingidas as seguintes metas: fornecimento de subsídios básicos relativos à situação sócio-econômica dos dependentes de ex-servidores do Estado, solicitantes de casa própria, requerentes de licença e famílias residentes em áreas invadidas, de in-

teresse do Estado. Foram informados processos referentes a:

— pensão	10
— Habitação	7
— tratamento de saúde	8
— estudo sócio-econômico (Vila Velha e Carapina)	2
— outros	6
TOTAL	33

VII — INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL

Junto ao Instituto de Readaptação Social foi executado o seguinte trabalho:

— Entrevistas	1.347
— Visitas	293
Entrosamentos:	
Com recursos internos	688
Com recursos externos	323
— Encaminhamentos	70
— Correspondência	651
— Providências diversas	651
— Reuniões de serviço	11

VIII — HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Um assistente social e um agente social da Divisão de Orientação Social realizaram no Hospital das Clínicas as seguintes atividades:

— Casos matriculados	332
— N.º de pessoas atendidas	2.419

— N.º de entrevistas (com pacientes)	2.125
— N.º de entendimentos com familiares e colaterais	1.395
— Correspondências recebidas e expedidas	34

DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO

A intensa atividade realizada pela Divisão de Desenvolvimento Comunitário da SETRAPS em 1971 pode ser assim sumariada:

1 — Análise e estudo das Micro-Regiões do Estado e respectivos Municípios.

Um grupo de trabalho composto de assistentes sociais, um economista e agentes sociais efetuou um levantamento sócio-econômico de cada um dos Municípios do Estado, com dados sobre localização geográfica, infra-estrutura, comunicações, economia, saúde, educação, religião, segurança, distorções sociais e recursos assistenciais dos Municípios

2 — Cadastro da rede assistencial do Estado.

Foi feito o cadastramento de todas obras de assistência existentes no Estado, com vistas a uma orientação global.

3 — Ensaio monográfico da situação sócio-econômica dos Municípios.

4 — Admissão de pessoal, especialmente técnico, que, embora ainda insuficiente tendo em vista a incidência de problemas sociais no Estado, possibilitou maior dinamização dos trabalhos.

5 — Planejamento Plurianual.

Após a admissão do pessoal técnico, elaborou-se um planejamento para o período 1971-74.

6 — Levantamento das Entidades Comunitárias da Grande Vitória, que possibilitou o registro de 61 trabalhos comunitários assim distribuídos:

Vila Velha — 29; Vitória — 22; Serra — 2, Cariacica — 7; Viana — 1.

7 — Participação em programas de habitação junto à COHAB—ES, ajudando na seleção e classificação dos futuros moradores dos núcleos habitacionais de Muqui, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, como ainda efetuando estudo de viabilidade sócio-econômica para construção de núcleos habitacionais em Guarapari, Anchieta, Linhares e São Mateus.

8 — Participação no 6.º Encontro de Entidades de Trabalhos Comunitários do Norte do Estado.

9 — Planejamento do 1.º Projeto para implantação do processo de desenvolvimento comunitário na Grande Vitória.

10 — Execução do 1.º Projeto para implantação do processo de desenvolvimento comunitário na Grande Vitória.

Resultados animadores foram alcançados na implantação de mudança do programa de Natal do Governo do Estado, sob o nome de Natal Comunitário, com a participação das lideranças comunitárias de Vitória, Viana, Vila Velha, Cariacica e Serra, conseguindo-se despertar extraordinária cooperação das comunidades num programa que visava, antes de tudo, levar benefícios permanentes para os bairros onde residiam.

A coordenação do Natal Comunitário esteve a cargo da Primeira Dama do Estado e contou com a participação de 58 comunidades e 4 obras fichadas.

11 — Planejamento de cursos para liderança de comunidades, cuja execução foi adiada para o início de 72, em razão das calamidades provocadas pelas chuvas ocorridas em novembro e dezembro.

12 — Orientação às Programações das Entidades Comunitárias, não só no Programa de Natal Comunitário

como nos mutirões promovidos pelo Serviço de Saúde da Prefeitura de Vila Velha em vários bairros.

Foram construídos pela Secretaria dois Centros de Saúde: um em Pôrto de Santana (Município de Cariacica) e outro em Santa Rita (Vila Velha).

13 — Levantamento solicitado pela Coordenação do Programa de Desenvolvimento Comunitário do Ministério do Interior sobre Entidades de Desenvolvimento Comunitário existentes em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

14 — Participação nos programas específicos da Divisão de Orientação Social.

15 — Participação no programa do Projeto Rondon IX, traçando planejamentos a serem executados pelos participantes do Projeto nos Municípios de Itaguaçu, Itarana, Ecoporanga, Boa Esperança, Mucuricá, Pinheiros, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Mantemópolis, Afonso Cláudio, Mimoso do Sul e Baixo Guandú.

Ações executadas conforme atividades específicas:

	Ações
Assessoria Técnica	1 718
Promoção e Intercâmbio	39
Intercâmbio institucional	121
Estudo e pesquisa	433
Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal	106

INSTITUTO DE BEM—ESTAR SOCIAL ESPÍRITO-SANTENSE — IBES

A Lei n.º 2 678, de 9/12/71, assegurou a sobrevivência do Instituto, modificando disposição anterior que autorizava sua extinção.

Manteve o IBES cursos de corte e costura, trabalhos manuais, pintura, peças diversas, fornecendo certificado a 34 alunas concluintes e organizando exposição de 277 peças executadas pelas alunas.

A lei que previa a extinção do órgão impediu a prévia elaboração de programa adequado de atividades, embora se tenha conseguido dar relativa continuidade às programações anteriores.

FUNDAÇÃO DO BEM—ESTAR DO MENOR — FESBEM

A FESBEM teve em 1971 um ano de intensa atividade.

Seu quadro de pessoal foi reestruturado, com a colaboração da Assessoria de Recursos Humanos da Fundação Nacional do Bem—Estar do Menor.

Foram ministrados dez cursos diversos, dos quais um para assistentes sociais, um para professores e um de Técnico de Ensino para os mestres de oficina, além de treinamento de dirigentes de obras de Menores Excepcionais.

Inaugurou-se um Centro Provisório de Abastecimento, até que se construa o definitivo em Roças Velhas.

Na atividade assistencial, deu-se ênfase aos programas de prevenção, embora seja ainda necessária a manutenção e até ampliação da rede de obras de internamento.

Excelentes resultados foram conseguidos com o Segundo Programa de Recuperação e Aprendizado de Menores — PRAM II, em Porto de Santana (Cariacica) com capacidade inicial para 60 menores em regime de semi-internato. O Programa evita o internamento e mantém o menor em seu próprio bairro, proporcionando-lhe educação sob o aspecto de escolaridade, higiene, iniciação profissional, alimentação e cuidados

médicos. Após a instalação das PRAM I e II, nos bairros da Ilha do Príncipe e Porto de Santana não se verificou ali o recolhimento de nenhum menor.

A atuação da FESBEM já se estende por 18 municípios e 70% das 42 obras existentes no Estado foram beneficiadas através de convênios e ajuda financeira.

A Fundação desenvolve suas atividades não só em suas próprias unidades como também em colaboração com obras particulares e, ainda, procurando despertar a sociedade para uma melhor compreensão do problema do menor.

Foram concedidas ajudas financeiras para aquisição de alimentos, bolsas de estudo, reformas, aquisição de veículos etc.

Em outubro, na Semana da Criança, foi montada a Primeira Exposição de Trabalhos realizada pelos alunos com êxito absoluto.

Vinte e quatro obras de Assistência ao Menor no Estado receberam ajuda financeira da FESBEM no montante global de Cr\$:

Os convênios celebrados com 13 entidades, particulares de assistência localizadas em 10 municípios, alcançaram a importância de Cr\$

O Serviço Médico proporcionou 13.973 atendimentos e o Serviço Odontológico, 3 710.

Nas instituições particulares, a FESBEM, sob a forma de convênios, mantém menores internos ou semi-internos.

Em suas próprias unidades manteve menores assim distribuídos:

Instituto Profissional "Francisco Schwab" (Grupo Escolar)	135
Centro de Formação Profissional "Caboclo Bernardo"	180
TOTAL	315

Desse total, 215 frequentam as Oficinas de Aprendizagem Profissional e Vocacional.

No Centro de Recepção e Triagem foi feito o seguinte atendimento:

T. PARCIAL GERAL	
— Menores internados pelo Juizado de Menores	338
— Menores reinternados pelo Juizado de Menores	227
— Menores encaminhados pelo Escritório Central	31
— Menores recambiados pelo C.R.T.	28
— Menores encaminhados por outras Obras	17
— Menores encaminhados à Obras de internamento	64
-- Menores reintegrados à família	520
-- Resíduo médio mensal de permanência	57

COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPIRITO SANTO — COHAB—ES

A COHAB—ES, sociedade de economia mista, integrada no Sistema Financeiro de Habitação do BNH, pôde apresentar em 1971 os seguintes resultados:

1. OBRAS CONCLUÍDAS

I -- Residenciais

a) núcleo residencial Goiabeiras III, município da Capital com 425 (quatrocentas e vinte e cinco) unidades

residenciais, no valor de Cr\$ 2.411.834,00 (dois milhões, quatrocentos e onze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros);

b) núcleo "Dr. Luiz Tinoco", em Cachoeiro de Itapemirim, com 419 (quatrocentas e dezenove) unidades residenciais, no valor de Cr\$ 2.219.852,26 (dois milhões, duzentos e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e dois cruzeiros e vinte e seis centavos);

c) núcleo residencial Muqui, na cidade do mesmo nome, com 60 (sessenta) unidades residenciais, no valor de Cr\$ 314.088,00 (trezentos e quatorze mil e oitenta e oito cruzeiros);

d) núcleo ITAPARICA II, no município de Vila Velha, com 56 (cinquenta e seis) unidades residenciais no valor de Cr\$ 358.698,00 (trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros);

e) pelo "Plano de Construção em Terreno Próprio, 21 (vinte e uma) unidades residenciais no valor de Cr\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil cruzeiros).

II -- Abastecimento de água

a) para o núcleo GOIABEIRAS III, a título de ajuda e colaboração financeira a CESAN, no valor de Cr\$ 72.271,98 (setenta e dois mil, duzentos e setenta e hum cruzeiros e noventa e oito centavos),

b) para o conjunto "Dr. Luiz Tinoco", em Cachoeiro de Itapemirim, com a ajuda e colaboração financeira no valor de Cr\$ 128.382,00 (cento e vinte e oito mil trezentos e oitenta e dois cruzeiros);

c) para o núcleo Itaparica II, município de Vila Velha, a título de ajuda e colaboração financeira, no valor de Cr\$ 31.536,00 (trinta e hum mil, quinhentos e trinta e seis cruzeiros).

III -- Esgotos Sanitários

a) do núcleo "Dr. Luiz Tinoco", em Cachoeiro de Itapemirim, no valor de Cr\$ 354.712,00 (setenta e quatro mil trezentos e vinte e quatro cruzeiros).

2. OBRAS INICIADAS EM 1971

a) rede de esgoto sanitário do núcleo residencial GOIABEIRAS II, no valor de Cr\$ 354.712,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e doze cruzeiros);

b) aquisição de terreno para a construção do núcleo SANTA MÔNICA II, no município de Vila Velha, com 650 (seiscentas e cinquenta) unidades residenciais, pelo valor de Cr\$ 362.185,00 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e cinco cruzeiros);

3. CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS SOB REPASSE

a) à Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim para obras de pavimentação, meios-fios e dreno pluvial do núcleo "Dr. Luiz Tinoco", cuja primeira parcela, no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), já foi recebida;

b) de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros) à Prefeitura de Vila Velha, para pavimentação, meios-fios e dreno pluvial do núcleo SANTA MÔNICA II, ainda não liberado, nem mesmo a primeira parcela.

4. PROJETOS

a) Encaminhado à CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL — BNH — projeto CARAPINA, município de Serra, para construção de 389 (trezentos e oitenta e nove) unidades residenciais, além do empréstimo Cr\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil cruzeiros), para aquisição de terreno;

b) de concessão de empréstimo, sob repasse, à Pre-

feitura Municipal de Vitória, para pavimentação, meios-fios e dreno pluvial, no núcleo GOIABEIRAS III, no valor de Cr\$ 779.780,00 (setecentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta cruzeiros);

5. PROJETOS APROVADOS PELO BNH

a) verba de Cr\$ 1.438.342,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e dois cruzeiros), para pavimentação meios-fios, galerias pluviais e complementação da rede de esgoto sanitário no núcleo GOIABEIRAS II, a ser concedida por empréstimo, sob repasse, à Prefeitura Municipal de Vitória, a quem será atribuída a execução das obras;

b) verba de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para execução das obras de pavimentação e recuperação da rede geral de esgoto do Núcleo residencial SOLON BORGES, que também será concedida, por empréstimo, sob repasse, à Prefeitura Municipal de Vitória.

O Banco Nacional da Habitação vem cumprindo integralmente a parte que lhe diz respeito, concedendo à COHAB—ES todo o apoio financeiro necessário e destinado à execução de seus projetos, desde a aquisição do terreno às Obras de infra estrutura, inclusive às necessárias à implantação e à integração de conjuntos residenciais, permitindo-lhe ampla possibilidade de cumprir, no Espírito Santo, a parte que lhe foi confiada dentro do Plano Nacional de Habitação, no que concerne a propiciar à família de baixa renda salarial a aquisição da casa própria.

Apesar do atraso no pagamento das mensalidades (25%) por parte de seus mutuários, a COHAB—ES vem cumprindo rigorosamente seus compromissos junto ao Banco Nacional de Habitação. Deve-se reconhecer, porém, as dificuldades por que passa o Órgão em razão da insuficiência dos recursos destinados a sua manutenção.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estão vinculados à Secretaria da Indústria e do Comércio os seguintes órgãos: SUPPIN — COPESA — EMCATUR — FÁBRICA DE TECIDOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — FÁBRICA DE ÓLEOS ARARIBÓIA e JUNTA COMERCIAL, cujas atividades vão adiante sumariadas.

Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria da Indústria e do Comércio:

1) — Incrementou a política de implantação do Consórcio de Exportação de Carnes pelo Porto de Vitória — EXPOCARNE — acompanhando as orientações da Associação Latina Americana de Livre Comércio — ALALC, para tanto participando de reuniões nas cidades de Montevidéu, Buenos Aires, Bogotá, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte;

2) — Presidiu a todas reuniões do Conselho Deliberativo da SUPPIN e assistiu e orientou os trabalhos do órgão, com vistas à implantação do Centro Industrial da Grande Vitória, através de estudos para aquisição da área e contatos preliminares com ESCELSA — CESAN — CIA. TELEFÔNICA — DNER — CVRD e Prefeitura Municipal da Serra;

3) — Participou dos estudos preliminares e auxiliou a posterior implantação da campanha de incentivos à produção de oleaginosas liderada pela Secretaria da Agricultura, ACARES e COFAI, visando o efetivo aproveitamento das nossas fábricas de óleos, já instaladas, e tendo em vista a instalação futura de uma refinaria de óleo vegetal;

4) — Promoveu levantamento da situação econômica e social dos municípios espiritosantenses, determinando a produção dos dados estatísticos, in loco,

através das equipes técnicas da SIC e encaminhando relatório minucioso de cada um dos municípios visitados;

5) — Participou das atividades do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 1.079, de 30-08-71, para projetar a estrutura do Sistema Estadual de Turismo.

Aprovada a legislação correspondente, o Conselho Estadual de Turismo — CONESTUR, na nova sistemática, passará a coordenar e dirigir a execução da política turística.

6) — Contratou os serviços do SERCOP, para processamento de dados da pesquisa de consumo de produtos industrializados em nosso Estado;

7) — Realizou diversos contatos visando a instalação de um órgão competente de fiscalização de pesos e medidas no Espírito Santo;

8) — Coordenou os trabalhos da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, para melhor atendimento ao público;

9) — Realizou entrosamento com o BANDES, com a finalidade de promover, através de uma política conjunta, o desenvolvimento da indústria e do comércio capixaba;

10) — Visitou diversos Embalxadas, apresentando oportunidades oferecidas pelo Espírito Santo, visando a expansão da política de importação e exportação do nosso Estado;

11) — Manteve contatos com a Secretaria da Agricultura e a ACARES, com a finalidade de expedir a colocação de produtos agrícolas, como abacaxi, banana e derivados de mandioca no mercado brasileiro;

12) — Mediante reuniões com os dirigentes do FRINCASA e do FRISA, obteve o aproveitamento de suas instalações, em trabalho mútuo, conseguindo, preliminarmente, que o abate do gado para exportação seja efetuado pelo FRISA e a estocagem da carne fique sob os encargos do FRINCASA, colocando nossos frigoríficos, no atual estágio, em pé de igualdade com os demais, para concorrerem no mercado Internacional;

13) — Realizou levantamento da situação econômica dos municípios que, durante o último exercício, apresentaram-se, em períodos diversos, com elevado índice de títulos apontados em Cartório;

14) — Realizou trabalhos de assessoria técnica às empresas estatais ligadas a esta Secretaria, quais sejam, Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim S/A, COPESA, EMCATUR, assim como à SUPPIN e Junta Comercial.

Através de sua Divisão de Estudos e Análises Econômicas, a Secretaria realizou:

1) Participação no grupo de trabalho encarregado da implantação do Cadastro Geral de Contribuintes.

2) Estudos e sugestões para a legislação do FUNDAP.

Recebimento e análise de dez (10) requerimentos de contrato de garantia que estão aguardando o complemento da regulamentação.

3) Estudos e sugestões para a regulamentação do FUNDAL.

4) Coordenação do levantamento do grau de adesão das pessoas jurídicas ao Decreto Lei 880 (Anexo 4.4.1).

5) Coordenação dos trabalhos de correção e transcrição dos questionários, bem como acompanhamento permanente do serviço de computação de dados, junto ao SERCOP, para a conclusão da Pesquisa de Consumo de Produtos Industrializados.

6) Coordenação e participação no levantamento dos problemas infra-estruturais dos municípios com vistas a analisar as possibilidades industriais e a solução de problemas de comercialização regionais.

7) Início do levantamento da infra-estrutura econômica do Estado do Espírito Santo, com o objetivo

de oferecer ao investidor as condições infra-estruturais do Estado.

8) Levantamento procedido nas Fábricas de Óleos Araribóia com o fim de saber a situação econômico-financeiras das mesmas.

9) Estudo de viabilidade de mercado para oleaginosas, soja, mamona, amendoim e algodão, no Estado do Espírito Santo, bem como o comportamento da soja e derivados no mercado nacional e internacional.

10) Com a finalidade de dar uma maior visão da produção madeireira do Estado, foram levantados todos os projetos de reflorestamento e florestamento junto ao IBDF, sendo inicialmente com dados agregativos por ano, 1967,68,69 e 1970, e posteriormente por projeto, divididos em mapas por município, contendo dados sobre seu titular, projetista, o executor, localização, área e número de pés projetados e plantados. Como complementação do trabalho, foi elaborada relação das saídas de madeira do Estado, separadas em grau de industrialização. O trabalho foi executado durante três (3) meses, em maio, junho e julho, em virtude de constantes interrupções a espera de informações por parte do IBDF. Incluiu-se neste trabalho a preparação de material de divulgação sobre a importância da madeira para a economia do Espírito Santo.

O trabalho de pesquisa, através da Divisão de Fomento Industrial e Comercial, desenvolve-se do seguinte modo:

a) — **Trabalhos de campo** — executado com um grupo de 150 universitários, distribuídos nas áreas de Colatín, Cachoeiro de Itapemirim e Grande Vitória;

b) — Acompanhamento e coordenação dos trabalhos de campo;

c) — Reposição das unidades de amostra, de acordo com as necessidades;

d) — **Plano de tabulação** — conclusão e remessa ao SERCOP para estudos.

FUNDO DE DIVULGAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DO ESPÍRITO SANTO — FUNDOS

Criado pelo Decreto nº 102-E de 31 de dezembro de 1969 tem por finalidade divulgar as oportunidades oferecidas aos empresários pelo Estado, em decorrência dos sistemas de incentivos fiscais.

Mesmo dentro das limitações impostas pela escassez de recursos, procurou realizar durante o exercício, uma farta divulgação das oportunidades oferecidas pelo Espírito Santo, principalmente as que derivam do Decreto Lei 880/69 e da Lei Estadual 2.469/69 que são os incentivos Fiscais, aplicáveis no Espírito Santo. Procedeu a um completo trabalho de esclarecimento ao Empresariado Capixaba no que se refere aos investimentos que outrora eram carreados para outras regiões privilegiadas da Federação e que hoje, podem e devem ser aplicados dentro do próprio Estado, promovendo o crescimento Industrial e Comercial bem como o seu Desenvolvimento Econômico.

SUPIN — SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL

Criada pela Lei nº 2.572, de 10 de fevereiro de 1971, a SUPPIN iniciou imediatamente suas atividades.

Mediante financiamentos obtidos junto ao BANCOS (Cr\$ 300.000,00) e à Companhia Vale do Rio Doce Cr\$. 300.000,00) adquiriu, no planalto de Cariacica, duas áreas destinadas à implantação do Pólo Industrial.

Estão sendo estudadas soluções para o abastecimento de água ao CIVIT — Centro Industrial de Vitória.

Conseguiu-se fôsse incluído na relação de pequenas obras prioritárias do DNER para 1972, a construção de

uma via asfaltada de 3,5 km da extensão, ligando as áreas do Centro Industrial à BR. 101.

Com financiamento da FINEP foi assinado contrato com as empresas SONDOTECNICA e NEW PLAN para elaboração do Plano Diretor do Pólo Industrial da Grande Vitória.

A Lei nº 2688 incluiu no Conselho Deliberativo da SUPPIN representantes da ESCELSA e da CVRD.

Foram mantidos entendimentos com a ESCELSA e a Companhia Telefônica com vistas ao fornecimento de energia elétrica e comunicações ao Pólo Industrial.

Com assistência da SUPPIN a Prefeitura da Serra criou incentivos municipais para as empresas que se estabelecerem no Pólo.

Em 13 de setembro de 1971 foi criado o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo

Logo após terminado o Plano Diretor, será iniciada a execução do cronograma de obras para o estabelecimento da infra-estrutura do Pólo Industrial.

COPESA — COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO S/A

As atividades de compra e venda da Empresa tiveram um aumento de 121% comparados com o movimento de 1970.

O total do movimento em 1970 representou Cr\$ 1.335.638,68 para em 1971 chegar ao total de Cr\$ 2.952.399,19.

O saldo mais significativo foi representado pela movimentação do pescado que passou de Cr\$ 92.826,49 para Cr\$ 1.439.166,53. Todas outras atividades quais sejam fornecimento de insumos aos barcos de pesca, venda de gelo, sofreram aumentos substanciais, representados em parte por melhores controles.

O ponto mais significativo foi a transformação de uma Empresa com saldo negativo no balanço de 1970 da ordem de Cr\$ 294.519,93 para um superávit ou lucro de Cr\$ 179.987,68.

O que demonstra ser a Companhia de Pesca do Espírito Santo um empreendimento válido e positivo.

REALIZAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 1971

1 — Setor de Captura

a) Lançamento ao mar em 18 de setembro de 1971 do barco Copesa III — Capacidade de 10 ton. de pescado.

b) Lançamento ao mar em 4 de dezembro do pesqueiro Copesa IV — Capacidade de 10 ton. de pescado.

c) Reaparelhamento de toda a frota com equipamentos de bordo tais como: radio-transmissor, radiogoniômetro — Eco-Sonda.

d) Aquisição de motor MWM de 270 HP para o Copesa em fase de acabamento.

2 — Setor de Comercialização

a) Remodelação do Frigorífico da Vila Rubim, passando para centro distribuidor de pescado para Grande Vitória a nível de atacado.

b) Instalação na Guanabara, Belo Horizonte, Brasília e Salvador como centro de distribuição de pescado.

c) Convênio com 5 barcos camaroneiros em Conceição da Barra.

3) — Setor de Industrialização

a) Término das obras de alvenaria do túnel de congelamento no prédio central da Copesa.

b) Limpeza e reparos nas câmaras frigoríficas, inclusive com divisão das instalações para salga de sardinha.

c) Fabricação e lançamento do — Badejo defumado — com ótimas perspectivas de comercialização.

d) Revisão de um dos compressores Sulzer da fábrica de gelo.

- e) Recuperação de um compressor Sabros para atender a parte de frigorificação.
 - f) Produção de camarão descascado e congelado.
 - A Companhia pretende fazer em 1972 investimentos da ordem de Cr\$ 5.400.000,00, nos seguintes setores:
 - a) Construção e instalação de um porto pesqueiro.
 - b) Acabamento do Túnel de Congelamento rápido
 - c) Salão de Beneficiamento, câmara de estocagem.
 - d) Construção e equipagem de uma traineira para pesca de peixes pelágicos.
 - e) Expansão de meios de transporte.
 - f) Duplicação da capacidade de fabricação de gelo.
- Para execução desse programa, a Resolução nº 033/70 do Geres já aprovou recursos no montante de Cr\$. 2.785.426,00.

EMCATUR

A Empresa Capixaba de Turismo efetivou, em 1971, a aquisição do Radium Hotel de Guarapari, numa operação financeira que alcançou o montante de Cr\$ 1,6 milhões de cruzeiros. A EMCATUR pretende abrir entendimentos com vários empresariais, visando à associação de capitais para a exploração de uma nova unidade hoteleira, no mesmo local.

Em março de 1971, o capital da Empresa foi elevado de Cr\$ 1.500.000,00 para Cr\$ 4.000.000,00, sendo o aumento integralizado com o terreno e bens do Radium Hotel e com ações ordinárias nominativas da Petrobrás. Em agosto, o capital foi novamente aumentado para Cr\$ 5.000.000,00.

Através da EMESA, sua subsidiária, a EMCATUR aplicou na Cidade do Sol investimentos no montante de Cr\$ 903.345,65, que retornarão com lucros aos cofres da empresa com a futura colocação no mercado das 15.000 unidades familiares integrantes daquele complexo turístico.

A EMCATUR deverá investir em 1972 recursos da ordem de Cr\$ 6.000.000,00 para execução da primeira etapa de serviços de infra-estrutura do primeiro Boulevard da Cidade do Sol, permitindo o deslançamento desse ambicioso projeto.

Numerosos grupos nacionais e internacionais tem manifestado interesse em participar do projeto da Cidade do Sol.

A Empresa prossegue sua atividade promocional do turismo capixaba, de material informativo e fotográfico, folhetos, palestras, participação no I Seminário de Turismo da Amazônia, feiras e exposições etc.

Em 1971 foi concluído o projeto do Polo Urba-Agro-Industrial e Turístico da Cidade do Sol.

A Empresa inaugurou o moderno versátil sistema audio-visual MULTIMAGE sobre atrações turísticas do Estado.

Foi decidido pelo Governo do Estado a construção do Centro de Convenções de Guarapari, que exigirá investimentos da ordem de Cr\$ 2.000.000,00 e deverá estar concluído no segundo semestre de 1972. Será mais um grande fator de promoção do turismo capixaba.

FABRICA DE TECIDOS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S/A

A nova Diretoria da Fábrica de Tecidos, empossada em abril de 1971, promoveu uma série de medidas visando a uma racionalização dos serviços em todos os setores da Empresa e à dinamização de suas atividades.

Apesar da retração observada no mercado consumidor e da deficiência no fornecimento de energia elétrica à Fábrica com reflexos negativos sobre a produtividade, ainda assim as providências adotadas provocaram resultados positivos expressos no lucro de Cr\$ 404.377,31, obtidos no exercício de 1971.

A produção total atingiu a 3.171.804 metros, no valor de Cr\$ 4.478.405,17, representando um acréscimo de 40% sobre 1970.

COMPANHIA DE ÓLEOS ARARIBÓIA

A Companhia distribuiu gratuitamente 294 caixas de sementes de amendoim, com o fim de incentivar o plantio.

Em fevereiro de 1971 foi inaugurada uma nova Fábrica de Óleos em Colatina.

Como resultado da industrialização de 109.680 quilos de semente de algodão deslintadas, a fábrica tem prontos para colocar no mercado 38.300 kg de torta de algodão e 9.000 kg de óleo bruto de algodão.

JUNTA COMERCIAL

Desde 1970 estão funcionando Delegacias da Junta Comercial em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. As despesas de instalação e funcionamento das Delegacias somadas à contribuição legal de 20% de sua receita bruta para o Fundo de Divulgação de Oportunidade vêm acarretando dificuldades financeiras, para a Junta Comercial.

Além de outras atividades, deram entrada na Junta em 1971, 16.290 livros e foram processados 1.026 registros de firmas.